Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISNN 0870-1865 • 9 de Maio de 1996 • Preço: 150$00 (IVA incluído) • N.º 1171 • Director: Carlos Brito

Flexibilidade e polivalência

PCP intensifica oposição

Pág. 32

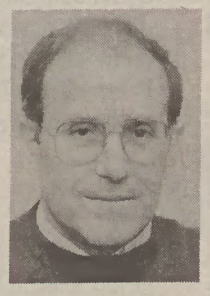
COMISSÃO POLÍTICA

Declaração de Edgar Correia sobre a situação na Educação

Pág. 9

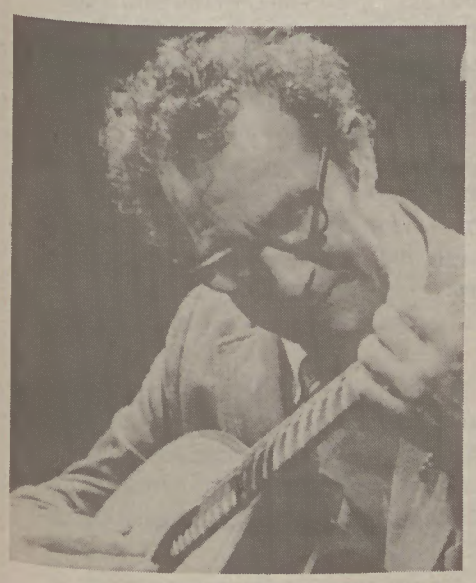
EM FOCO

■ Artigo de José Soeiro



Lutar sempre com confiança

Pág. 18



A direita contra o debate democrático

Octávio Teixeira ao "Avante!"

«A posição assumida pelo grupo parlamentar do PSD foi paradigmática: durante cerca de sete horas de debate, o PSD foi incapaz de, em qualquer momento, discutir o que estava em discussão (os projectos de lei do PCP, do PEV e do PS sobre a regionalização) e em nenhum momento se dispôs a dizer se o PSD é a favor ou contra a regionalização administrativa do País.»

Pág. 5

REGIONALIZAÇÃO

Perguntas com resposta

Centrais

Carlos Paredes A Homenagem

Págs. 22 e 23

Sábado em Paris Grande comício europeu

Pelo emprego e progresso social

Pág. 19

Toxicodependência Um flagelo social

Encontro do PCP sobre «Toxicodependência e sociedade, políticas e mobilização antidroga».
Intervenção de Carlos Carvalhas.

Págs. 20 e 21

Editorial **Causa prioritária**

Debate sobre toxicodependência com a presença de Carlos Carvalhas

RESUMO

1
Quarta-feira

CGTP comemora o 1º de Maio em 6 dezenas de localidades de todo o País. Em Lisboa, o desfile é feito, pela primeira vez, entre o Campo Pequeno e a alameda da Cidade Universitária ■ Iniciam-se em Portimão as II Jornadas de História Ibero-Americana ■ Presidente Clinton recebe na Casa Branca Yasser Arafat, cuja visita aos EUA é criticada por judeus e palestinianos ■ Fidel Castro, no encerramento do XVII Congresso da Central dos Trabalhadores de Cuba, acusa a Administração Clinton de «fraqueza de carácter» e «falta de ética», a propósito do apoio dos EUA à lei Helms-Burton ■ Pressionada por incumprimento das promessas eleitorais, Sheila Copps, vice-primeira-ministra canadiana, apresenta a sua demissão.

2
Quinta-feira

O PS e o PCP aprovam a Regionalização depois de os deputados do PSD e PP abandonarem o hemiciclo ■ Assembleia da República elege Teresa Ambrósio presidente do Conselho Nacional de Educação ■ Presidente da Assembleia da República pede ao conselho de administração e à secretária-geral que se pronunciem sobre as irregularidades detectadas pelo Tribunal Constitucional nas contas da AR ■ Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais revela que as dívidas ao fisco ascendem a 1,1 milhões de contos ■ Instituto Nacional de Estatística divulga inquérito ao emprego, que situa a taxa de desemprego, no final de Março, em 7,5 por cento e o número de desempregados em 344 mil ■ I Encontro de Professores de Português homenageiam o Prof. Óscar Lopes a quem apelidam de «professor dos professores».

3
Sexta-feira

No encerramento do seminário sobre o serviço militar, o ministro da Defesa afirma ser «irreversível» a criação de um modelo de Forças Armadas assente no voluntariado em tempo de paz ■ O ministro da Economia, Augusto Mateus, anuncia os três pilares em que baseia o seu Plano de Recuperação de Empresas ■ Dados do INE revelam que a produção da indústria nacional caiu 5,4 por cento em Janeiro mas o volume de negócios aumentou 4,7, quando comparados com Janeiro de 1995 ■ O Comité de Ministros do Conselho da Europa lança apelo à integração da luta contra o racismo e a intolerância nas políticas nacionais ■ Portugal assina a nova Carta Social Europeia ■ União Europeia, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, pede a abertura de negociações oficiais com os Estados Unidos sobre o reforço do embargo norte-americano a Cuba ■ O comité de política económica da OCDE afirma esperar a retoma do crescimento das economias europeias no segundo semestre deste ano.

4
Sábado

O PS reelege António Guterres como seu secretário-geral e Almeida Santos como presidente ■ Encerra o V Congresso do Jovem Empresário com a presença do primeiro-ministro, António Guterres ■ Marçal Grilo, ministro da Educação, diz que o Governo irá investir 20 milhões de contos no ensino pré-escolar até 1999 ■ O Grupo de Trabalho do PCP para as questões da toxicodependência e narcotráfico realiza um colóquio com a presença de Carlos Carvalhas ■ José Maria Aznar é investido como chefe de Governo, dois meses depois das eleições legislativas em Espanha ■ Mais de seis mil manifestantes protestam em Dannenberg, no Noroeste da Alemanha, contra a chegada de resíduos nucleares altamente radioactivos repatriados de França.

5
Domingo

Nas Jornadas Técnicas sobre Bovinicultura, o veterinário José Duarte Albino afirma que o Alentejo pode tirar dividendos da crise das «vacas loucas», uma vez que cria raças autóctones à base de palhas e fenos ■ O arcebispo-primaz de Braga defende referendo sobre regionalização e a divisão do país em cinco regiões ■ Boris Ieltsin encontra-se com Grigori Iavlinski para discutir uma eventual coligação com a chamada «terceira força», com vista a impedir a eleição do candidato comunista Guennadi Ziuganov ■ Com 900 mulheres (nenhuma portuguesa), reúne em Estocolmo o Fórum Internacional de Mulheres Dirigentes com vista à promoção de um «papel mais activo das mulheres nas instituições do mundo inteiro» ■ 60,2 por cento do eleitorado de Brandeburgo rejeita a fusão dos estados regionais de Berlim e Brandeburgo (ex-RDA).

6
Segunda-feira

Ministro da Solidariedade e Segurança Social anuncia que as prestações sociais familiares vão passar a ser só para alguns e diz que «não faz sentido que famílias com rendimentos diferentes recebam subsídios e abonos de valor idêntico» ■ CGTP e CAP, por razões diferentes, reagem negativamente à proposta de concertação social estratégica do Governo ■ O presidente da Câmara Municipal de Lisboa, João Soares, defende a realização de um debate sobre a redefinição administrativa da cidade e da Área Metropolitana de Lisboa ■ Tratado de Maastricht suscita muitas dúvidas, no primeiro dia de trabalhos do seminário Europa 96 que a Fundação Gulbenkian organizou em Lisboa ■ Termina em Lisboa a quinta reunião da Comissão Mista Luso-Angolana que decide uma cooperação económica e financeira estratégica e permanente ■ Na reunião dos Ministros europeus da Educação em Bruxelas, Marçal Grilo apresenta propostas para pôr fim ao trabalho infantil ■ Tribunal Internacional inicia em Haia o primeiro julgamento por crimes de guerra na ex-Jugoslávia.

7
Terça-feira

Começam os trabalhos da comissão de revisão constitucional sem a presença do PSD ■ Ministro das Ciências e Tecnologias anuncia que no prazo máximo de um ano o Governo disponibilizará a todas as escolas públicas e privadas, do sexto ao décimo segundo ano, computadores multimedia com acesso à Internet e interligados com a rede científica nacional ■ Acompanhado de deputados comunistas, Carlos Carvalhas visita empresas de Lisboa, no âmbito da preparação do debate parlamentar sobre polivalência e flexibilidade ■ Ministros da Agricultura dos Quinze exigem ser consultados sempre que a União Europeia pretenda concluir um acordo bilateral de comércio livre ■ Banco Mundial divulga relatório onde aconselha abertura de fronteiras como remédio para o crescimento.

EDITORIAL

Causa prioritária

Está fixado para o próximo dia 17 de Maio, sexta-feira, de manhã, o agendamento da proposta de lei governamental sobre a flexibilidade e a polivalência, que será então apreciada e votada pelo plenário da Assembleia da República.

São da máxima importância estes dias que medeiam até lá para aprofundar ainda mais o esclarecimento e o desmascaramento junto dos trabalhadores sobre as gravosas consequências da «lei do vale tudo» e para o desenvolvimento de acções que contribuam para impedir a sua aprovação.

A CGTP está a convocar os trabalhadores para uma manifestação a efectuar no dia 16, que arrancará às 16 e 30 do Marquês de Pombal, para levar aos deputados, em S. Bento, o seu protesto e a sua oposição a esta iniciativa legislativa do Governo de António Guterres traduzidos na palavra de ordem:

«Esta proposta não pode ser lei».

Nos textos com que a Central Sindical está a convocar a manifestação, salienta-se, entre outras formas de denúncia: «É inadmissível eliminar as pausas, poder trabalhar 50h/semana, sem mais retribuição»; «É inadmissível poderem obrigar-nos a fazer tudo o que tenha afinidade ou ligação funcional com a nossa profissão».

O PCP no âmbito da sua campanha própria contra a proposta de lei governamental está a desenvolver um intensa actividade de contactos com os trabalhadores nas empresas, incluindo com a participação do Secretário Geral, Carlos Carvalhas, distribuição de documentos à população e múltiplas acções de agitação.

Para os comunistas, a luta contra a aprovação da proposta de lei do Governo do PS sobre a flexibilidade e a polivalência tornou-se a causa prioritária, nos próximos dias, com o desenvolvimento de todas as acções de esclarecimento e agitação em curso e um esforço especial de acções convergentes no próximo dia 14

Para os comunistas a luta contra a aprovação da proposta de lei do Governo do PS sobre a flexibilidade e a polivalência tornou-se a causa prioritária, nos próximos dias, com o desenvolvimento de todas as acções de esclarecimento e agitação em curso e um esforço especial de acções convergentes no próximo dia 14.

Entretanto, já estão contabilizados na Assembleia da República mais de 1600 pareceres (o maior número de sempre) originários de organizações representativas e de plenários de trabalhadores, todos contra a proposta de lei governamental.

Os abaixo-assinados chegados à Assembleia já somam mais de 27 mil assinaturas e os postais enviados ao Primeiro-Ministro são já mais de 20 mil.

Para os apreciadores de sondagens, inquéritos e outras formas de expressão da vontade popular há que dizer que têm aqui matéria directa e verdadeiramente genuína para reflectir.

As ideias que predominam em todas estas posições assumidas pelos trabalhadores no âmbito da consulta pública promovida pelo parlamento é a de que a proposta não pode ser aprovada e que o Governo deve retirá-la.

O Governo que se mostra tão atrapalhado com as chantagens e pressões da direita produzidas à margem das instituições e pondo em causa o seu próprio funcionamento, não pode ignorar este clamor que se levanta do mundo do trabalho e que toma expressão no quadro do processo legislativo da Assembleia da República.

Hoje está claro para uma grande parte do país que a aprovação da proposta de lei acarretaria, entre outras graves consequências, uma profunda alteração da norma do horário de trabalho e a sua completa descaracterização através de uns arbitrários ciclos de 4 meses, que podem levar a semanas de trabalho de 50 horas. Ora isto não deixaria de se reflectir pesadamente sobre a vida familiar e profissional dos trabalhadores que seria profundamente afectada.

Carvalho da Silva alertou o Governo no 1º de Maio para o «perigo de uma guerra social».

Carlos Carvalhas, ao encerrar a Interpelação do PCP ao Governo, preveniu com muita clareza: «Não tenha dúvidas, Senhor Primeiro-Ministro, que se o Governo quiser fazer aprovar a sua proposta de lei para impor a flexibilidade dos horários de trabalho, ou seja, a desregulamentação do horários de trabalho e a polivalência das funções profissionais, isto é, reduzir o trabalhador a pau para toda a obra, o PS ficará com um ferrete tão marcante como sucedeu com a lei dos contratos a prazo.»

Será a este alinhar flagrante com os interesses do grande patronato em detrimento dos direitos mais básicos dos trabalhadores que Guterres quer ver reduzida a proclamada «consciência social» com que fez a sua campanha eleitoral? Os trabalhadores começam a dar-lhe a resposta e é caso para dizer, também, que não tenha dúvidas o Primeiro-Ministro de que esta será cada vez mais expressiva.

Num folheto do PCP de esclarecimento sobre as consequências da proposta de lei governamental, justamente apelidada da «lei do vale tudo», alerta-se para que «se esta proposta de lei fosse aprovada o governo e o grande capital ganhariam embalagem para lançar outros ataques aos direitos de quem trabalha».

Ora já aí estão as propostas do Governo para a chamada «concertação estratégica» que apesar de elaboradas em calão tecnocrático não deixam dúvidas sobre a sua verdadeira natureza, como peças de uma nova ofensiva contra os direitos dos trabalhadores.

Vejam-se apenas algumas: «enquadramento de formas atípicas de contratação», «modalidades controladas de flexibilidade interna», «reorganização do emprego com base na redução e na flexibilidade do tempo de trabalho», «a partilha do emprego», a «revisão do regime legal da contratação colectiva», o «princípio plurianual de actualização salarial».

Segundo a imprensa diária, o Governo quer «que cada um assuma a sua parte no todo e exija responsabilidades aos demais». Mas a avaliar pelas primeiras impressões, as responsabilidades são todas pedidas a um lado - os trabalhadores - e os benefícios e protecções todos canalizados para o outro - o grande patronato.

Não admira, por isso, que as confederações patronais se mostrassem tão satisfeitas (a UGT também, o que é quase a mesma coisa), chegando uma delas - a CCP - a declarar que as «propostas são similares às que elaboraram num documento».

Sempre estas coincidências do Governo com os grandes patrões.

Estas revelações das novas «estratégias» do Governo em matéria de política laboral, dão ainda maior força à necessidade de se intensificar a luta contra a aprovação da proposta de lei da flexibilidade e da polivalência, que se apresenta assim como uma primeira batalha de uma longa guerra, em que a unidade dos trabalhadores será o elemento decisivo para o resultado final.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*
Rua Soeiro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 7º-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000$00. CRC matrícula: 47058. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A. — 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/ 815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/ 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota – Linhó – 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 – 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/ /815 35 11 – Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7º-A 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/ /815 35 11 – Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL
(Continente e Regiões Autónomas)
50 números: 6 750$00;
25 números: 3 487$50

EUROPA
50 números: 24 750$00

ESPANHA
50 números: 13 300$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 39 950$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU – 50 números: 26 650$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

E-mail: avante.pcp@mail.telepac.pt • Web: http://www.pcp.pt/pcp/

E a face da democracia?

Diz-se, e as palavras de Guterres parecem confirmá-lo, que após a votação na generalidade das leis da regionalização na Assembleia da República, a grande preocupação do Primeiro-Ministro tem sido a de ajudar Marcelo Rebelo de Sousa a salvar a face, salvando a sua também, é claro.

Parece muito menos preocupado em salvar a face da democracia.

Ora, esta não deixa de ficar bastante afectada pela histérica campanha conduzida pelo novo líder da direita, que não hesita em pôr em causa o que está estipulado pela Constituição e o funcionamento das instituições democráticas, bem como pelo próprio Governo e a sua maioria, atrapalhados perante a chantagem, a mostrarem-se prontos a encontrar uma saída para ceder.

Ao mesmo tempo, as disputas verbais entre Marcelo, Monteiro e Guterres, com mais ou menos «braços-de-ferro» à mistura, hão-de parecer uma brincadeira de rapazes aos olhos de grande parte do país para quem a vida é uma coisa muito séria e difícil.

E são estes mesmos que assim comprometem o prestígio das instituições democráticas que vêm depois, compungidos, deplorar a sua crise...

O PSD governou o país de modo absoluto durante dez anos ininterruptos.

No decorrer desse longo período, considerou que a sua actuação estava sempre legitimada pelo programa eleitoral submetido a sufrágio e pela maioria dos lugares que detinha na Assembleia da República.

Nunca admitiu qualquer possibilidade de referendo que validasse ou pusesse em causa as suas decisões, mesmo quando estas enfrentaram a oposição de todas as demais forças políticas.

Rejeitou da maneira mais arrogante, neste caso conjuntamente com o PS, a exigência feita pelo PCP e outros partidos de um referendo sobre o Tratado de Maastricht, esse sim que alterou profundamente a vida nacional pela mutilação da própria soberania do país.

Pois este PSD que assim procedeu, quer continuar a governar, depois das derrotas sofridas e da perda da maioria.

É a velha arrogância da direita convencida a querer convencer que tem um mandato divino...

Além disso, Marcelo Rebelo de Sousa, que tinha afirmado que não se candidataria à liderança do PSD, «nem que Cristo descesse à Terra», e que depois fez o que se sabe, voltou agora a acreditar no milagre de chegar a primeiro-ministro.

E estamos nós sujeitos a isto...

Mas está metido numa camisa de onze varas.

O último expediente que descobriu para impedir a regionalização, que tem aliás muitos adeptos no seu próprio partido, está de facto a bloquear a revisão da Constituição, que tem ainda muitos mais e que ele quer fazer depressa, para ficar com as mãos livres para uma nova campanha pelo derrubamento do Governo. Só contradições!

Se, apesar disso, o PS ceder à chantagem e o poupar terá, muito provavelmente, o resultado que o velho provérbio sentencia...

A face da democracia essa só será salva se o processo legislativo da regionalização, iniciado em 2 de Maio, tiver o seu normal desenvolvimento regimental, dentro de prazos razoáveis, acompanhado de consulta às Assembleias Municipais e de um grande debate nacional que clarifique a espessa desinformação fabricada pela direita.

■ **Carlos Brito**

A página 22

Na polémica com o PSD em torno da regionalização, tem sido muitas vezes bem lembrado o facto de, durante anos a fio, aquele partido se ter apresentado como favorável a essa reforma, até um certo dia no Verão de 1994 em que, subitamente, Cavaco Silva acordou mal disposto e resolveu passar a considerar o processo de regionalização como «contrário aos superiores interesses do país ».

Mas há algo mais que deve ser lembrado e explicado e que, só por si, atesta a falta de seriedade e de vergonha que caracteriza as acusações e qualificações que os dirigentes do PSD lançaram sobre a aprovação na generalidade, por uma maioria parlamentar constituída pelo PS, pelo PCP e pelo PEV, dos projectos de lei de criação das regiões administrativas.

Esse algo mais não é apenas a recordação de que, em Setembro de 1991, o PSD integrava nas suas propostas para manter «Portugal no bom caminho» o compromisso de se empenhar «na criação das regiões administrativas no continente transferindo para o nível regional atribuições que ainda hoje cabem ao Governo e à Admnistração Central».

Esse algo mais é sobretudo a lembrança de que, na sequência da sua vitória eleitoral, o PSD apresentou na AR um Programa de Governo onde, longe de se limitar a referências genéricas ou pouco concretas à regionalização, anunciava, na página 22, que «o Governo propõe-se apresentar uma proposta de lei de criação das regiões administrativas».

Ou seja, o Governo PSD/Cavaco Silva assumia assim um compromisso concreto do qual decorria inevitavelmente o propósito do PSD e do seu Governo de que a AR debatesse e uma maioria parlamentar aprovasse uma lei de criação das regiões administrativas.

Torna-se assim absolutamente patente que, no passado dia 2 de Maio, o que aconteceu na AR - a aprovação de projectos de lei de criação das regiões administrativas - foi exactamente, e sem tirar nem pôr, aquilo que o PSD, o seu Governo e a sua maioria absoluta se tinham comprometido a fazer na legislatura anterior. E é à luz deste facto que então melhor se podem ajuizar os epítetos terroristas com que os dirigentes do PSD têm brindado a regionalização e a votação feita em 2 de Maio na AR.

Porque se o actual líder do PSD acha que a votação foi um «acto gratuito e provocatório», então os portugueses têm de concluir que está a dizer que o antigo líder Cavaco Silva e o seu querido partido assumiram há cinco anos perante a AR o solene compromisso de praticar um acto gratuito e provocatório.

Porque se o Sr. Durão Barroso acha que a regionalização é «um crime e uma monstruosidade», então está a dizer que, sem piar, fez parte de um Governo que formalizou por escrito o propósito de cometer um crime e uma mostruosidade.

Porque se o Sr. Marques Mendes, pelo meio da sua palavrosa e fingida indignação, acha que a votação de 2 de Maio revela falta de «sentido de Estado» e «desrespeito pelo povo português» , então está a confessar que, como membro do anterior Governo do PSD, se propunha tranquilamente ser cúmplice de uma atitude sem sentido de Estado e desrespeitadora do povo português.

■ **Vítor Dias**

Maio e o «Público»

Que comunicação social temos? A resposta a esta pergunta pode resumir-se em duas palavras – as duas palavras que, estou certo, milhares de consumidores de comunicação social utilizaram comentando o tratamento dado pela genralidade dos *media* às comemorações do 1º de Maio. É claro que tal tratamento não constitui surpresa; todos os dias temos exemplos muitos dos métodos, dos critérios, dos pluralismos em vigor; todos os dias assistimos ao espectáculo de múltiplos escribas mascarados de jornalistas que fazem da desinformação o seu modo de vida. (E é justo dizer também que ainda há jornalistas que resistem à bandalheira reinante.)

Mas voltemos às comemorações do Dia do Trabalhador. Peguemos, por exemplo, no excelentíssimo «Público» do dia 2: na primeira página nem uma linha sobre a matéria. Por falta de espaço, como se pode constatar: quem há aí que conteste a importância prioritária daquela fotografia de meia página sobre o jogo Bayern-Bordéus?; ou a notícia sobre o mesmo jogo aguçando o apetite para as páginas interiores?, ainda, a informação preciosa sobre um senhor que é capaz de vir a ser ou não ser o futuro treinador do Sporting? Além disso, chegados à página 6, a página do Marcelo (assim chmada por ser toda ela dedicada ao mediático chefe do PSD), lá encontramos, muito apropriadamente, a primeira referência ao Dia do Trabalhador: trata-se de um «almoço de trabalhadores sociais democratas». Mas continuemos... até, por exemplo, à página 13: aí, um eminente pensador (olha-se para ele e tira-se logo pela pinta que é homem da esquerda-moderna) cheio de orginalidade e de criatividade, repete a casste do fim-de-semana e elucida-nos sobre «a simetria entre o sindicalismo de protesto e o patronato conservador», expressão soberba, que, na linguagem dele, quer dizer que a polivalência e a flexibilidade só são más se as virmos como tal, porque se assim não for até podem ser coisas boas, não sei se percebem?, isto é: a grande, a verdadeira culpada de todos os males que afligem os trabalhadores é, ao fim e ao cabo, a CGTP por muitas e variadas razões mas especialmente «por se deixar comandar pelos interesses específicos do partido que a suporta», nhã-nhã-nhã, nhã-nhã-nhã.

Mas não se queda por aí o prestimoso matutino e, a páginas tantas, surge-nos a 15ª, só Maio. «Visita inesperada, sondagem indesejada» – é o título da peça assinada por um casal de, digamos assim, repórteres.

A «visita inesperada» diz respeito, naturalmente, à deslocação de Manuel Monteiro à Torre de Belém e as graças, as gracinhas, os apartes, as falinhas do e sobre o líder neofascista ocupam parte considerável da, digamos assim, reportagem. A «sondagem indesejada» tem a ver com as reacções a uma «coisa» que o «Público» havia dado à luz no dia anterior culminando um curioso processo de inseminação artificial. A «coisa» satisfaz grandemente a UGT – o que não admira já que, sabe-se como e porquê, o «Público» dá mais representatividade à UGT». Ligando a «coisa» às comemorações do 1º de Maio, observa o casal de, digamos assim, repórteres: «Na manifestação da UGT estava muita gente. Na CGTP estava, **aparentemente**, mais gente». Sublinho o **aparentemente** por se me afigurar um achado. Belmiro de Azevedo não faria melhor. Por isso paga a estes, aparentemente, repórteres.

■ **José Casanova**

AZNAR

Às rédeas de Espanha

Na vizinha Espanha acaba de tomar posse o novo governo de direita, após uma longa governação do PSOE. Não é apenas mais uma troca de um governo socialista por um governo de direita. **É sobretudo mais uma confirmação que a realização pelos socialistas de uma política neoliberal, amarrada a critérios monetaristas, desprezando os valores de esquerda de que entretanto se proclamou defensor junto das populações para obter o seu apoio, conduz inevitavelmente a direita ao poder.** Foi assim um pouco por todo o lado. Os socialistas e os social-democratas na oposição reivindicam os valores caros aos trabalhadores para se guindarem ao poder. Depois de lá chegados, abandonam o prometido e realizam a mesmíssima política de direita.

A governação do PSOE é indissociável de casos e mais casos de corrupção no Estado e no PSOE que abalaram toda a Espanha. Corrupção que alastra como uma mancha de óleo à medida que o deus Cifrão, o capital financeiro, se torna mais omnipresente e omnipotente em Espanha, na França, na Grécia, em Portugal.

O PSOE prometeu solidariedade social mas a sua política saldou-se por uma taxa de desemprego de mais de 20% da população activa. O PSOE prometeu independência nacional e levou a Espanha para a NATO. Felipe Gonzalez, em nome da "esquerda", combateu a Esquerda Unida e nas grandes questões essenciais governou na esteira dos ditames do monetarismo de Maastricht ou dos critérios do FMI e Banco Mundial. Os socialistas espanhóis fizeram o que já tinham feito os seus irmãos franceses, gregos, alemães, austríacos, dinamarqueses e portugueses.

Em Inglaterra, face ao cataclismo Tatcher / Major os trabalhistas vão deixando cair as referências de esquerda e outras marcas da sua origem sindical para ganharem novos apoios para de novo se guindarem ao poder.

Os socialistas que se continuam a reclamar como sendo partidos de esquerda invocam uma suposta modernização para deslizarem da esquerda para o centro-direita e assim se posicionarem no terreno. Mas a verdade é outra: modernizar significa estar ao corrente do novo. Ora o que os socialistas têm feito é ir em busca do velho, é teimarem obsessivamente numa política que, experiência após experiência, sobretudo nas últimas duas décadas, só tem conduzido esses países a verdadeiros desastres.

Em Espanha, os socialistas deram, pela sua política, lugar ao PP de Aznar. Em Portugal, Guterres prometeu mudar de política, capitalizou todo um descontentamento proveniente de mais de uma década de política de direita, mas está a delapidar esse capital, porque todos os dias se sente que a política é a mesma e as coisas não mudam.

Era preciso que os socialistas mudassem de política, para a política mudar. Mas isso não vai passar apenas pela vontade dos socialistas, porque se apenas deles dependesse a política continuaria ao sabor da direita. É por isso que mais do que nunca cabe a palavra aos trabalhadores, aos cidadãos. Pela sua acção e mobilização em torno das pequenas e grandes batalhas pelo emprego, contra a polivalência e a flexibilização, pela regionalização e contra o autoritarismo, pela paz e contra a corrida aos armamentos, pela solidariedade e contra o militarismo, pelo progresso social e contra a precarização do trabalho, os trabalhadores podem condicionar os socialistas a realizarem outra política, sobretudo dando mais força à esquerda, aos comunistas.

■ **Domingos Lopes**

SEMANA

Ultimatos

Se a lei das privatizações não for rapidamente alterada, acabando com as limitações ainda existentes à penetração do capital estrangeiro (leia-se dos monopólios europeus), a Comissão Europeia ameaça cortar os fundos comunitários a Portugal. Isto revela o suplemento "Negócios", do "Diário de Notícias" de anteontem, garantindo que o Governo está preocupado com o ultimato, uma vez que não será de esperar que a Assembleia da República deixe passar a revisão da Lei nesse sentido. O Orçamento de Estado, a fazer contas com os fundos europeus, ficaria em dificuldades. E lá se ia a política económica e financeira de Guterres, preparada a contar com ajudas que pedem contrapartidas... Os amigos europeus de Guterres, que foram os amigos de Cavaco, mostram que os negócios são sempre à parte.

As misses contra a regionalização

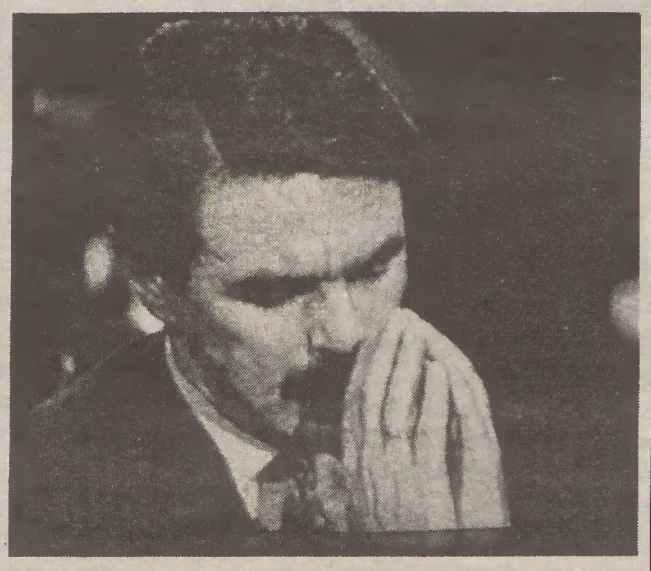
Certamente a fazer força a favor de um referendo - neste caso anti-constitucional porque procuraria contrariar as disposições da Lei Fundamental do País no que toca à regionalização - a generalidade dos órgãos de comunicação social não páram de divulgar as posições contrárias à decisão, tomada democraticamente na Assembleia da República, de avançar no processo de regionalização. Enquanto o silêncio envolve as posturas favoráveis a esta reforma, nomeadamente o papel determinante do PCP, abundam as declarações de personalidades. Até Mário Soares, que ainda há pouco deixou a tribuna que Belém lhe concedia, se mostrou desfavorável. A Igreja, por seu lado, não deixa escapar esta oportunidade de protagonismo, e alinha mais uma vez com a direita. O arcebispo de Braga confessou os seus temores ao "DN", exigindo "uma ampla consulta ao país real". Por seu lado, as TV's foram entrevistar as *misses* - é tempo delas - e as candidatas ao título também acharam que regionalizar é correr o perigo de dividir o país.

O mistério de Colby

Afinal sempre morreu o antigo chefe da CIA, William Colby, cujo corpo acabou por aparecer nas margens de um afluente do rio Potomac, no Maryland, Estados Unidos. Colby fora dado como desaparecido - apenas a canoa que se presumia ter dirigido fora encontrada há cerca de duas semanas - e as especulações sobre a sua sorte dariam para um argumento de filme dos tempos da guerra fria. No entanto, e apesar da polícia ter informado não haver suspeitas de crime, e as notícias quanto ao falecimento desta personalidade serem extremamente discretas - jornais houve que nem uma linha escreveram sobre o assunto -, a morte de Colby não deixa de ser um mistério à maneira da Central que dirigiu.

Aznar toma posse

Um prolongadíssimo aperto de mão dado por Felipe Gonzalez selou a tomada de posse de Jose Maria Aznar, que finalmente recebeu das mãos do rei de Espanha o cargo de Primeiro-Ministro. Chefiando um governo com um apoio periclitante de forças de direita e nacionalistas, Aznar não podia ter sido mais bem apadrinhado na sua chegada às cadeiras do poder. Com efeito, foi a política desastrosa de Gonzalez, os escândalos e a corrupção do governo socialista que abriram a Aznar e à direita espanhola, herdeira do franquismo, as portas desta vitória. Fraga Iribarne, antigo ministro de Franco e fundador do PP de Aznar, mostrou a sua satisfação declarando candidatar-se uma vez mais - agora para um terceiro mandato - à presidência da Galiza, em eleições previstas para o Outono do próximo ano.



Eleições na Rússia

As eleições presidenciais na Rússia ainda não são notícia pelo simples facto de que só terão lugar no próximo mês de Junho. Entretanto, notícias são já os preparativos e as especulações de "observadores", e certamente que o são as afirmações vindas a lume, nem sempre da autoria dos principais protagonistas. O receio de uma vitória do comunista Ziuganov tem feito correr rios de tinta e multiplicam-se os apoios a Ieltsin, visto como mal menor, já que se encontra na melhor posição para travar o acesso dos comunistas ao poder na Federação Russa. A Rússia de Ieltsin já se vê guindada à parceria com o poderoso grupo G7, que se transformaria em G8, enquanto a CNN produz sondagens que indicam o actual presidente à frente do seu adversário principal, Ziuganov. Em entrevista ao "Diário de Notícias", o confesso adepto de Ieltsin e director da Nezavissimaia Gazeta, Tretiakov, não excluiu que, após as eleições, em caso de vitória de Ziuganov, vai valer tudo: "Não se exclui que", diz ele, "quando, por exemplo no dia 16 de Junho, as autoridades, estando já à espera de um certo desfecho, se lançarem numa manipulação dos resultados eleitorais. Naturalmente em proveito do partido do poder." Mas Tetriakov vai advertindo que "os comunistas têm muita força e vão controlar a maior parte das mesas de voto".

Novo calendário escolar

O Ministro da Educação, Marçal Grilo, foi no sábado a Castelo Branco anunciar um novo calendário escolar para o ano que vem. O próximo ano lectivo para o ensino básico e secundário começará assim entre 16 e 20 de Setembro, para ambos os graus de ensino, ao contrário do que a primeira proposta do Ministério previa. O ME, com efeito, pretendia que as aulas abrissem em datas diferenciadas - de 9 a 13 de Setembro para o básico, de 16 a 20 para o secundário. No ano lectivo de 1997/98, porém, o ensino básico terá início em 9 de Setembro. A decisão do Ministério foi apresentada como tendo sido tomada após ouvir as propostas dos sindicatos dos professores e das associações de pais.

Comunicação Social com nova Autoridade?

Um representante dos jornalistas, outro escolhido pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, mais um pelas organizações patronais e outro ainda cooptado pelos três anteriormente descritos, vão fazer parte da Alta Autoridade para a Comunicação Social, cuja composição se vê alterada pelo disposto num projecto de lei aprovado em Conselho de Ministros. Estes quatro novos membros substituirão os quatro elementos antes cooptados pelos cinco membros escolhidos pela Assembleia e os três nomeados pelo Governo. Resta saber se, com a nova composição, esta entidade terá mais Autoridade, ou se a que tem será mais Alta.

FRASES

"Lá está o PS enervado. Não estavam tão enervados quando andavam a telefonar para esta bancada a pedir que chumbássemos o projecto do PCP de baixa das reformas."

(Manuel Monteiro, na AR, citado em «Expresso», 04.05.96)

"Esperamos um sinal do PS por qualquer via. Não somos esquisitos."

(Marques Mendes - «Público», 08.05.96)

"O que o PSD tenta, sobretudo, é encontrar aqui um campo de chantagem. Para nós, a questão é clara: a chantagem é intolerável e a única forma digna de lhe fazer face é dizer, definitiva e claramente, não."

(Luís Sá, na AR, citado em «Expresso», 04.05.96)

"O debate eterno faz o jogo do PSD e o jogo do PSD é o dos inimigos da regionalização!"

(João Amaral - «Jornal de Notícias», 96.05.96)

"Em matéria de regionalização, o debate público indispensável, com ou sem referendo, é entre defensores da descentralização e adeptos do centralismo."

(José Queirós - «Público», 05.05.96)

"Como não se cansaram de explicar os centralistas, esta é uma discussão que "vai dividir os portugueses". Já os "divide", como mostram as sondagens. Exactamente como todas as outras "discussões" e "divisões" para as quais se inventaram o Parlamento, os partidos, a democracia. A política, enfim."

(idem)

"O ressurgimento das tentações plebiscitárias como forma de contestar a legitimidade da representação nacional vem ameaçar hábitos de convivência democrática que se julgariam já consolidados. Mas essa é, afinal, uma quase inevitável tradução no plano institucional do populismo político que vai marcando pontos."

(idem)

"Se tivermos as eleições regionais em 1997 ou em 1998, o que é que irão fazer o PP e o PSD? Vão boicotar as eleições, como boicotaram o voto parlamentar? Vão desistir de ir às urnas regionais, da mesma forma que abandonaram o plenário (da AR)? É claro que não."

(José Ribeiro e Castro - «Público», 04.05.96)

"(...) o que o PSD verdadeiramente pretende não é o referendo, é introduzir o precedente de plebiscitar a Constituição, fazer depender a aplicação de normas constitucionais de referendo. Hoje, está em causa a questão das regiões administrativas; amanhã, aproveitando um clima emocional em torno de um conjunto de crimes de morte, podia ser referendada, por exemplo, a abolição da pena de morte."

(Luís Sá - «Público», 04.05.96)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Parlamento aprova criação das regiões

Octávio Teixeira em entrevista

Há uma inequívoca legitimidade jurídico-constitucional e política

Depois de se ter constituído no tema forte da semana parlamentar, faz hoje oito dias, o processo de regionalização continua a polarizar as atenções.

Aprovados com os votos favoráveis favoráveis do PS, PCP e PEV, os projectos que criam as regiões administrativas estão agora, no curso da sua tramitação normal, em sede de comissão especializada. Operado este passo decisivo no processo de regionalização - facto político da maior importância que traduz uma inequívoca derrota política da direita -, no rescaldo do debate, interessante é ainda perceber quais as verdadeiras motivações que animaram os partidos de direita, mais uma vez peritos na encenação mediática, e o que de mais significativo importa reter sobre o seu posicionamento nesta matéria. Foram estes, aliás, os temas de partida na breve entrevista concedida ao "Avante!" pelo líder parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, no decorrer da qual, entre outras questões de interesse e actualidade, vieram à baila o referendo, a postura do PS e as chantagens da direita, a revisão constitucional e o desemprego.

O debate do passado dia 2 evidenciou de forma notória uma oposição do PSD e do CDS/PP ao processo de regionalização. Que leitura fazes desta postura dos partidos de direita?

Ao oporem-se e tudo fazerem para tentarem bloquear o processo de regionalização, mostraram e comprovaram, uma vez mais, que são inimigos confessos da descentralização administrativa e adeptos do centralismo do Terreiro do Paço, que são adversários do aprofundamento da democracia pela aproximação do poder ao povo e são contra a criação de condições que possibilitem um combate mais eficaz às assimerias regionais e um desenvolvimento económico e social regionalmente mais equilibrado.

Invocado pelos partidos de direita é ainda o facto de a regionalização ter sido aprovada apenas com os votos do PS , PCP e PEV, com isso pretendendo diminuir a sua legitimidade. O processo está fragilizado?

De modo nenhum. Creio, aliás, que o debate, desse ponto de vista, foi exemplar sobre conceitos antidemocráticos que a direita tem do jogo democrático, quando, quer o PSD quer o PP, procuram considerar politicamente ilegítimo que o processo legislativo conducente à regionalização administrativa do País pudesse avançar "apenas" com os votos do PS e do PCP; esquecendo que em democracia, quando há posições políticas divergentes, é a maioria dos votos que decide, e que também para esse efeito os votos valem o mesmo, quer sejam de esquerda, do centro ou da direita.

E quanto à sua insistência no referendo...

Também a teimosia de bradarem por um referendo plebiscitário e inconstitucional é reveladora, em minha opinião, das concepções antidemocráticas que animam estes partidos. Talvez assim procurando abrir a porta a futuros referendos plebiscitários sempre que as suas opções políticas forem derrotadas pelos votos que o Povo delega nos deputados que elege para a Assembleia da República.

Estás de acordo com a ideia de que este debate foi ainda marcado pela tentativa do PSD e do PP em desviarem as atenções do que verdadeiramente nele é essencial , apostando apenas nos efeitos da política-espectáculo ?

Diria mesmo que, por parte dos partidos da direita, foi a continuação da prática da política-espectáculo, do populismo mediático e irresponsável em que o frenesim pelo aparecimento nas primeiras páginas da imprensa ou na abertura dos noticiários radiofónicos e televisivos se sobrepõe ao debate democrático dos problemas e questões que substancialmente interessam aos cidadãos eleitores.

A posição assumida pelo grupo parlamentar do PSD foi a este respeito paradigmática: durante cerca de sete horas de debate, o PSD foi incapaz de em qualquer momento discutir o que estava em discussão (os projectos de lei do PCP, do PEV e do PS sobre a regionalização) e em nenhum momento se dispôs a dizer se o PSD é a favor ou contra a regionalização administrativa do País.

Tal como, paralelamente, o CDS/PP consumiu as suas energias palavrosas a repetir que, embora não o dizendo, o PSD é a favor da regionalização e, por isso, só ele, CDS/PP, é contra.

As posições maximalistas defendidas pelos partidos de direita parecem indiciar em todo este processo alguma falta de racionalidade... Ou será que são outras as suas motivações?

Parece evidente que o que faz correr o PSD nesta matéria pouco ou nada tem a ver com a regionalização administrativa do País que, como se sabe, está consagrada na Constituição desde 1976 e que até hoje nunca foi posta em causa em qualquer revisão constitucional.

O que faz correr o PSD é o frenesim do seu novo presidente, Marcelo Rebelo de Sousa, em tudo usar para se tornar mediaticamente conhecido no País e, por outro lado, ganhar na "grelha de partida" uma posição de vantagem e de pressão sobre o PS para conduzir o eventual processo de revisão constitucional de acordo com o seu projecto e os seus interesses partidários.

E quanto ao CDS/PP?

Quanto ao CDS/PP, o que fundamentalmente pretende é ficar isolado na luta contra a regionalização na expectativa de isso lhe poder trazer vantagem na atracção de votantes, designadamente do PSD, que, incluindo por razões diferentes e contrárias às do PP, possam ser contrários à regionalização.

Como avalias o comportamento do PS? À primeira vista parece ter sabido resistir às pressões e chantagens da direita...

É certo que o PS não recuou na intenção de exigir, como regimentalmente era seu direito, a votação dos projectos de lei que no dia 2 estiveram em discussão e, consequentemente, a aprovação na generalidade desses mesmo projectos de lei. Mas também é verdade que o aumento da "parada" por parte do PSD se ficou a dever a hesitações e contradições que se foram multiplicando no PS. O PS não compreendeu que quando há uma "chantagem" política a resposta tem de ser uma imediata, clara e inequívoca rejeição. De contrário, se começa a haver cedências às exigências, a chantagem só acaba com a rendição total do chantageado. E algumas evoluções do processo no último fim de semana parecem querer significar que o PS continua a hesitar e disposto a ceder, que o PS continua a não perceber, ou a não querer perceber. O PS parece estar disponível para salvar Marcelo Rebelo de Sousa e o PSD da estratégia "suicida" em que jogaram, e para lhes possibilitar uma "vitória" política em vez de "explorarem" a inequívoca derrota política que o PSD e toda a direita sofreram.

Como é que o processo se vai desenvolver a partir de agora?

A situação existente é a de um processo de regionalização em curso, assente numa inequívoca legitimidade jurídico-constitucional e política.

Do nosso ponto de vista esse processo deve prosseguir sem hesitações, de forma a concretizar a efectiva instituição das regiões administrativas em tempo útil.

E no que se refere ao processo de revisão constitucional? A direita parece não ter desistido de o correlacionar com a regionalização, mantendo-se o PSD na posição de não integrar a comissão eventual de revisão da Lei Fundamental...

Existe com efeito o processo de revisão constitucional. Não consideramos que a revisão constitucional seja urgente e, aliás, temos uma posição contrária a propostas centrais apresentadas nos projectos de outros partidos. Mas o processo foi aberto, a Comissão formou-se e, portanto, nós participaremos naturalmente nas reuniões dessa Comissão para combatermos as propostas que consideramos negativas (nomeadamente as que pretendem alterar o sistema eleitoral) e para defendermos as nossas próprias propostas, em particular as que reforçam os direitos dos trabalhadores. E, ainda, para combater e recusar qualquer pretexto que vise concretizar uma revisão constitucional "à pressa" e com base num eventual "negócio" entre o PS e o PSD. De momento não nos parece que o funcionamento da Comissão deva ser suspenso só porque o PSD diz que para já nela não participará. Mas se isto fosse para levar a sério, se o PSD persistisse em não comparecer às reuniões da Comissão, então, chegaria o momento em que nos parece que seria mais sensato encarar a necessidade de encerrar formalmente o processo de revisão constitucional.

Entretanto, parece que os problemas que afectam o País se esgotam nas matérias que temos vindo a falar...

Não é de facto aceitável que se continue a polarizar artificialmente a vida política do País na questão da regionalização/referendo/revisão constitucional, quando é certo que existem outros grandes e, esses sim, graves problemas, como o desemprego, a flexibilização dos horários de trabalho e a polivalência dos trabalhadores, que afectam negativa e profundamente os portugueses.

Aberto um grande e amplo debate

Aprovados na generalidade os projectos de lei do PS e do PCP relativos à Regionalização, com a consequente baixa à comissão especializada, o processo entrou numa fase de aprofundamento do debate essencialmente marcado pelas audições públicas que permitirão recensear as opiniões de autarcas e membros das Assembleias Municipais sobre as futuras regiões a criar.

É verdadeiramente o início de um debate, tão amplo e participado quanto possível, que representa o virar de página num processo em que os partidos de direita - depois de terem feito toda a espécie de piruetas e ameaças - acabaram por sair politicamente derrotados. Demonstrado ficou, aliás, na sessão plenária realizada faz hoje oito dias, nada ter a ver com a regionalização o alarido incendiário que caracterizou a postura do PSD e do PP. O que os fez correr, designadamente ao PSD, como sublinhou o deputado comunista Luís Sá, foi a ideia de que poderiam encontrar nesta matéria "um campo de chantagem para apressar a revisão constitucional, condicionar o seu conteúdo e introduzir o precedente de plebiscitar normas constitucionais".

Nos termos em que foi colocada - fazer depender de referendo nacional a criação das regiões - , esta proposta dos partidos de direita só podia ser entendida, com efeito, como uma inadmissível forma de "pressão brutal para fazer uma revisão ordinária da Constituição", que simultaneamente permitiria - foi ainda Luís Sá a lembrá-lo - criar o precedente de fazer depender o cumprimento de normas constitucionais de referendo, centrando ao mesmo tempo o debate na querela do referendo para desse modo evitar o debate e as responsabilidades do PSD sobre as questões que preocupam o quotidiano dos portugueses.

Defendido pela formação comunista, noutro plano, foi um "grande e largo debate público", envolvendo designadamente os municípios, aos quais, como foi dito, cabe um "papel decisivamente conformador das áreas regionais".

Para o Grupo comunista, tal como a entende, a regionalização constitui um "factor de democratização" que permite simultaneamente o fortalecimento da democracia representativa, favorece o desenvolvimento do País e é condição para "uma reforma administrativa democrática que dê coerência à administração periféria do Estado e permita descentralizar e desburocratizar" .

Exemplificando, Luís Sá lembrou concretamente o facto de serem "infinitamente maiores" as posssibilidades de participação quando se trata de eleitos e não de nomeações por parte do governo central", frisando, por outro lado, as potencialidades de um "um sistema democrático representativo a nível regional", enquanto factor de estímulo e dinamização dos servicos públicos.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Em causa as privatizações

PS segue as pisadas do PSD

A Assembleia da República débateu no final da semana transacta um pedido de ratificação do Grupo comunista ao decreto-lei que "institui um novo enquadramento legal das participações de entes comunitários no capital social de sociedades reprivatizadas, em processo de reprivatização ou a reprivatizar". Por outras palavras, trata-se de um diploma do Governo PS que visa permitir que os capitalistas de qualquer ponto da União Europeia possam concorrer às privatizações e adquirir empresas privatizadas sem qualquer limitação, como se se tratasse de pessoas nacionais.

O líder da formação parlamentar comunista acusou o Governo de estar a conduzir-se no processo de privatizações de uma forma mais fundamentalista que os governos de Cavaco Silva.

"Agora já nem as aparências são salvaguardadas. Já nem utilizam os sofismas do «capitalismo popular», do fortalecimento de grupos económicos nacionais ou dos prejuízos das empresas públicas", observou Octávio Teixeira, acrescentando que, "pelo contrário, o que se tem verificado, como o PCP sempre afirmou, é a diminuição da capaciadde portuguesa de definir uma estratégia de desenvolvimento nacional, a transferênca de poder económico em sectores estratégicos para o estrangeiro, a concessão de oportunidades de chorudos lucros a alguns grandes capitalistas portugueses pela especulação (como no caso Totta/Banesto), os despedimentos e a redução de direitos dos trabalhadores".

Verberado pelo presidente do Grupo Parlamentar do PCP foi também o facto de o Governo e o PS nada terem feito para clarificar e tornar públicos os muitos casos escuros verificados durante as privatizações pelos governos do PSD, apesar de, enquanto na oposição, o próprio PS ter proposto, tal como o PCP, vários pedidos de inquérito parlamentar.

Ao Governo foram ainda dirigidas acusações por querer "privatizar tudo e rapidamente, apenas por opção político-ideológica". "Não há nada que justifique, por exemplo, a privatização do BFE, da Cimpor, da Portucel ou da Portugal Telecom, a não ser por opção ideológica», sublinhou Octávio Teixeira.

Na resposta, o Governo procurou argumentar com base em imposições da Comissão Europeia, ao que Octávio Teixeira ripostou mostrando que "essa é uma mera desculpa". "Porque o princípio do «livre estabelecimento» já vem do Tratado de Roma, não é uma novidade do Tratado de Maastricht", recordou o líder parlamentar do PCP, antes de citar os exemplos do Reino Unido ou a da França, que, disse, "sempre que fizeram privatizações, fizeram-no como quiseram e a quem quiseram, sem terem de dar cavaco à Comissão". "O próprio Cavaco Silva fez a mesma coisa, e nunca a Comissão impôs o que quer que fosse", concluiu.

No entender da formação comunista, o decreto-lei está igualmente ferido de inconstitucionalidade, porquanto - foi ainda Octávio Teixeira a chamar a atenção para o facto - sobre matéria de privatizações e sobre alterações da lei-quadro respectiva "só a Assembleia da República pode legislar ou autorizar o Governo a legislar".

Ora, adiantou, "o Governo não pediu essa autorização, sabe que é assim, mas quer portar-se de forma autista, arrogante e autoritária, como o governo do PSD, e ainda por cima sem ter maioria da Assembleia da República".

Nada justifica, a não ser por opção ideológica, a privatização de uma empresa como a Portugal Telecom

A votação do pedido de não ratificação deverá ocorrer durante a sessão plenária de hoje, não sendo de excluir que ele venha a ser anulado, dada a sua gritante inconstitucionalidade e apesar de o PSD e de o CDS/PP (como o PS) serem defensores acérrimos das privatizações. A bancada laranja, pelo menos, apresentou um requerimento também no sentido da não ratificação, subsistindo a dúvida apenas em relação ao sentido de voto do CDS/PP, arvorado em muleta do PS em tudo o que é negativo para o País.

Hoje, em debate

Rendimento mínimo de subsistência

A criação de um rendimento mínimo de subsistência a todos os cidadãos vai estar hoje na ordem do dia da agenda parlamentar. Como ponto de partida para a reflexão estarão as propostas preconizadas em dois diplomas, um, subscrito pelo Grupo comunista, sob a forma de projecto de lei, o outro, da autoria do Governo, materializado em proposta de lei. Em comum, o reconhecimento de que urgem as medidas que criem condições para apoiar os cidadãos mais desfavorecidos, em ordem à diminuição dos factores de marginalidade e exclusão social.

Para o Grupo Parlamentar do PCP, que já em 1993 foi pioneiro na matéria ao apresentar idêntica iniciativa legislativa que acabaria por ser chumbada com os votos do PSD e do CDS/PP, trata-se ainda de honrar um compromisso assumido com os seus eleitores, na convicção de que ao ser conferido a todos o direito a um rendimento mínimo garantido está-se decisivamente a contribuir para a inserção dos cidadãos mais pobres na sociedade.

Um objectivo que de resto é compartilhado pelas instituições comunitárias que, já em 1992, através de uma recomendação aos Estados-membros, chamavam a atenção para a necessidade de estes reconhecerem "no âmbito de um dispositivo global e coerente de luta contra a exclusão social, o direito fundamental dos indivíduos a recursos e prestações suficientes para viver em conformidade com a dignidade humana".

É nesse sentido que vai, por conseguinte, o projecto de lei do PCP ao propor a criação de um rendimento mínimo de subsistência para todos os cidadãos com idade igual ou superior a 18 anos, cujo valor será de 50 por cento do salário mínimo nacional para um agregado de uma pessoa. Sempre ponderado em função do agregado familiar, no caso de duas pessoas o valor situar-se-á nos 75 por cento, sendo de 87,5 por cento no caso de três pessoas e igual ao salário mínimo nacional sempre que o agregado ultrapasse este último número.

Os encargos decorrentes da aplicação da lei serão suportados pelo Orçamento do Estado e não pelo Orçamento da Segurança Social, uma vez que, como se faz notar na nota preambular do projecto, este rendimento é "configurado como um sistema exterior ao sistema de Segurança Social e não exclui as prestações sociais a que o cidadão tenha direito naquele sistema".

Para aferir do alcance social desta medida, registe-se, por último, que no caso do nosso país, segundo estatísticas oficiais da Comunidade publicadas em 1991, a percentagem de cidadãos considerados pobres (auferirem um rendimento inferior a metade do rendimento médio nacional) situava-se nos 32,7 por cento, importando ainda assinalar que nessa mesma data éramos o país no quadro comunitário com maior percentagem de pobreza.

Desemprego atinge números alarmantes

Por duas vezes, no curto espaço de uma semana, o desemprego e as políticas de emprego concitaram a atenção dos deputados no Parlamento. Depois da interpelação do PCP, onde esteve em foco, como testemunho da crise social, o desemprego voltou à ordem do dia, desta feita pela mão do CDS/PP.

Diferenças óbvias, escusado será dizer, separam os dois partidos na sua abordagem em relação a esta matéria. Rodeia Machado, em nome da formação comunista, fez questão de o frisar, ao clarificar as "motivações políticas" do CDS/PP, enquanto expressão dos interesses do grande patronato e, nessa medida, "totalmente divergentes dos interesses dos trabalhadores, da defesa dos seus valores, direitos e aspirações".

Lembrado, desde logo, foi o próprio posicionamento do CDS/PP em relação ao Orçamento do Estado, que viria a viabilizar, dando assim o seu acordo a um documento que cumpre "no essencial os critérios de convergência nominal de Maastricht", ou seja, como referiu o parlamentar comunista, não permite o "investimento em áreas e sectores fundamentais para o desenvolvimento e crescimento da economia" capaz de gerar novos postos de trabalho".

Posta irremediavelmente em causa estava assim, do ponto de vista da bancada comunista, qualquer credibilidade na iniciativa do CDS/PP, uma vez que não se pode, por um lado, viabilizar um "Orçamento gerador de desemprego", para vir a seguir, por outro, pedir contas sobre as questões do desemprego ao responsável pela elaboração desse mesmo documento.

Daí que o debate tenha valido sobretudo pela oportunidade de trazer de novo a lume uma realidade reconhecidamente grave, que atinge números alarmantes - ultrapassa já o meio milhão de desempregados e fala-se que poderá atingir os 700 mil em finais de 1997 -, cuja origem radica nas erradas políticas económicas e sociais que o PSD adoptou e que o PS dá mostras de querer prosseguir.

Lembrado por Rodeia Machado, a este propósito, entre variadíssimos exemplos, foi a proposta de flexibilidade e polivalência, que considerou um atentado contra o mundo do trabalho, e a pretexto da qual deixou um aviso: "continuar a opor o económico ao social e a produtividade ao emprego é apostar no agravamento da conflitualidade e do mal-estar na sociedade".

Tutela administrativa das autarquias locais

Acabar com as ingerências

O Parlamento apreciou ontem a definição de um novo regime da tutela administrativa para as autarquias locais e entidades equiparadas. Em debate estiveram um projecto de lei do Grupo Parlamentar do PCP e uma proposta de lei do Governo. No essencial, para os seus autores, trata-se de proceder à revogação das disposições que na Lei actual (Lei nº 87/89) têm servido para justificar inadmissíveis ingerências na vida dos órgãos autárquicos, substituindo-as por outras soluções verdadeiramente democráticas e conformes com o texto constitucional.

Com efeito, contrariando as exigências constitucionais de respeito pela autonomia do poder local, têm ocorrido a coberto da Lei procedimentos inadequados na base dos quais tem vindo a desenvolver-se um clima de suspeição generalizada sobre as autarquias e respectivos eleitos, mesmo em casos absolutamente infundados, o que naturalmente não contribui para a defesa e dignificação da imagem das instituições públicas.

Com este pressuposto, hoje corroborado por outras entidades, entre as quais a Associação Nacional de Municípios Portugueses, partiu a formação comunista para a elaboração do seu diploma, desenvolvendo no articulado as sete questões que em seu entender carecem de clarificação no quadro da revisão legislativa sobre a Tutela.

Definido claramente, de acordo aliás com o texto constitucional, no que se refere ao conceito de tutela administrativa, é que esta é "meramente inspectiva", exercendo-se apenas "através do controlo de legalidade", estando excluída qualquer forma de controlo de mérito ou qualquer poder de "orientação da actividade dos órgãos autárquicos".

No que se refere à competência do governador civil, por sua vez, explicita-se no quadro dos limites da sua actuação que este "não pode exercer funções que devem caber em exclusivo ao Governo", enquanto que em matéria de aplicação de medidas sancionatórias se determina que esta competência "cabe aos tribunais e só aos tribunais", não sendo admissível conferir ao Governo qualquer poder de aplicar um sanção tão grave como é, por exemplo, a dissolução de um órgão autárquico.

Defendida no projecto do PCP é também a ideia de que as "medidas tutelares restritivas da autonomia local sejam obrigatoriamente precedidas de parecer de um órgão autárquico, estabelecendo-se, por outro lado, no capítulo da tipificação das sanções, que estas são apenas a perda de mandato e a dissolução do órgão autárquico, não podendo ser instituída a inelegibilidade, como actualmente prevê a Lei sob forma de pena acessória.

No plano dos recursos, ainda segundo o projecto comunista, garante-se que as decisões dos tribunais administrativos de círculo possam ser objecto do mesmo para o Supremo Tribunal Administrativo.

Um maior grau de precisão, por último, é definido no projecto de lei do PCP no que se refere ao conceito de ilegalidade grave, no sentido de obstar a qualquer espécie de dúvidas ou más interpretações que repitam situações de instabilidade e arbitrariedade ocorridas no passado.

PCP

5ª Assembleia de Organização Concelhia da Amadora

«É essencial um PCP mais forte para uma Amadora melhor»

Num clima de grande entusiasmo, confiança e combatividade, realizou-se no passado sábado, na Sociedade Filarmónica Recreio Artístico da Amadora, a 5ª Assembleia da Organização Concelhia da Amadora do PCP, com o lema «Dar mais força ao PCP - A Esquerda necessária».

O reforço da influência e da organização do PCP no concelho e o aprofundamento da acção dos comunistas junto dos trabalhadores, das populações, da Juventude e do Movimento Associativo foram algumas das questões do Projecto de Resolução Política que, definidas que foram como prioridades de acção, mereceram a particular atenção dos 190 delegados eleitos à Assembleia.

Este documento, que desde Janeiro se encontrava em discussão, foi durante a Assembleia motivo de cerca de 30 intervenções aprofundando os diversos problemas com que o Partido e o concelho se defrontam e, depois de acolher diversas propostas de alteração, deu origem à Resolução Política que os delegados aprovaram com três abstenções.

Considerando que «é essencial um PCP mais forte, para uma Amadora melhor» e que «não chega reconhecer deficiências. É necessário acima de tudo traçar orientações e direcções de trabalho para alterar situações e acabar com as deficiências existentes», a Resolução Política aprovada pela 5ª Assembleia Concelhia da Amadora aponta as orientações que poderão levar à melhoria do Trabalho de Direcção e Organização do Partido no Concelho.

Para a concretização desses objectivos, a Assembleia elegeu, com 3 votos contra e 5 abstenções, uma nova Comissão Concelhia, composta por 77 elementos. Correspondendo aos propósitos de renovação pretendidos pela comissão concelhia cessante, o novo órgão dirigente, que tem na sua composição social uma representação de mais de 60 por cento de operários e empregados, integra seis jovens comunistas com menos de 20 anos.

Aprovada por unanimidade foi a «Carta dos Direitos da Amadora», contendo as principais reivindicações das suas populações, designadamente a defesa do aparelho produtivo e o desenvolvimento socioeconómico do concelho, a gestão pública e não privada do Hospital da Amadora, a reformulação do Programa P.E.R. de modo a permitir um rápido realojamento das populações e o prolongamento do metropolitano até à Falagueira.

Outra proposta acolhida e aprovada com especial entusiasmo foi a da criação de novas freguesias no concelho, que a vereadora da Câmara Municipal da Amadora, Helena Bastos, referiu na sua intervenção, dizendo a dada altura: «Para além da freguesia da Venda Nova, o projecto de Resolução Política da V Assembleia Concelhia da Amadora do PCP prevê a criação de uma freguesia a partir do Casal de S. Brás para Norte, com áreas e fronteiras a definir e o estudo da criação da freguesia de Alfornelos.»

190 delegados acompanharam com interesse o desenrolar dos trabalhos da 5ª Assembleia Concelhia da Amadora

A Assembleia aprovou ainda as três moções que lhe foram apresentadas: uma no sentido da mobilização das populações em torno da revisão da Constituição, de forma a travar os projectos da direita de subversão do regime; outra sobre a Paz e a Solidariedade; outra ainda contra a polivalência de funções e a flexibilização dos horários de trabalho e de apelo à mobilização dos trabalhadores e população do concelho para a acção de luta convocada pela CGTP para o próximo dia 16 de Maio.

A encerrar esta Assembleia Concelhia, interveio José Casanova, da Comissão Política do Comité Central, que, após fazer um breve balanço dos trabalhos, abordou a necessidade do reforço do Partido para fazer face à ofensiva que se está verificar contra os direitos dos trabalhadores. Também a regionalização e a revisão da Constituição foram dois temas que, encontrando-se na ordem do dia, mereceram um esclarecimento mais aprofundado por parte de José Casanova. O dirigente comunista, mostrando-se preocupado com as consequências da política que o PS está a realizar de continuidade da política de direita que o PSD nos últimos dez anos imprimiu ao País, apelou a uma maior intervenção e participação dos comunistas da Amadora no sentido de impedir o prosseguimento desta política e de assegurar a mudança necessária na política nacional.

Amadora pode ser uma cidade «onde dê gosto viver»

A Carta dos Direitos da Cidade da Amadora, aprovada por unanimidade, contém as reivindicações que correspondem aos anseios mais profundos das populações do concelho.

Depois da criação do município da Amadora há quase 17 anos, e mercê da grande obra levada a cabo pelas autarquias CDU, a cidade da Amadora tem progredido substancialmente, podendo-se dizer, como diz a Carta de Direitos, que «a cidade vai entrar no século XXI, com níveis de conforto e qualidade de vida impensáveis antes da criação do município».

Considerando, no entanto, que muito há ainda que fazer, os comunistas, exigem neste documento que o Poder Central assuma as suas responsabilidades ao nível legislativo e financeiro, para que a autarquia, no quadro das suas competências possa desenvolver os seus projectos, «necessários e dignificantes para uma cidade com mais de 230 mil habitantes».

«A cidade tem direitos», diz a Carta de Direitos que, entre outras medidas e vários domínios, reclama: o aproveitamento integral da capacidade produtiva instalada; a gestão pública e não privada do Hospital e o complemento das valências projectadas; a reformulação do programa P.E.R., de modo a permitir um rápido realojamento das populações; a conclusão e abertura da Escola Superior de Teatro e Cinema; o acabamento da construção do troço da CRIL e da Radial da Pontinha, ligando à CREL; o prolongamento do metro até à Falagueira; um novo quadro legislativo autárquico; novos serviços públicos (notário, Conservatórias, Repartição de Finanças) e a construção e instalação do Tribunal da Amadora; a construção das esquadras da Venda Nova e Brandoa.

Recordando a obra realizado pelos eleitos do PCP e outros autarcas da CDU, a Carta dos Direitos da Cidade da Amadora termina com a afirmação de que os comunistas continuarão a sua luta para que a Amadora «seja uma cidade moderna, equilibrada e humana, onde dê gosto viver».

Lisboa debate Política de Unidade do PCP

«O Partido e a política de Unidade» foi o tema de mais um colóquio que, integrado no ciclo de conversas com quem fez e faz a história do PCP, a DORL levou a efeito na passada sexta-feira, no Espaço Cultural Vitória, com a participação de Aurélio Santos, membro do Comité Central do PCP, e José Casanova, da Comissão Política do Comité Central.

Após uma intervenção de abertura, feita por Aurélio Santos, os militantes presentes no colóquio colocaram questões muito interessantes para a compreensão da política de unidade do PCP.

Uma camarada, referindo-se particularmente à política de unidade do PCP antes e depois do 25 de Abril, colocava: «Como concilia o PCP a sua natureza de "partido de classe"com a qualidade de "partido de massas"?» «Como foi possível ao PCP, após o 25 de Abril, ao mesmo tempo que se constituía como grande partido de massas dirigir movimentos sociais de tão grande amplitude, impulsionar as conquistas da revolução e ter um tão importante papel na configuração do regime democrático?» «Porque dissolveu em 1946 a Juventude Comunista e orientou os jovens comunistas no sentido de dinamizarem o MUD Juvenil?»

Um outro camarada queria saber: «Quais os critérios para definição de uma política de alianças?» «Como caracterizar o que chamamos "movimento unitário"?» «O conceito de aliança com os intelectuais é legítimo?» «São os intelectuais uma classe revolucionária?»

Por sugestão de Mário Moreira, que moderava o debate, estas perguntas seriam respondidas através do relato das experiências vividas pelos dois dirigentes do Partido presentes na mesa, que muito jovens haviam iniciado a sua actividade política em movimentos unitários - Aurélio Santos militava em 1951 no MUD Juvenil; José Casanova era membro em 1958 da Juventude Comunista Portuguesa.

Comunistas de Lisboa debatem no Espaço Cultural Vitória a política de unidade do PCP

Assim, e a propósito da linha de unidade defendida pelo PCP, Aurélio Santos, citando extractos do Manifesto do Partido Comunista, disse que «por toda a parte os comunistas trabalham na ligação e entendimento dos partidos democráticos de todos os países». E acrescentou: «lutam para alcançar os fins e interesses imediatos da classe operária, mas no movimento presente representam simultaneamente o futuro do movimento».

Sublinhando que o objectivo é organizar um movimento *real*, Aurélio Santos defendeu a necessidade de se procurar as forças capazes de pensar, conquistar e gerir a transformação revolucionária que os povos anseiam. O capitalismo moderno - disse - mostra uma grande capacidade e desenvolve grandes esforços no sentido de impor um processo contínuo de estratificação social, de manipulação das consciências e de transferência do poder e das decisões para mãos cada vez mais concentradas, à escala mundial.

Esta ofensiva exige das forças democráticas um esforço concertado para a concretização da unidade e requer da classe operária e seus aliados estratégicos a afirmação do seu papel de vanguarda, enquanto força mais directamente ligada às formas mais avançadas de desenvolvimento das bases materiais da sociedade.

Referindo que as alianças no plano político são uma expressão das alianças sociais, Aurélio Santos falou da larga experiência e prática política do PCP no campo da unidade durante o fascismo.

José Casanova, por seu lado, referiu-se à luta pela unidade prosseguida pelos comunistas portugueses a seguir ao 25 de Abril, tendo sempre como preocupação fundamental o interesse dos trabalhadores e das massas populares. E alertou para a necessidade de combater as falsas «unidades» que por vezes surgem e que atacam esses interesses.

Realçando o papel dos comunistas na construção da unidade a nível do movimento sindical e das autarquias, este membro da Comissão Política, afirmando que os comunistas estiveram sempre ao lado dos trabalhadores, disse que a sua participação foi decisiva para a formação do Movimento sindical. Esta uma das razões - afirmou - da grande influência social do PCP. Segundo José Casanova, existe no entanto uma quebra, que é preciso superar, entre a influência social e a influência política do PCP.

Apontando ainda a actuação do PCP na Câmara de Lisboa como um bom exemplo da abertura do PCP a formas concretas de unidade sempre que esteja em causa o benefício das populações e das massas populares, este dirigente afirmou que foi a procura de uma política que servisse a população da cidade a principal questão que esteve em discussão nas negociações com o PS. Este processo, considerou José Casanova, foi o culminar de um esforço de 10 anos para afastar a direita do domínio da Câmara de Lisboa.

E manifestando a confiança que o PCP tem no desenvolvimento do reforço da sua influência, disse: «Temos mais força do que às vezes pensamos. Temos grandes potencialidades que temos de aproveitar e desenvolver.»

Porto

PCP divulga projecto de lei junto de colectividades

A Direcção da Organização Regional do Porto, no âmbito da reapresentação pelo Grupo Parlamentar do projecto de lei-quadro de apoio ao associativismo, está a promover diversos contactos com colectividades e clubes, nos quais se inserem as visitas ao Sporting Vasco da Gama, ao Real Clube Fluvial Portuense e ao Clube Infante Sagres.

Nesta primeira fase de visitas, foram colocados alguns dos problemas que mais preocupam estes clubes, designadamente a cobertura do espaço desportivo, para a prática do basquetebol, do Sporting Vasco da Gama, o gravíssimo problema criado pelas Finanças ao Fluvial Portuense a propósito da devolução do IVA e a concretização do projecto de remodelação e ampliação do pavilhão do Clube Infante Sagres, o PCP comprometeu-se a contribuir na medida dos seus meios para a solução desses problemas.

No que respeita ao Sporting Vasco da Gama, os comunistas consideram preocupante que, apesar dos compromissos financeiros assumidos pela Câmara Municipal do Porto, não seja visível no Orçamento da Câmara Municipal do Porto para 1996 a atribuição de qualquer verba no sentido de os honrar e comprometeram-se a questionar o executivo camarário sobre esta situação.

Também em relação ao endividamento do Fluvial Portuense, o PCP, reafirmando a necessidade de um conjunto de benefícios fiscais indispensáveis à prossecução dos objectivos do movimento associativo, garantiu que essa matéria iria ser objecto de requerimento do Grupo Parlamentar do PCP ao Governo.

Quanto ao projecto de remodelação do pavilhão do Clube Infante Sagres, já aprovado pela Câmara Municipal do Porto mas que exige os financiamentos indispensáveis quer da administração central quer da CMP para a sua concretização, o PCP comprometeu-se a apresentar uma proposta de financiamento no quadro do próximo PIDDAC para 1997.

Considerando particularmente preocupantes o distanciamento e a falta de apoio institucional da Câmara à solução dos problemas dos pequenos clubes e colectividades, os comunistas portuenses defendem um maior investimento ao associativismo popular e a criação de um gabinete junto da Câmara Municipal do Porto.

O projecto de lei-quad
Apoio ao Associativismo
Grupo Parlamentar do PC
reapresentar na Assembl
República - dizem - pre
responder às dificuldade
ais do movimento associ

Regime de permanência na freguesias

A Direcção da Cidade de Lisboa do PCP congratula-se com recente alteração da lei aplicável aos membros das Juntas de Freguesia, que permite em certos casos o exercício do mandato em regime de permanência, a tempo inteiro ou a meio tempo.

A DOCL recorda que esta lei é publicada 10 anos depois de o PCP ter apresentado um projecto de lei sobre a matéria, lamentando no entanto que o diploma «limite e restrinja excessivamente o número de freguesias abrangidas. Na cid
exemplo, não são abrangidas as freguesias
na do Castelo, Alfama, Chiado e Baixa Por

Os comunistas apostam na continuação
dignificação das freguesias, nomeadame
adopção de um novo regime de competê
meios financeiros, matéria em que o PCP
sentou nesta legislatura um projecto de le
alargamento do número de freguesias abr
pelo regime de permanência.

População da Pontinha quer promessas cumpridas

O PCP promoveu na terça-feira uma visita à Freguesia da Pontinha, em que participaram Luís Sá, da Comissão Política, Fátima Amaral, presidente da Junta, e outros eleitos locais.

Após a iniciativa, em que foram feitos contactos com a população, realizou-se um encontro com a comunicação social nas instalações da Associação da Comissão de Reformados, Pensionistas e Idosos da Pontinha.

Na ocasião foram divulgadas algumas das reivindicações da freguesia de onde ressalta a necessidade da construção de raiz um Centro de Saúde e de conceder autonomia administrativa às extensões da Pontinha e Urmeira do Centro de Saúde de Odivelas.

Os comunistas salientam que os únicos terrenos disponíveis são já propriedade do Estado que os administra através do Governo Civil de Lisboa.

No capítulo da segurança, o PCP realça que que a luta da população no ano passado foi decisiva para a manutenção da Esquadra da PSD na Pontinha, sendo contudo necessário reforçar os meios humanos e materiais para aquela força ter uma actuação mais eficaz.

Este reforço é justificado pelo facto de ter aumentado o número de habitantes no Bairro Padre Cruz e na Estrada Militar, devendo ser aberto um novo posto no referido Bairro bem como na zona de Alfornel, na Freguesia da Brandoa.

Durante a visita foram ainda analisados os problemas das populações dos bairros sociais Mário Madeira e Urmeira, na freguesia da Pontinha, ambos administrados pelo Governo Civil.

Recordando as expectativas geradas junto dos moradores, o PCP constata que passados vários meses poucos passos foram dados. O Pinhal da Oiã continua ao abandono não tendo havido até à presente data qualquer iniciativa do Governo Civil para estabelecer um protocolo de cedência à Câmara Municipal, enquanto que a maioria dos moradores do Bairro da Capela e das Casas Desmontáveis, apesar de terem sido feitos alguns realojamentos, continua no local vendo agravadas as condições de higiene sanitária. Acresce que estão ainda por fazer as escrituras de centenas de casas, apesar de existir em já uma decisão do Tribunal nesse sentido.

Na área das acessibilidades, as críticas vão para os atrasos na construção das muitas obras previstas para a zona, que receberá no final deste ano uma Estação de Metropolitano.

O PCP afirma que até ao momento não está assegurado um único metro quadrado de terreno para a construção de parques de estacionamento, embora seja possível parquear cerca de 5 mil viaturas.

Apreensões surgem ainda na sequência das indecisões da JAE a propósito da conclusão de algumas vias fundamentais para o escoamento do trânsito e desvio do interior da vila da Pontinha.

A Junta de Freguesia, que promove no corrente mês as Jornadas de Maio, está igualmente empenhada na concretização do pavilhão gimnodesportivo na escola secundária da Pontinha, projecto que se apoia em protocolos já firmados entre o INDESP e o município de Loures.

Na visita à serra de Santa Justa, o deputado do PCP apreciou algumas das suas preciosi des patrimoniais

Deputado do PCP visita a serra de Santa Justa

Com o objectivo de preparar uma iniciativa legislativa que defina um regime de protecção para serras de Santa Justa, Bonecas, Pias e Castiçal - concelho de Valongo e Gondomar -, o deputado PCP eleito pelo Porto, José Calçada, os vereadores da CDU na Câmara de Valongo e Gondomar, eleitos da Assembleia Municipal e das Assembleias de Freguesia de Valongo e Ermesinde e outr activistas do PCP e da CDU percorreram parte da serra de Santa Justa, no sábado passado.

A guiar a visita esteve um elemento do Grupo Espeleológico de Valongo (GEV) que deu a conh cer aos visitantes não só as preciosidades patrimoniais desta área da serra - as antigas minas de ou exploradas pelos romanos até ao séc. III - e a fauna e a flora desta zona como as ameaças perm nentes que pendem sobre estas raridades e que vão da sua rapina, dos incêndios sistemáticos e d desleixo até ao maior inimigo da preservação deste verde - a pressão urbanística e a especulaçã imobiliária.

Lembrando uma proposta de inscrição no Orçamento de Estado que o PCP fez para a preserv ção da serra, José Calçada falou da importância da regionalização como poder intermédio que, p estar mais próximo das populações, é um instrumento privilegiado para a resolução de situaçõ como esta.

Grunig
Um caso ainda por resolver

Decorridos mais de 13 meses sobre a denúncia feita pelo PCP sobre os resíduos tóxicos e as violações dos direitos laboriais na empresa Grunig, o caso continua a estar na ordem do dia.

Por pressão dos trabalhadores e da opinião pública, o Ministério do Ambiente foi obrigado a encontrar solução para os resíduos tóxicos importados do estrangeiro, embora tal só tenha sucedido depois das chuvas existindo por isso o perigo de infiltrações.

Por resolver continua, no entanto, a grave situação dos trabalhadores. Dos 160 que empregava quando da solene inauguração com a presença de ministros do PSD, restam apenas 70 trabalhadores, os quais têm salários em atraso, debatem-se com problemas de transportes, enquanto continuam sem apoio aqueles que sofreram acidentes de trabalho.

Para ontem, quarta-feira, estava marcada a assembleia de credores, mas, como se afirma num comunicado da DORBA do PCP, «não resolverá certamente o problema fundamental dos trabalhadores - a defesa dos seus direitos, dos postos de trabalho e a manutenção da empresa».

O PCP condena que os Governos, primeiro do PSD e agora do PS, tenham sucessivamente prometido a viabilização dos 160 postos de trabalho e que agora não apareçam a assumir as suas responsabilidades. «Os deputados eleitos pelo círculo de Bragança (dois do PSD e dois do PS), até hoje não puseram os pés na empresa, mesmo depois de os trabalhadores lhe terem solicitado directamente o seu apoio», referem os comunistas de Bragança.

Comunistas de Chaves preocupados com situação do emprego

Na sequência da sua reunião de sexta-feira passada, a Comissão Concelhia de Chaves manifestou em comunicado aos órgãos de comunicação social a sua grande apreensão quanto à situação do emprego que se vive na Região do Alto Tâmega.

«Sistematicamente abandonada ao longo de décadas» - dizem os comunistas de Chaves -, esta região vive uma situação ao nível do emprego que tende a piorar, se se tiver em conta o conjunto de empresas que abriram falência ou estão à sua beira ou, ainda, as empresas que reduziram significativamente os seus efectivos e as que aqui se instalam para apenas beneficiar dos Fundos Comunitários, logo encerrando as suas portas.

Referindo a pouca oferta de emprego existente para os muitos milhares de pessoas desempregadas, o PCP afirma que, a serem verdadeiros números oficiais, dos 3500 desempregados a Região tinha em Dezembro de 1995, só arranjaram emprego, tendo havido, neste per do, uma oferta de apenas 12 empregos, o q demonstra bem o fraco nível de desenvolvime to regional.

Não é com a flexibilidade do horário de traball ou a polivalência de funções que se vai resolver grave problema por que passa a região, afirmam comunistas de Chaves ao mesmo tempo que exi gem uma política de desenvolvimento regional qu aproveite todos os seus recursos - económicos sociais e culturais - e seja «capaz de fixar todas a suas gentes à sua terra de origem».

EM FOCO

Declaração de Edgar Correia, da Comissão Política

Sobre a situação na área da educação

Na declaração à imprensa ontem feita pelo camarada Edgar Correia, membro da Comissão Política, o PCP deu a conhecer as conclusões a que chegou após a realização de iniciativas amplas de debate sobre a situação na área da educação, seis meses passados sobre a tomada de posse do governo socialista.

O PCP - através das suas comissões especializadas que acompanham os problemas do sector educativo e da realização de várias iniciativas amplas de debate - procedeu nas últimas semanas a uma aprofundada avaliação da situação nacional na área educativa

Partindo da análise da situação concreta procurámos aprofundar o exame dos problemas que mais vivamente estão a preocupar os estudantes, os professores e os pais.

E intentámos apreciar, sem juízo preconcebido, se os resultados da acção governativa ao fim de meio ano estão a dar minimamente resposta ao conjunto de problemas acumulados e à expectativa de mudança que foi criada.

Existe sem dúvida uma alteração positiva quer no que respeita ao estilo dos responsáveis pelo Ministério da Educação em comparação com o dos seus antecessores quer em relação a algumas medidas pontuais para acalmia de algumas situações mais urgentes.

Já quanto aos aspectos substantivos, sem ignorar a complexidade da herança cavaquista mas numa altura em que é legítimo pretender dos novos responsáveis medidas de ataque aos problemas de fundo e linhas claras de orientação, o balanço é preocupante.

Um ano lectivo perdido

A ideia fundamental é a de que o presente ano lectivo está verdadeiramente perdido, na perspectiva do ataque à crise em que a escola e o sistema educativo continuam mergulhados.

O Ministério da Educação tem-se esgotado na repetição de enunciados vagos e genéricos - de que o chamado "pacto educativo" constitui o exemplo mais expressivo -, entremeada por abordagens pontuais desligadas de uma perspectiva de intervenção estratégica.

Ao mesmo tempo, o Ministério da Educação não interveio, ou não interveio bem, em relação a um conjunto de questões fundamentais.

Não empreendeu a avaliação da "reforma" feita pelo PSD, tratando-a como um *tabu* e passando ao lado das consequências verdadeiramente desastrosas que ela está a ter para todo o sistema educativo, ao nível dos programas, da preparação e da avaliação dos alunos, da formação dos professores, do funcionamento das escolas.

Num quadro em que são muito grandes as preocupações com o insucesso escolar, com as deficiências de aprendizagem dos alunos e com as disfunções do sistema de ensino, não é compreensível que ao arrepio do próprio diagnóstico crítico que o PS havia apresentado durante a campanha eleitoral, os novos responsáveis governativos estejam a prosseguir, em aspectos essenciais, a política do PSD.

Não é compreensível que a reforma curricular não tenha sido questionada e que não tenha sido ainda aberto o debate científico e pedagógico que prepare a sua urgente revisão.

Não é compreensível, também, que numa matéria tão estruturante para a vida escolar como a avaliação dos alunos do ensino básico e do ensino secundário, não se tenha registado qualquer alteração, estando pura e simplesmente a serem levados à prática os inconcebíveis "mandamentos" de Couto dos Santos e de Manuela Ferreira Leite.

Não se compreende, igualmente, por que razão o desacreditado modelo de gestão antidemocrática que estava a ser aplicado em algumas dezenas de escolas não foi revogado; e por que aparecem indícios de que ele no futuro venha a englobar outras escolas.

Nem se percebe por que a política governamental continua a subestimar os factores sociais da aprendizagem, apesar da sua indiscutível importância. E por que no domínio da acção social escolar e das condições de trabalho nas escolas, quase escoado mais um ano lectivo, praticamente nada tenha sido feito.

Um final de ano escolar atribulado

Informações vindas de muitas escolas alertam para a existência de um mal-estar e de sentimentos de decepção entre muitos professores e para a crescente pressão e angústia que estão a atingir os estudantes sujeitos a avaliação e os seus familiares em consequência das condições atribuladas em que está a decorrer o período final do ano lectivo.

O termo das actividades lectivas no ensino secundário vai continuar a ser na prática antecipado, sacrificando semanas de trabalho lectivo a alunos que estão simultaneamente confrontados com programas muito extensos, por causa da realização de um calendário de provas globais extremamente pesado e de utilidade questionável.

Outro problema está relacionado com o facto das escolas estarem a receber instruções do Ministério da Educação fora de tempo e de justeza duvidosa. É o que se verifica, por exemplo, com as instruções relativas à obrigatoriedade da leccionação na íntegra dos conteúdos dos programas do ensino secundário definidos, que foram enviadas para as escolas apenas em Abril, quando os próprios responsáveis governamentais têm conhecimento da excessiva extensão desses programas, a confessam publicamente e sabem que não está ao alcance das escolas implementarem medidas que alterem essa situação.

A incompetência dos serviços centrais e a ineficácia, em muitos aspectos, das coordenações das áreas educativas, continua como no tempo do PSD. Escolas que estão sem verbas para o seu projecto educativo desde o início do ano lectivo, sem auxiliares de acção educativa, com menos professores do que os previstos com a "reforma". Os calendários dos exames do secundário por exemplo, já tiveram duas versões: a segunda para corrigir os erros da primeira; mas mesmo essa segunda versão prevê apenas uma chamada para exames de equivalência à frequência, quando a legislação em vigor estabelece duas....

O aspecto mais grave que se observa no final do ano lectivo prende-se porém com o elevado nível de insucesso que se verifica entre os alunos da "reforma" - e para o qual os exames de aferição do ano passado haviam já chamado vivamente a atenção. E com a insensibilidade e a passividade da equipa ministerial perante tal situação.

Acresce a isto a insensatez das orientações adoptadas pelo Ministério da Educação em relação à finalização do ensino secundário e ao acesso ao ensino superior e que corresponde, no essencial, à concretização da política traçada por Couto dos Santos de agravamento da selectividade no secundário de modo a reduzir de forma sensível o fluxo de alunos para o superior.

O PCP pronunciou-se muito negativamente, há algumas semanas, quanto às orientações adoptadas pelo Governo em relação à finalização do ensino secundário e ao acesso ao ensino superior e criticou a forma mistificatória como a questão da nota mínima foi abordada. Contrapropusemos, nomeadamente, que a classificação do ensino secundário dependesse exclusivamente dos processos e resultados da avaliação interna conduzidos nas próprias escolas. Que, num quadro de eliminação em três anos lectivos do *numerus clausus*, entendido como restrição quantitativa global no acesso ao ensino superior público, as provas de acesso ao ensino superior dos alunos habilitados com o curso secundário acompanhasse o que está expressamente previstò na Lei de Bases do Sistema Educativo, devendo ter âmbito nacional e ser específicas para cada curso ou grupo de cursos. E que fosse promovida uma correcção estatística das classificações do ensino secundário de modo a assegurar aos estudantes uma maior justiça relativa, com base na comparação destas com as obtidas nas provas nacionais de acesso (específicas).

Esta obstinação do Ministério da Educação em aumentar a selectividade no acesso ao ensino superior desligada da melhoria efectiva das condições de aprendizagem dos alunos, para além da perturbação que está já a provocar, não demorará a revelar a sua grave inadequação e a acarretar incalculáveis prejuízos para muitos milhares de estudantes.

O PCP reclama, enquanto é tempo, que tal situação seja evitada.

E reclama, mesmo no quadro de uma orientação com que globalmente discorda, que o Ministério da Educação adopte pelo menos três medidas concretas que minimizem as dificuldades dos alunos e que confiram maior equidade à realização dos exames nacionais de finalização do ensino secundário e ao acesso ao superior.

A **1ª medida**, que para diminuir a contingência dos exames nacionais, cada prova tenha duas oportunidades de realização cumulativas, sendo tomada em consideração a nota mais elevada obtida pelo aluno, no caso de ter optado por comparecer nas duas oportunidades.

A **2ª medida**, que para garantir efectivamente as condições de igualdade na realização dos exames nacionais nas escolas públicas e privadas, os alunos sejam distribuídos em cada concelho por ordem alfabética pelas salas destinadas à realização das provas.

E a **3ª medida**, que no acesso ao ensino superior tenham lugar dois concursos nacionais, um em relação ao acesso ao ensino público e outro respeitante ao ensino não público (e não apenas um concurso em relação ao ensino público como ocorre presentemente), podendo os alunos candidatarem-se à admissão no ensino superior em qualquer um dos sistemas ou em ambos. Esta medida tem como objectivo tornar mais transparente o acesso ao ensino privado, clarificar quais as instituições e os cursos que são reconhecidos pelo Ministério da Educação e impedir o indecoroso negócio das inscrições pagas por alunos que aguardam o conhecimento dos resultados do concurso nacional para o ingresso nas escolas públicas.

Cartão amarelo

As formulações de carácter vago e generalista do documento que o Ministério da Educação tem vindo repetidamente a apresentar sob a designação de "pacto educativo" e a extensa listagem de assuntos destituída de conteúdo substantivo que as acompanham, configuram uma iniciativa que se situa mais no domínio do *marketing político* do que do enunciado claro de orientações e de compromissos concretos na área educativa.

Acresce ainda, com sinal negativo, o facto do conceito de "ensino público" não constar praticamente desse documento - quando ele constitui, indiscutivelmente, o primeiro problema e a principal responsabilidade do Ministério da Educação -, em con-

▶

PCP

A situação na área da educação

traste com as referências valorizadoras do ensino privado e da mercantilização dos saberes.

E apresenta-se também como negativa a ausência de referência aos valores, princípios e objectivos de política educativa democrática, tal como estão consagrados na Constituição da República e na Lei de Bases do Sistema Educativo, e que constituem o primeiro e básico compromisso nacional ao qual a acção governativa e a intervenção dos diversos protagonistas educativos devem evidentemente corresponder.

Não pode deixar de ser apontado o contraste entre o propósito ministerial de "pactuar" generalidades e a consideração em círculo fechado, apenas aberto às parcerias amigáveis, das matérias substantivas.

O que tem vindo a passar-se em relação ao problema do financiamento do ensino superior com a nomeação pelo Ministério da Educação de um grupo de trabalho que elaborou um relatório confidencial posteriormente objecto de debate num seminário fechado - para o qual não foram sequer convidados o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, as Associações de Estudantes e os Sindicatos de Professores - constitui um elucidativo exemplo desta metodologia.

Constitui motivo de vivo alerta o facto do Ministério da Educação estar a retomar as consabidas teses neoliberais do anterior governo do PSD, conducentes à efectiva desresponsabilização do Estado em relação ao financiamento do ensino superior público e ao agravamento da já elevada participação dos alunos e das suas famílias nos custos da educação.

A imposição de propinas de valor significativo, em flagrante contradição com o princípio constitucional que estabelece a progressiva gratuitidade do ensino público, com a "novidade" de ser associada a um sistema de empréstimos para os estudantes as poderem pagar; bem como o plano de substituição de uma parte significativa da acção social escolar por um sistema impropriamente designado de "bolsa empréstimo"; - constituem orientações em absoluto contrárias à indispensável democratização do acesso ao ensino superior público e às condições de sucesso dos alunos que o frequentam.

Bom será que o Governo, numa linha de cedência aos *lobbies* privatizadores e de negação dos compromissos eleitorais, não vá por aí...

Num quadro geral de defesa e respeito pela autonomia das universidades e dos institutos superiores politécnicos, o PCP irá apresentar proximamente na AR um projecto de lei sobre o financiamento e a gestão orçamental do ensino superior público.

Distinguindo duas componentes fundamentais, o financiamento público directo dos estabelecimentos de ensino (funcionamento e investimento) e o financiamento da acção social escolar, a regular em lei especial, esta iniciativa legislativa do PCP tem por objectivos:

* assegurar o funcionamento estável e sustentado dos estabelecimentos de ensino superior público, designadamente nas suas componentes pedagógica, científica, I&DE e cultural;

* assegurar a manutenção, renovação e expansão das infra-estruturas e equipamentos afectos aos estabelecimentos de ensino superior público;

* promover a qualidade do ensino prestado;

* promover o alargamento, a diversificação e a pertinência do ensino oferecido;

* facultar recursos suficientes para as actividades de I&DE;

* promover a racionalização da organização e gestão dos estabelecimentos de ensino superior público;

* promover a formação de pessoal docente para o ensino superior;

* e contribuir para uma política educativa que eleve os principais indicadores nacionais e tendencialmente os aproxime dos que vigoram nos países mais desenvolvidos.

Refira-se, por último, o anunciado plano de expansão da educação pré-escolar anunciado pelo Governo e que vem de encontro à resolução de um dos mais graves problemas estruturais do sistema educativo e que mais profundamente continua a afectar o desenvolvimento das crianças portuguesas.

Registando como positivo o propósito governamental de reconhecer a "educação pré-escolar como a primeira etapa da educação básica", o PCP não pode deixar de chamar a atenção criticamente para três importantes aspectos:

- a falta de correspondência entre os objectivos expansivos anunciados e a insuficiente previsão de recursos, o que aponta para uma expectativa oficial de cobrança de "mensalidades" aos pais que, além de inaceitável num quadro de rede pública, não tem minimamente em conta as condições socioeconómicas das famílias que pretende abranger;

- a tentativa do Governo apresentar como "rede pública" um abstruso conceito de modalidade "contratual ou concessionada", de modo a possibilitar o financiamento público da expansão acelerada da rede privada, em muitos casos *transvestida* de *social;*

- e a duplicidade do discurso oficial em relação às autarquias locais: por um lado reconhecendo o seu indispensável papel em relação à expansão e ao desenvolvimento da rede pública do pré-escolar; mas por outro lado pretendendo na prática transferir para elas responsabilidades em relação aos educadores, pessoal auxiliar e para-profissionais do complemento socioeducativo e ao mesmo tempo fixar-lhes o papel de cobradores das propinas da educação pré-escolar pública, eufemisticamente designadas de "contribuições dos pais".

O PCP sustenta a incontornável necessidade do Governo cumprir o preceito constitucional de "criação de um sistema público de educação pré-escolar" (artigo 74).

TRABALHADORES

Defende o sindicato da Administração Local

Impõe-se regionalizar

«A reforma estrutural que constitui a regionalização impõe-se como contribuição valiosa para tornar mais rica e real a vida democrática, para assegurar uma profunda reforma progressista da Administração Pública, para dar melhores condições para o desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas do País, para suster a degradação das condições de vida das chamadas áreas metropolitanas, para preservar a autonomia municipal ameaçada pelas comissões de coordenação regional e outros organismos desconcentrados que se têm assumido como instrumentos partidarizados» — defende o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local.

Numa nota distribuída sexta-feira, a Direcção Nacional do STAL afirma que «a persistência da ausência de um nível de poder intermédio entre a Administração Central e os municípios tem-se revelado como factor bloqueador em relação a aspectos centrais do desenvolvimento regional», um «importante processo» que «tem vindo a ser obstaculizado, no quadro da visão centralista que tem caracterizado sucessivos governos».

A lei-quadro das Regiões Administrativas «tem como conceitos a autonomia administrativa a financeira, definição de atribuições e ainda o princípio da subsidiariedade, legalidade, independência», os quais «têm vindo a ser adiados na regulamentação e na instituição concreta das regiões, com o argumento ridículo de que o País não está preparado, atrasando intencionalmente, desta forma, o cumprimento do estipulado na Constituição e é comprovadamente necessário ao desenvolvimento do País», afirma o sindicato.

O STAL salienta ainda que, no contexto da União Europeia, os efeitos do Mercado Interno «estão a conduzir a um maior fosso entre as regiões mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas», num momento em que «está adquirido que o poder local democrático e a regionalização são as grandes alavancas para o combate às assimetrias regionais existentes».

União dos Sindicatos denuncia problemas no distrito de Braga

O agravamento da situação social no distrito de Braga, ao nível das empresas e do emprego, bem como do exercício dos direitos sindicais, foi denunciado publicamente pela USB/ /CGTP-IN, numa nota que divulgou à comunicação social.

O documento divulgado dia 2 aponta vários casos:

- **PCB** (Produção de Calçado de Braga, em Sete Fontes): empresa do grupo alemão Riker, despediu ilegalmente os seus 450 trabalhadores, retirou o equipamento e encerrou as instalações. Recebeu, há cerca de 10 anos, incentivos fiscais e apoios à criação de emprego; obteve terrenos da Câmara Municipal a preço simbólico. Já foi autuada pela Inspecção do Trabalho.

- **Ferreira e Dias** (Garfe, Póvoa de Lanhoso): deve os salários de Março e Abril aos seus 50 trabalhadores. Foram detectados 15 casos de trabalho clandestino. Não paga contribuições à Segurança Social. Foi já autuada pelas inspecções do Trabalho e da Segurança Social.

- **Companhia de Cartões do Cávado** (Ruães, Braga): uma trabalhadora que há 10 anos era empregada de refeitório recebeu no final de Dezembro instruções para, como polivalente, passar a trabalhar na secção fabril, com as funções de manipuladora. A trabalhadora recusou. Em retaliação, deixaram de lhe ser distribuídas tarefas e, apesar de cumprir o horário normal no refeitório, não lhe são pagos salários desde então. A Inspecção de Trabalho ainda nada resolveu. Encontra-se um processo no Tribunal de Trabalho.

- **Luzcor** (Penselo, Guimarães): encontrando-se com processo de gestão controlada, foi encerrada e retirado património, deixando 150 pessoas sem trabalho.

- **Sedas Vizela**: o destino da empresa e dos seus 400 trabalhadores devia ser decidido em assembleia de credores, convocada para dia 7 (anteontem).

- **Malhas Dextra** (Briteiros): continua a ser retirado livremente o património da empresa, que tem 170 trabalhadores, está paralisada, com um processo de averiguações e investigação levantado pelo Ministério Público e uma assembleia de credores marcada para o próximo dia 27.

- **Serviços Municipalizados** da CM de Braga: tem sido alvo de perseguição um dirigente do STAL, no exercício da sua actividade sindical.

Os patrões do distrito de Braga semeiam a instabilidade entre as famílias dos trabalhadores (foto de arquivo)

Para a União dos Sindicatos de Braga, «estes factos, por si só, demonstram que as ilegalidades continuam, agravam-se e, tal como no Governo anterior, com este Governo tudo está igual ou pior».

Concentração amanhã em Peniche para defender a Unicoopesca

Manifestando «incondicional vontade de prosseguir a luta até que sejam garantidas condições que permitam a viabilização» daquela que é a maior empresa de pesca do porto de Peniche, os trabalhadores da Unicoopesca decidiram concentrar-se amanhã de manhã junto do Tribunal Judicial, onde deverá decorrer uma assembleia de credores.

A concentração, tal como a recusa de sair para a faina esta madrugada, foram tomadas num plenário realizado no domingo e onde os pescadores e demais pessoal da Unicoopesca deliberaram unanimemente «utilizar todos os meios de luta ao seu alcance para salvar a empresa, defender os postos de trabalho e procurar, de forma séria e responsável, a viabilização» - como refere um comunicado do Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Centro.

O sindicato salienta a importância da empresa, de que dependem directamente 200 postos de trabalho e «tem uma importância substancial no sector do cerco», realçando que «as quantidades de sardinha capturadas pelas suas traineiras são imprescindíveis para a boa laboração das fábricas de conservas» da cidade.

O maior credor da Unicoopesca - no processo de recuperação que decorre no Tribunal Judicial de Peniche - é o ex-FRAIP, hoje representado pela Direcção-Geral do Tesouro, que «continua a insistir nas piores soluções, que conduziriam ao desaparecimento da empresa e dos postos de trabalho» - acusa o sindicato.

No plenário de domingo, foi ainda decidido dar conhecimento oficial da posição dos trabalhadores ao primeiro-ministro, ao secretário de Estado das Pescas e à Direcção-Geral do Tesouro (aos quais foram solicitadas audiências), bem como ao governador civil de Leiria e ao gestor judicial.

TRABALHADORES

Ampla condenação da proposta de lei sobre flexibilidade e polivalência

CGTP-IN mobiliza para jornada de dia 16

A Comissão Executiva da CGTP, reunida domingo e segunda-feira, contabilizou mais de 1400 pareceres colectivos, quase 30 mil nomes em abaixo-assinados e cerca de 20 mil postais de trabalhadores ao primeiro-ministro exigindo que não seja aprovada a proposta de lei sobre a polivalência de funções profissionais e a flexibilidade dos horários de trabalho.

A divulgação destes números foi sublinhada, em conferência de imprensa, pela distribuição de uma lista provisória das organizações sindicais e dos colectivos de empresas que se pronunciaram unanimemente contra aquela iniciativa do Governo, tomada na sequência do acordo de concertação social de curto prazo e que deverá subir a plenário parlamentar no próximo dia 17.

«**Esta é, em termos absolutos, a maior manifestação de opinião dos últimos anos e talvez a maior de sempre face a uma proposta de lei apresentada na AR**», salientou Carvalho da Silva. Acompanhado por Manuel Lopes, José Ernesto Cartaxo, Jerónimo Rodrigues e Augusta Sousa, da Comissão Executiva, o coordenador da central frisou que «os deputados devem ter presente o seu conteúdo, reflectir sobre elas e rechaçar esta proposta».

«Estratégica» envenenada

A proposta de lei para desregulamentação das profissões e dos horários marca também a posição com que, à partida, a *Inter* encara a discussão sobre a chamada concertação estratégica. A reunião da Executiva, habitualmente realizada às segundas-feiras, foi iniciada domingo, desta vez, para que os representantes da central pudessem estar, segunda à tarde, na Comissão Permanente de Concertação Social, onde António Guterres apresentou a proposta do Governo.

Reservando um comentário mais detalhado para depois de conhecido o plano do primeiro-ministro, Carvalho da Silva reafirmou que este processo - inicialmente previsto para se iniciar no final de Janeiro - «está profundamente envenenado, porque **aquilo que é estratégico para os patrões já está incluído** no conteúdo do acordo de curto prazo e na proposta de lei sobre flexibilidade e polivalência».

As primeiras notícias sobre a proposta que o Governo apresentou aos parceiros sociais dão conta de sérios riscos e **novos perigos** para os trabalhadores.

Numa primeira leitura, só assim podem ser vistas algumas intenções ali expressas, como a alteração da legislação laboral (novamente!) para contemplar «*o enquadramento de formas atípicas de contratação e a caracterização de modalidades controladas de flexibilidade interna*»; o combate ao desemprego, através da «*reorganização do emprego com base na redução e na flexibilidade do tempo de trabalho*»; o incentivo à «*partilha do emprego*» com base na «*redução do tempo de trabalho*», na «*difusão do trabalho a tempo parcial de escolha voluntária*» e numa «*gestão mais flexível do ciclo da vida activa*»; a revisão do regime legal sobre a contratação colectiva; a defesa de um «*princípio plurianual de actualização salarial*».

Prosseguir o combate

A Comissão Executiva da CGTP analisou as iniciativas levadas a cabo para assinalar o Dia do Trabalhador, concluindo que este foi «um grande 1º de Maio, marcado por uma afirmação de luta contra a imposição da legislação sobre flexibilidade e polivalência, mas também marcado por outras mensagens que os trabalhadores quiseram trazer à rua por todo o País».

Num quadro em que se verifica «um crescente aumento do desemprego e uma tendência para criar, com o desemprego que se perspectiva, um cenário de pressão sobre os trabalhadores», a *Inter* manifesta «grande apreensão».

Ao mesmo tempo que muitas empresas vivem com dificuldades, há «muita gente que, insistindo nos erros que têm produzido esta situação grave de desemprego, usufrui de vantagens em função desse próprio clima de destruição do aparelho produtivo que vai gerando», denunciou Carvalho da Silva.

Alertou ainda para a tentativa de «criação de um clima de inevitabilidade da perda de direitos socias dos trabalhadores, em particular uma ameça muito forte sobre o sistema de Segurança Social».

A CGTP afirma a sua disposição de prosseguir a luta em defesa dos direitos ameaçados. A Executiva debateu a próxima jornada de **dia 16**, com âmbito nacional, e que terá expressão maior em **Lisboa**. Para a capital está convocada uma concentração de trabalhadores, às **16.30 horas**, na Praça do **Marquês de Pombal**, seguida de **desfile até à Assembleia da República**.

Sindicalistas estão a preparar-se para, no dia 17, assistir à discussão parlamentar nas galerias da AR.

Carvalho da Silva realçou que «não vamos parar» no combate à imposição legal da polivalência e da flexibilidade, uma vez que «não estamos perante uma discussão normal e salutar de temas tão delicados como são a polivalência e a flexibilidade, estamos, sim, perante uma proposta de lei que confere aos patrões poderes discricionários e impositivos».

Em Aveiro, este 1º de Maio foi um dos maiores dos últimos anos

Aveiro vai a São Bento

Uma representação sindical do distrito de Aveiro desloca-se a Lisboa, no dia 16, para participar na concentração e desfile promovidos pela CGTP. A decisão foi tomada no plenário distrital da União dos Sindicatos de Aveiro, na passada quinta-feira. Os sindicalistas deliberaram ainda «continuar com a informação, esclarecimento e discussão com os trabalhadores sobre as consequências da proposta de lei da flexibilidade e polivalência, caso esta viesse a ser aprovada».

Entre outras iniciativas, a União vai também solicitar reuniões a diversas entidades do distrito para lhes manifestar as suas preocupações e dar a conhecer os pareceres aprovados sobre a proposta do Governo.

O plenário de sindicatos reafirmou que «assistimos, em Aveiro, a um dos maiores 1º de Maio dos últimos anos», enquanto as comemorações do 25 de Abril «corresponderam aos objectivos nos locais onde foram assumidas pelo movimento sindical, designadamente em Ovar, S. João da Madeira e Santa Maria da Feira».

As comemorações do 1º de Maio constituíram uma afirmação de luta de muitos milhares de trabalhadores (foto do desfile em Lisboa)

Nunca assinou?

Desta vez a propósito das reservas da CGTP face ao «Plano de Concertação Estratégica para modernizar Portugal», novamente foi repetida a ideia de que a *Inter* «nunca assinou nenhum acordo». No «Correio da Manhã» de anteontem, a frase é atribuída a João Proença, o actual líder da *organização que assina todos* os acordos. Mas já surgiu noutras ocasiões e produzida por outros autores.

Vale a pena recordar como, nas comemorações do 1º de Maio, Carvalho da Silva se referiu a esta questão.

Referiu o coordenador da CGTP, intervindo no comício da Cidade Universitária, que, no processo que culminou com a assinatura do acordo de curto prazo, «pretendeu-se desvalorizar a posição de rejeição» da central, «com a falsa evocação de que nunca subscrevemos os acordos de concertação». Classificando tal afirmação como «mentira», reafirmou que «**a nossa posição face aos acordos é determinada, apenas e tão-só, pelo juízo que deles façamos em função dos interesses dos trabalhadores**» e sublinhou que «**o direito de livre negociação pressupõe tanto o direito de aceitar, como o de rejeitar**».

Apontou, de seguida, **alguns acordos subscritos pela CGTP**, renovando a exigência do seu cumprimento pelas restantes partes:

- os acordos sobre formação profissional e sobre higiene e segurança no trabalho, em 1990;
- o acordo para a reestruturação e modernização das indústrias têxtil e do vestuário, também em 1990;
- ainda no sector têxtil, os sindicatos da CGTP firmaram com o patronato e o Governo protocolos sobre as negociações do GATT e, mais recentemente, sobre a Organização Mundial do Comércio;
- já em Janeiro deste ano, foi subscrito o acordo para a Administração Pública.

Carvalho da Silva sublinhou que «nos nossos 25 anos de existência como organização sindical autónoma, sempre praticámos uma intensa política de negociação colectiva, nos sectores e nas empresas, sobre todas as questões que dissessem respeito às condições de vida e de trabalho», pelo que a CGTP tem «uma cultura de negociação fortemente arreigada à nossa prática sindical».

«É por tudo isto que nos custa a admitir que se pretenda agora converter o texto daquele acordo em proposta de lei para impor, desta forma, regimes de trabalho ao arrepio de tudo o que está consagrado na legislação e na negociação colectiva», protestou o sindicalista.

NACIONAL

Ainda o 25 Abril

Das inúmeras iniciativas que assinalaram o 25 de Abril um pouco por todo o país, várias não puderam entretanto ser contempladas nas páginas do nosso jornal, pelo que aqui tentamos dar ainda notícia, necessariamente incompleta, de algumas comemorações do aniversário da Revolução.

Distrito de Évora

Os festejos do 25 de Abril prolongaram-se por todo o mês, um pouco por todos os concelhos do Distrito de Évora, com grande participação da juventude.

Em Évora, na noite de 24, houve música cubana na Praça do Giraldo e fogo de artifício. Na manhã do 25 de Abril, decorreram diversas iniciativas desportivas, a estafeta da liberdade e outras actividades. Houve música popular ao longo de todo o dia.

Em Viana do Alentejo, as comemorações tiveram lugar por todo o Concelho. Em Aguiar foi inaugurado um moderno complexo desportivo, nas antigas instalações da Reforma Agrária. Em Viana e Alcáçovas houve música e convívio. Centenas de pessoas participaram na festa em Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz. Em Mora, as comemorações começaram a 20 e prolongaram-se até 27 de Abril. A revolução foi igualmente comemorada em Portel e Redondo. Em Montemor e Vendas Novas o povo veio à rua para participar nos desfiles.

Distrito de Braga

Dia 20 de Abril decorreu um jantar promovido por uma comissão constituída por personalidades da área CDU, com a participação do General Vasco Gonçalves.

Vasco Gonçalves esteve igualmente presente num almoço, em Famalicão, dia 21, promovido pela CDU, e que contou com a presença de cerca de 150 pessoas.

De registar ainda as iniciativas da CDU em Barcelos, Cabeceiras de Basto, Fão (Esposende) e Vila Verde.

Diversos festejos populares assinalaram o 24 e 25 de Abril em diferentes localidades.

Açores

Milhares de pessoas participaram nas comemorações do 25 de Abril em Ponta Delgada, promovidas por uma Comissão unitária apoiada pela Associação 25 de Abril.

Na noite de 24, com o Auditório Municipal completamente cheio, realizou-se um espectáculo musical especialmente preenchido com música açoriana e africana, jazz e poesia. No dia 25, nas portas da cidade, milhares de pessoas participaram numa festa popular, com a exibição de ranchos, grupos populares, cantores e muitos outros artistas.

No Faial, realizou-se um almoço comemorativo nas instalações do Clube Naval da Horta.

A CDU-Terceira promoveu, por seu turno, um jantar-convívio.

Vilarinho

No âmbito das comemorações do 25 de Abril, a CDU/Vilarinho realizou um almoço em que estiveram presentes cerca de duas centenas de pessoas.

A iniciativa teve a participação de activistas e simpatizantes da CDU, mas também de outras forças políticas, nomeadamente socialistas.

Nas intervenções políticas que tiveram lugar nesta iniciativa, foram abordadas questões como a situação no Vale do Ave e no distrito do Porto, a degradação das condições de vida das populações e o não cumprimento de promessas eleitorais por parte do Governo PS.

Viseu

Rectificação: As comemorações do 22º aniversário do 25 de Abril, que decorreram na cidade de Viseu, foram promovidas por uma Comissão Organizadora que integrou o Sindicato dos Professores da Região Centro, a União dos Sindicatos de Viseu - CGTP-IN e diversos sindicatos, associações de estudantes e a ADFA.

Por lapso, induzidos pela foto recebida, identificámos erradamente as comemorações de Viseu como iniciativa do PCP, o que aqui rectificamos, pedindo desculpa aos leitores e às diversas entidades organizadoras das comemorações de Viseu.

MDM

V Congresso debate a situação da mulher

"Assegurar a igualdade no respeito pela diferença" é o lema do V Congresso Nacional do MDM, que irá decorrer dias 11 e 12 de Maio no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e do Emprego (ISCTE), com a participação de mulheres de vários distritos, entidades nacionais e representantes da Federação Democrática e Internacional de Mulheres.

Neste Congresso estarão em debate questões da maior actualidade, como a evolução da situação da mulher em Portugal, o papel do poder central e local na promoção da cidadania feminina, o direito à educação e à cultura, a pobreza e exclusão social, o direito ao trabalho, a acção do MDM e a actualidade da acção do movimento feminino, entre outros temas.

Os trabalhos, em plenário, desdobram-se em quatro painéis: O MDM no contexto actual e na defesa dos direitos das mulheres; Emancipação económica - percurso de libertação; A cidadania feminina - o desafio do presente; A participação das mulheres no mundo.

Complementarmente haverá duas exposições - "Retrospectiva da actividade do MDM, de 1992-1996" e "Rostos de mulheres que dão vida ao movimento".

O Congresso irá discutir os problemas das mulheres portuguesas

Ao longo do Congresso terão ainda lugar momentos de folclore, poesia e música popular portuguesa. Em nota à imprensa, o MDM sublinha que este Congresso "reafirmará a indispensabilidade da acção e luta das mulheres, como autoras dos processos de mudança qualitativa nas suas vidas, pela igualdade de direitos e oportunidades e pela democratização da sociedade".

Quinta do Mocho exige resposta urgente

Desde finais dos anos 80, nos lotes inacabados de um bairro cuja construção ficou a meio - o bairro da Quinta do Mocho, em Loures - vivem algumas centenas de famílias, na sua maioria imigrantes dos Palop (países africanos de língua oficial portuguesa), sem água nem electricidade, sem saneamento básico nem recolha de lixos, em condições de grande miséria e degradação social.

Uma situação a exigir uma solução urgente, e que não se compadece com os prazos para a concretização do Plano Especial de Realojamentos (PER), prevista para o ano 2000.

Para tentar dar resposta a este grave problema - que atinge a população própria e a do bairros periféricos -, a Assembleia Municipal de Loures realizou, sábado passado, no Centro Social de Sacavém, uma conferência - que acabou por não contar com a presença de nenhuma das entidades governamentais convidadas - em que a situação da Quinta do Mocho foi abordada na perspectiva do seu enquadramento social, urbanístico, económico. No decurso dos debates, afirmou-se um claro consenso em torno da ideia de que qualquer solução passa necessariamente por uma forte conjugação de esforços e envolvimento de várias entidades, incluindo, como foi sublinhado pelo presidente da Câmara de Loures, Demérito Alves, "dos próprios moradores".

Uma necessidade igualmente destacada pelo representante dos moradores, Hernâni Nogueira, responsável pela Associação Unida e Cultural da Quinta do Mocho, que afirmou ser indispensável "integrar os habitantes" em qualquer solução, referindo ainda que, para tal impõe-se "sair dos gabinetes e fazer o projecto no terreno".

De acordo com o levantamento efectuado pela Câmara em 1993, o número de barracas existentes é de cerca de 434 (167 nos terrenos envolventes e 267 nos edifícios em estrutura), onde vivem 447 agregados familiares, num total de cerca de 1.500 pessoas. Números que muito provavelmente estão hoje desactualizados.

A situação criada - como é referido em memorando da Assembleia Municipal de Loures - tem vindo a colocar problemas de natureza diversa. É o caso dos problemas higieno-sanitários, bem como a questão de saneamento, de que resultam - quer por falta de limpeza, quer por insuficiente abastecimento de água ou deficiente drenagem dos esgotos - potenciais focos de ameaça à saúde pública.

Acrescem ainda - para além das questões de segurança - problemas relacionados com as redes de abastecimento de água e electricidade, sentidas como quebras de pressão e cortes de fornecimento nas urbanizações próximas, e que resultam das ligações clandestinas efectuadas pela população da Quinta do Mocho.

Para minimizar a degradante situação em que vivem os habitantes da Quinta, a Câmara tem vindo a tomar algumas medidas paleativas, procedendo a acções de limpeza local, à colocação de contentores de lixo e sua recolha regular e ainda à instalação de um chafariz para abastecimento público de água.

Estão ainda em preparação novas medidas, nomeadamente para abastecimento de energia eléctrica e um redimensionamento do abastecimento de água e drenagem de esgotos.

Medidas com impacto positivo na vida dos habitantes - mas uma gota de água face à dimensão de um problema a exigir o juntar de esforços múltiplos para a sua urgente solução.

Populações contra alargamento de campo militar

As quatro câmaras abrangidas pelo aumento da área de servidão militar do Campo de Santa Margarida vão reunir-se, quando terminar o prazo de consulta pública da proposta de lei sobre o assunto.

Os municípios de Abrantes, Chamusca, Constância e Ponte de Sôr já tomaram posições públicas rejeitando o aumento da área de servidão militar mas, nessa reunião, vão estudar o assunto para uma eventual tomada de posição conjunta.

Para além disso, alguns cidadãos reuniram muitas centenas de assinaturas contra tal aumento.

O prazo de consulta pública já expirou em três dos concelhos envolvidos e em Constância termina a 12 de Maio.

O Campo Militar de Santa Margarida foi criado em 1953 com uma área 12,828 quilómetros quadrados. Quatro anos depois foi constituída a servidão militar relativamente às zonas confinantes com ele.

Quase quarenta anos depois, essa servidão mantém-se em vigor, sem qualquer alteração, enquanto a área do campo foi aumentando até aos 63 quilómetros quadrados. A Brigada Mecanizada Independente, entretanto criada, está ali sediada.

Há muitos inconvenientes, caso metade do concelho com 760 quilómetros quadrados e 12.500 habitantes seja abrangido pela servidão militar.

Se a lei actual for integralmente cumprida, um depósito de gás para um aviário terá que ter um parecer prévio e a aprovação dos serviços militares. Numa das maiores manchas florestadas do País, as árvores terão que ficar suficientemente espaçadas para deixarem passar entre si os tanques em manobras. Diariamente, os funcionários camarários, quer seja para fazer uma estrada ou para fazer um levantamento topográfico, terão que saber se é dia de exercícios militares pois, em caso afirmativo, não poderão trabalhar em determinadas áreas. As escolas ao programarem um passeio, terão que apurar se calha num dia de manobras.

Os quatro partidos representados na Assembleia Municipal - os mesmos da Assembleia da República - estão contra, mesmo o PS, no Governo.

JUVENTUDE

Delegações estrangeiras no Congresso da JCP

Como o "Avante!" tem vindo a anunciar, o V Congresso da JCP irá decorrer nos próximos dias 18 e 19 de Maio, no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa.

Neste momento está confirmada a presença de 24 organizações de juventude de todo o mundo. Um número que desde já ultrapassa o de delegações internacionais que estiveram presentes no IV Congresso da JCP, há três anos.

A participação internacional da juventude no Congresso é valorizada pela JCP, não só pelo que traduz do seu prestígio a nível internacional, mas sobretudo porque reflecte o reforço da intervenção organizada dos movimentos de esquerda e progressistas no mundo de hoje. É mais uma demonstração do reforço do movimento juvenil internacional anti-imperialista e da luta e acção da juventude de todo o mundo.

A participação destas delegações internacionais no V Congresso da JCP permitirá ainda o incremento de um maior contacto e conhecimento mútuo entre os movimentos juvenis e o reforçar e desenvolver da sua cooperação.

Está desde já confirmada a presença de delegações da Alemanha, Bangladesh, Brasil, Chipre, Cuba, Espanha, ex-URSS, Finlândia, França, Galiza, Grécia, Índia, Itália, Japão, Líbia, Polónia, RPD Coreia, Sahara Ocidental, Sudão, Suíça, Timor-Leste, Vietnam.

Universidade Lusófona

Há meses que os alunos do pólo de Portimão da Universidade Lusófona vivem uma situação de grande instabilidade, estudando em situações muito precárias e frequentando mesmo cursos que carecem de autorização oficial.

Perante esta situação caótica, o Ministério da Educação limitou-se a instaurar um inquérito, sem que entretanto nada mais se tenha avançado na solução desta insustentável situação.

A JCP decidiu assim requerer, no passado dia 24 de Abril, na Assembleia da República, informações sobre as medidas tomadas ou a tomar pelo Ministério para defender os interesses dos alunos.

Associações juvenis em debate em Lisboa

"Associações Juvenis - a Cidade e o País" e "Associações Juvenis - Qualidade de Vida Urbana", foram tema de um debate realizado, sábado passado nos Paços do Concelho, por iniciativa do Conselho Municipal de Juventude da Câmara Municipal de Lisboa, e em que estiveram presentes 124 participantes em representação de 42 associações juvenis e juntas de freguesia.

Este Conselho teve como Comissão Organizadora as associações juvenis "Corrente Jovem", "AIESEC - Associação Internacional de Estudantes de Ciências Económicas e Empresariais" e a Junta de Freguesia de S.Vicente de Fora. O Pelouro da Juventude esteve representado pelo seu principal responsável, o vereador António Abreu.

O debate envolveu temas tão diversos como - cidadania, cooperação/interassociativismo; paz, solidariedade e cooperação entre os povos; desporto/cultura; integração do deficiente na cidade de Lisboa; ambiente urbano.

Foi valorizado o papel do movimento associativo no suprir de necessidades, evidenciar de preocupações e como contributo para o desenvolvimento. E ainda como estímulo e forma de uma cidadania participativa.

Suicídio adolescente

A adolescência tem sido "ignorada" pelos responsáveis da Saúde em Portugal, afirmou, em Viseu, durante um debate sobre o suicídio, o psquiatra António Neves, do Hospital de Santa Maria. Este clínico faz parte do Núcleo de Estudos do Suicídio (NES), do Hospital de Santa Maria, Lisboa, liderado pelo investigador Daniel Sampaio.

António Neves deu como exemplo a secção pediátrica do "Santa Maria", "onde as camas não existem para crianças com mais de 12 anos sem lugar na secção adulta", apesar de ser neste hospital que funciona a única equipa que investiga o comportamento suicida dos adolescentes em Portugal.

António Neves, juntamente com Paula Duarte, psiquiatra, e Rita Marta, psicóloga, também da equipa do NES, estiveram hoje em Viseu a convite do "Telefone SOS Palavra Amiga", linha de prevenção do suicídio.

Estes médicos tiveram oportunidade de informar os cerca de 150 participantes no debate dos mais recentes estudos elaborados em Portugal sobre aquela que é a segunda causa de morte nos adolescentes, o suicídio.

Serviço Militar Obrigatório

Uma questão de Liberdade!

Comecemos a discussão pela ordem inversa do que nos têm sistematicamente proposto. Queremos umas Forças Armadas profissionalizadas em Portugal? Para quê?

E apesar de agora estarem na moda as sondagens estilo «Queres ir para o desemprego ou receber um salário menor?» que muito «cientificamente» provam que a maioria dos trabalhadores portugueses têm como mais profundo desejo uma redução salarial, proporia que uma sondagem séria fosse realizada sobre esta matéria, mas que aí, ao invés de colocar uma qualquer pergunta que previamente induza à conclusão desejada pela direita, e desvie do sentido vero da decisão, avançaria como questão:

«Está de acordo com a existência em Portugal de um exército profissional que se encarregue das intervenções militares externas em defesa dos interesses dos Estados Unidos e/ou dos países economicamente mais fortes da UE?» E ainda, «Está de acordo que Portugal abdique da sua capacidade de defesa nacional para adquirir capacidade de intervenção militar na Bósnia?»

Hoje, a Europa avança decidida para a criação de Forças Armadas profissionais, respondendo às contradições geradas pela exploração do chamado Terceiro Mundo com o incremento da opressão, com o desenvolvimento de uma gigantesca e modernissima máquina de repressão capaz de impor a Paz (leia-se, garantir as condições mínimas de estabilidade para o desenvolvimento da exploração imperialista de um determinado povo) ou de travar a guerra, sempre que necessário (leia-se, sempre que útil aos interesses das grandes potências imperialistas).

E este caminho que a Europa trilha pode ser, é-o certamente, um caminho justo e necessário para o PS, PSD e CDS/PP porque o é para a classe que lhes determina as políticas. Mas não é seguramente o caminho que a Juventude Portuguesa quer trilhar, porque não é o caminho da liberdade e da cooperação, é o caminho da opressão.

Da mesma forma, esta opção profissionalizante das Forças Armadas implica abdicar de uma qualquer perspectiva do nosso país ser capaz de assegurar a sua própria defesa nacional, instituindo na prática mais uma hipoteca sobre a nossa independência nacional. Ou será que acreditamos que, neste mundo em que vivemos, se o nosso povo decidir prosseguir um caminho diferente aos interesses das classes exploradoras e do imperialismo, esta opção será pacificamente aceite pelas potências imperialistas? Aliás, podemos mesmo colocar que papel desempenharia este exército profissional no dia em que o nosso povo decidir seguir o caminho oposto ao dos seus «amos»?

Novamente, este pode ser o caminho alegremente trilhado pelas classes exploradoras, porque reforça os mecanismos opressivos, mas não é o caminho da Juventude Portuguesa. Não é o caminho da nossa liberdade.

E ainda sobre a Liberdade. Entre obrigatório e voluntário as próprias palavras induzem no segundo um muito mais forte sentido de Liberdade. Mas será assim? Lembremo-nos das entrevistas aos soldados portugueses na Bósnia. A maioria deles tinha-se voluntariado por ser a única hipótese segura que dispunham para garantir o sustento dos seus. Estaremos perante uma opção voluntária ou serão estes jovens forçados a tomar a opção das armas?

Mas defendendo o SMO, defendemos nós este SMO?

Não. E novamente se nos coloca aqui a questão da Liberdade. As actuais condições de prestação do SMO, os transtornos que traz à vida de um número significativo de jovens e o bloqueamento do acesso à objecção de consciência são totalmente inaceitáveis. E esta, sim, parece-nos que é uma luta que deve e pode mobilizar a Juventude Portuguesa.

E se as Forças Armadas se orientam, exclusivamente, para a defesa nacional, então devemos romper com alianças militares que implicam permanentes engajamentos em intervenções externas e colocar a capacidade de defesa nacional nas mãos do povo, de um povo militarmente instruído, o que não é só a melhor garantia de que essa defesa é possível, como a melhor garantia da PAZ, porque são as classes dirigentes que mais rapidamente caminham para a guerra, porque com menos sangue as pagam.

É por isso que apontamos, como objectivos:

1. Impedir a desconstitucionalização do SMO;

2. Conseguir o desmantelamento dos blocos militares, que se nunca foram de defesa, são hoje assumidamente para agressão;

3. Denunciar o imperialismo, verdadeiramente responsável pela tensão existente no Planeta;

4. Lutarmos pela dignificação do SMO, nomeadamente: a dignificação e o melhoramento das condições de prestação e instrução; o reconhecimento de todos os direitos de cidadania dos jovens aquando da prestação do SMO; a possibilidade de opção da idade de incorporação;

5. Lutarmos pelo efectivo direito à objecção de consciência, nomeadamente garantindo: o reconhecimento automático da objecção de consciência e a desburocratização e simplificação do processo; a dignificação do Serviço Cívico; a igualdade de deveres, de direitos e regalias entre os jovens no Serviço Cívico e no SMO.

Correr *com o* racismo

"Correr *com o* racismo" é uma manifestação desportiva anti-racista, promovida pela Interjovem, que entre os múltiplos apoios conta com o patrocínio do Presidente da República, Jorge Sampaio, presente também no seu lançamento, em 3 de Maio, no Centro de Medicina Desportiva, Estádio Universitário de Lisboa.

Uma corrida diferente, como é apresentada em editorial do jornal de divulgação da iniciativa - "uma corrida em que todas as medalhas irão para o respeito e gosto pelas *diferenças*".

Falando de improviso no lançamento desta iniciativa, perante uma assembleia composta de muitos desportistas e diferentes personalidades, e ladeado pelo técnico de atletismo Bernardo Manuel, pela atleta Carla Sacramento, por Armando Monteiro, da Interjovem, e Ana Francisca, nadadora campeã júnior, Jorge Sampaio afirmou que a ausência de valores racistas em Portugal é um património que tem de se manter. Tanto mais que defrontamos condições socioeconómicas e de integração difíceis, potenciais geradoras de sentimentos de xenofobia.

A iniciativa "Correr *com o* racismo" engloba uma corrida, a realizar no próximo dia 18 de Maio, a partir das 10H30, com início no Cais do Sodré e meta em Belém, e pontos intermédios de partida em Alcântara e na zona da FIL.

São objectivos fundamentais desta iniciativa - alertar a opinião pública para as manifestações de racismo e xenofobia no nosso país, contribuir para a solidariedade e igualdade de tratamento entre todas as etnias, consubstanciado no lema "Todos Diferentes, Todos Iguais".

A corrida terá um carácter de convívio e confraternização e é aberta a todas as pessoas, a partir dos 10 anos de idade.

O jornal agora lançado inclui um texto contra o racismo da autoria do Presidente da República.

O Presidente de Cabo Verde, Mascarenhas Monteiro, os embaixadores de Angola e do Brasil, José Patrício e Itamar Franco, o representante da ONU em Portugal, Carlos Santos, atletas como Domingos, Oceano e João Pinto, Albertina Dias, Albertina Machado e Aurora Cunha, os irmãos Castro e Carlos Lisboa, músicos como os Delfins e os Sitiados, actores como Inês de Medeiros, Maria do Céu Guerra e Joaquim de Almeida, escritores como Mário de Carvalho e Mia Couto, são alguns dos apoiantes da iniciativa.

INTERNACIONAL

Evitar as crises

Butros Gali, secretário-geral da ONU, apelou à comunidade internacional para evitar as crises, em vez de as remediar gastando dez vezes mais. «As medidas devem tomar-se para prevenir o estalar das crises, em vez de gastar dez vezes mais para curar as suas consequências», defendeu Ghali durante uma reunião em que foi anunciado o envio de 25 milhões de dólares para África para evitar a marginaliação deste continente nos próximos anos.

Ulster

O Sinn Fein, a ala política do IRA, congratulou-se com o «teor geral das propostas» do primeiro-ministro irlandês sobre a Irlanda do Norte, que afirmou que o acordo sobre o conflito estava «literalmente ao alcançe da mão». «É do interesse de todos entabular negociações de paz, desenvolver um verdadeiro processo de paz e de obter um verdadeiro acordo», afirmou Adams, citado pela Lusa.

Chile

A mina chilena de cobre de Chuquicamata, a maior do mundo, paralisou na quinta-feira devido à greve que os seus 7 mil trabalhadores levaram a cabo por desacordo nas negociações colectivas. Os mineiros exigem um aumento salarial real de quatro por cento e a construção de um novo hospital.

Palestina/Israel

O bloqueio imposto em Gaza e na Cisjordânia continuará em vigor até às eleições legislativas em Israel, afirmou Shimon Peres. Mais de dois milhões de palestinianos continuam assim impedidos de trabalhar durante, pelo menos, mais quatro semanas.

Liberdade de imprensa

A Federação Internacional de Jornalistas denunciou a atitude dos grandes grupos de imprensa que sacrificam a liberdade de expressão e de opinião para satisfazer unicamente os seus interesses comerciais. Num comunicado publicado na quinta-feira passada, a FIJ apontou como principais ameaças para a liberdade de imprensa no mundo a pobreza do Sul, a comercialização excessiva no Norte e a violência. «Não pode haver liberdade de imprensa se os jornalistas viverem em condições de pobreza, ameaçados pela corrupção e intimidados», afirma a federação.

Brasil

Cerca de 15 fazendeiros do Pará, no Brasil, terão pago a operação policial que acabou com o massacre de 19 camponeses sem terra, a 17 de Abril último. A denúncia contra estes fazendeiros, que se opõem à política de

Comunidades portuguesas comemoraram 25 de Abril

Um pouco por todo o mundo onde estão radicadas comunidades portuguesas, o dia da Liberdade foi comemorado com dezenas de actividades culturais, desportivas, ou simples convívio de amigos.

FRANÇA

Em **Clermont Ferrand**, a Comissão 25 de Abril, formada por democratas de diversos quadrantes políticos, organizou a "Festa dos Cravos" que juntou cerca de 300 pessoas na sala de festas de Gerzat. João Ribeiro Lopes, em nome da Comissão, salientou a importância destas comemorações na emigração referindo que sendo este o segundo ano consecutivo em que se realizam as comemorações do 25 de Abril em Clermont Ferrand contam torná-la uma festa tradicional para que não nos esqueçamos da importância que o 25 de Abril representa também para os emigrantes. O Consul de Portugal, Jorge Serpa Neves, assim como Jaime Alves, em representação da Associação Portugal de Abril de Paris, participaram nesta iniciativa tendo dirigido saudações aos presentes.

A festa contou com a animação dos grupos folclóricos "Camponeses minhotos" e "Os bem unidos" e do conjunto "Racines".

O "**Capitão de Abril**" **Dinis de Almeida** participou em diversas iniciativas realizadas na **região de Paris**. Em **Bezons**, promovido pelas associações portuguesas de **Bezons** e de **Courbevoie,** realizou-se um jantar-convívio com a presença de mais de 300 pessoas, no qual estiveram também os presidentes das câmaras de Bezons e de Sartrouville e vereadores das câmaras de Courbevoie e Houilles. Participou também num almoço, em **Paris**, promovido pela Associação Portugal de Abril. Em **Plaisir** - localidade geminada com a vila da Baixa da Banheira (Moita) - esteve presente na inauguração das comemorações promovidas pelas Associações Amigos do 25 de Abril e Desportiva Portuguesa de Plaisir que contou com um acto solene, onde também interveio o presidente do municipio, de homenagem aos antifascistas mortos pela liberdade, junto à placa dedicada ao 25 de Abril. Esteve também em **Villiers s/ Marne** onde falou para mais de 400 pessoas que assistiam a uma festa do 25 de Abril promovida pela associação portuguesa nesta localidade.

Em muitas outras localidades, por toda a França, o 25 de Abril foi recordado. Cientes que não nos referimos a todas eis algumas dessas localidades: **Aubervilliers, Colombes, Fontenay - Sous - Bois, Nemours** e **Pontault Combault** na região de Paris, **Aix-en-Provence, Bensançon, Metz e Mulhouse.**

SUÍÇA

O êxito da **corrida da Liberdade** repetiu-se pela oitava vez, na cidade de **Genebra**, com a participação de cerca de duas centenas de atletas. Nesta mesma cidade as comemorações duraram 3 dias e foram organizadas pela Associação Democrática dos Trabalhadores Portugueses. Destaque para o festival de folclore com o apoio da Federação das Associações e no qual participaram 10 ranchos.

Na Suíça de expressão alemã, em **Zurique**, **Winterthur**, **Thun** e outras cidades as associações locais promoveram festas.

Em **Sion**, participaram 250 pessoas num convívio de Abril onde actuou O Grupo Coral alentejano recentemente criado e ligado à Associação Portuguesa. Os participantes nesta iniciativa revelaram assim que estão atentos e inquietos frente às realidades sócio-económicas. Assim se referiu o delegado sindical José Ferreira, numa intervenção relativa ao aumento do desemprego no cantão do **Valais** que afecta centenas de familias de emigrantes portugueses.

O sindicalista Manuel Beja numa referência à situação na Suiça acusou os barões da economia e da industria "de atacarem tudo o que garante ainda a estabilidade social, política e económica na Suiça. Com o objectivo de criarem condições práticas para tirarem aos trabalhadores, ao cidadão, e muito particularmente aos estrangeiros, o pouco que têm para o meterem nos bolsos já bem cheios dos grandes patrões".

ALEMANHA

Em **Reutlingen** várias dezenas de pessoas comemoraram a efeméride com uma festa animada por um grupo musical. Para além de intervenções alusivas à data a Comissão promotora da iniciativa ofereceu aos presentes um cravo vermelho. Entre outras localidades, também em **Frankfurt** e **Hamburgo** o 22º aniversário do 25 de Abril foi festejado.

LUXEMBURGO

Organizado pelos Amigos do 25 de Abril, teve lugar em **Esch Alzette** um debate, onde interveio o capitão de Abril, Dinis de Almeida, ao qual se seguiu um jantar com animação musical. Esta iniciativa contou também com a participação do Circolo Culturale da comunidade italiana residente neste país que no 25 de Abril festeja o fim do regime fascista de Mussolini em Itália.

ESPANHA

No **País Basco**, promovidas pela Casa de Portugal em Bizkaia, realizou-se uma noite de fados e durante alguns dias esteve patente ao público uma mostra de artes plásticas.

SUÉCIA

A Federação das Associações Portuguesas na Suécia, levou a efeito em **Estocolmo,** um jantar comemorativo do 25 de Abril onde estiveram cerca de 200 pessoas.

■ **Manuel Beja**

Um Livro Branco dos barões da alta finança suíça

Os portugueses na Suíça, na sua maioria, já ouviram falar do senhor David de Pury e amigos. Todos eles pertencem à classe dos grandes capitães da indústria e da finança. Particularmente, de Pury, ex-co-presidente da ABB, é também bem conhecido pelos trabalhadores em Portugal. Não terá sido ele um dos grandes responsáveis da crise da metalomecânica portuguesa? Não estarão a ABB e a estratégia de David de Pury ligadas às enormes dificuldades das empresas portuguesas do sector como por exemplo a Sorefame e a Mage actualmente a colocarem no desemprego centenas de trabalhadores?

No final do ano, fomos brindados com o chamado livro branco de David de Pury que ataca tudo o que garante a estabilidade social, política e económica da Suíça. Objectivo: criar condições práticas para tirar aos trabalhadores e ao pequeno cidadão o pouco que têm para o meterem nos bolsos já bem cheios dos grandes patrões.

O livro branco é um vasto programa de desregulamentação, privatizações e desmantelamento social do qual iremos apresentar alguns exemplos:

Os autores lançam um ataque frontal contra as seguranças sociais. Pretendem reduzir os subsídios da AVS (1) a um mínimo e suprimir a obrigação de filiação numa instituição de previdência para permitir aos patrões economizar as suas cotizações do *segundo pilar* (1).

Esperam fazer da segurança de desemprego uma segurança de base em parte privatizada. Defendem a atribuição de prémios em função dos riscos do desemprego. Isto quer dizer que os trabalhadores mais expostos ao desemprego – na maioria dos casos são os estrangeiros e todos aqueles com uma remuneração mais fraca – devem pagar os prémios mais elevados.

Procuram com todo o gás esvaziar os aspectos mais importantes das convenções colectivas de trabalho.

Para eles os salários e condições de trabalho devem ser negociados a nível das empresas. O que levará a uma baixa massiva dos salários em muitos sectores profissionais.

Sobre a evolução do mercado do trabalho não existe no livro branco alguma proposta válida que nos indique a criação de novos postos de trabalho. Ao contrário, os autores defendem claramente a política monetária do franco sobrevalorizado e consequentemente o agravamento das dificuldades no mercado do trabalho.

Os autores sabem que os seus objectivos não podem imediatamente ser realizados. É por isso que os querem pôr à prova provocando a desconfiança e a insegurança. É por isso que dramatizam a competitividade da Suíça e desenvolvem estratégias que levam à deterioração da situação económica.

Quem são os barões e quanto ganham (*)

* David de Pury, autor principal do livro branco, quando foi co-presidente da ABB tinha um «salário» anual de 1 500 000 francos e uma fortuna avaliada em 1 350 000 francos.

* Joe Ackermann, chefe do banco SKA, 1 130 000 francos de «salário» anual declarado e uma fortuna de 700 000 francos.

* Robert Studer, presidente do conselho de administração do banco SBQ, o maior banco suíço. «Salário»: 3 440 000 francos, fortuna declarada 6 500 000.

* Stephan Schmidheiny, presidente do conselho de administração da Anova.

* Thomas Schmidheiny, o rei do cimento e presidente do conselho de administração do Holderbank.

* Alex Krauer, Ciba Geigy.

* Helmut Maucher, Nestlé.

* Georges Blum, Bankverein SBV.

* Ulrich Bremi, Rück, Georg Fischer, NZZ.

* Gerard Schwartz, NZZ.

* Fritx Leutwiler, antigo presidente da banca nacional.

* E os professores da Universidade de St. Gallen: Heinz Hauser, Alfred Maier, Beat Schmid.

Como se pode verificar, os autores do Livro Branco são possuidores de grandes fortunas, que são multiplicadas a grande velocidade através de grandes jogadas financeiras de carácter especulativo. Para eles, os direitos sociais e fundamentais dos trabalhadores conseguidos pela luta de sucessivas gerações nada lhes dizem. As suas propostas vão no sentido de liquidar todas estas conquistas sociais em nome da modernidade e do progresso. Apesar da arrogância de que estão dando mostras os senhores barões terão a resposta que merecem. A contestação às sus propostas está a suscitar amplos apoios por parte da população suíça, das forças progressistas e dos trabalhadores nacionais e estrangeiros.

---

(1) 2º Pilar, é um fundo obrigatório constituído por cotizações do trabalhador e do patronato que se destina ao financiamento complementar do Seguro de Velhice e Sobrevivência (AVS) e do seguro de Invalidez. Este fundo pode ser levantado quando o trabalhador emigrante deixa definitivamente a Suíça.

(*) Os valores são em francos suíços que está a 126$00.

INTERNACIONAL

Anti-racismo na Europa apesar de um certo racismo europeu

O Parlamento Europeu encontra-se reunido hoje, em Bruxelas, no último dia de mais uma sessão plenária. Da ordem de trabalhos desta sessão faz parte um relatório, que será votado hoje, que incide sobre um tema que tem vindo a invadir o quotidiano de vários países europeus: o racismo, a xenofobia e o anti-semitismo.

O ponto de partida da questão foi uma comunicação apresentada pela Comissão Europeia através da qual – como que provando que nem sempre anda distraída ou preocupada em discutir o sexo dos anjos e o diâmetro das pizzas –, propõe a designação de 1997 como «Ano Europeu contra o Racismo», com o desbloquear de uma verba destinada a promover acções em todos os Estados membros, onde serão activados comités nacionais de coordenação com a participação do movimento associativo do respectivo país.

Com o documento em questão, a Comissão propõe-se intensificar a sua contribuição «na luta contra o racismo, a xenofobia e o anti-semitismo», uma vez que a sua «constante presença na Comunidade Europeia coloca às nossas comunidades um importante desafio». Assim, parte de uma análise lúcida da realidade, constatando, além da «regularidade alarmante com que são registados crimes violentos de índole racial», a existência de «uma corrente oculta de preconceito e discriminação em vários sectores sociais, ao mesmo tempo que a linguagem do racismo se tornou progessivamente comum em manifestações públicas de carácter político em todos os Estados-membros da Comunidade».

Daqui passa para uma análise das causas do fenómeno, que «ultrapassam em larga medida o preconceito flagrante e irracional». Análise que, sem ser exaustiva é, apesar de tudo, bastante pertinente e razoável: «factores como desemprego, pobreza, exclusão, decadência urbana, baixos níveis de integração e integração incompleta contribuem para a criação de um clima conducente ao racismo».

Isto para concluir que a eficácia de qualquer acção contra o racismo apenas será eficaz se for «implantada numa série mais vasta de **políticas visando a melhoria das condições sociais e económicas que são considerados factores potencialmente agravantes**». E termina: «**Na verdade, essa acção indirecta é o ingrediente-chave para o êxito, na medida em que previne o aparecimento de condições nas quais o racismo e a xenofobia prosperam**».

No entanto, não obstante a clareza posta no evidenciar das causas do fenómeno, a proposta a que se chega não pode ficar isenta de algumas observações: por um lado, numa análise mais imediata constata-se que a verba disponibilizada deve ser classificada como, pelo menos, reduzida: 6 milhões de ecus (aproximadamente um milhão e duzentos mil contos, o que até me parece pouco), a dividir pelos 15 Estado-membros (o que faz om que, afinal, já não pareça tanto).

Por outro lado, e o que é sem dúvida mais importante, a Comissão que agora vem promover semelhante iniciativa é a Comissão da mesma União Europeia cujas políticas em nada têm contribuído para o reforço da coesão económica e social (antes pelo contrário). A mesma coesão cujo reforço é identificado como «ingrediente-chave» na luta contra o racismo. É justamente a mesma Comissão que é considerada a «guardiã» dos Tratados em vigor na UE, entre os quais o que estabelece os famosos critérios de convergência nominal em nome dos quais se vêm agravando as «condições sociais e económicas», também identificadas como «factores potencialmente agravantes» das situações de racismo.

Está-se, pois, perante um exercício que contém uma forte dose de hipocrisia, a fazer lembrar as empresas responsáveis pelo fabrico de minas antipessoais que, depois de estas matarem e mutilarem indiscriminadamente mundo fora, vêm, bondosamente, oferecer os seus préstimos e *know-how* para remover e desactivar os ditos engenhos (tudo na proveitosa lógica do 2 em 1: ganham com a venda dos «brinquedos» e ainda ganham mais pela sua desactivação).

Um deputado ignorante (e não só)

Seguindo-se os trâmites normais de semelhante processo, a proposta foi entregue à comissão parlamentar correspondente (no caso a das liberdades Públicas e dos Assuntos Internos) onde foi escolhido um deputado (no caso Aric Oostlander, holandês, do PPE) para elaboração de um relatório com a posição do Parlamento Europeu sobre o assunto.

Este, imbuído do mais genuíno espírito eurocêntrico colonialista, faz anteceder a proposta legistlativa da Comissão (a tal que até nem é má de todo) de um ror de considerandos ignorantes e reaccionários através dos quais pretende justificar a premência de semelhante iniciativa. Assim, a versão original (que entretanto foi ligeira, se bem que não significamente, alterada) assegurava que a existência de sociedades multiétnicas e multiculturais mais não é do que uma «expressão» de civilização e de apoio ao ideal europeu», cujo desenvolvimento (da integração europeia) nos anos do pós-guerra «constituiu a principal resposta ao na-cional-socialismo e ao comunismo totalitário, regimes sob os quais as populações dos países europeus se deixaram manipular».

Na Europa , o combate ao racismo continua a ser difícil

No que diz respeito às causas da intolerância, estas situar-se-iam exclusivamente no plano do desenvolvimento moral («perda de valores»), crise das ideologias («colapso do comunismo») e manipulação das pessoas em situação de «insegurança moral provocada por períodos revolucionários». Causas sociais e económicas é coisa que não existe, da mesma forma que o combate ao racismo e xenofobia se deve buscar na «contraposição de regras e valores inequívocos». E está o problema resolvido.

Corre-se assim o risco de, mesmo aqueles que sempre tiveram o combate à intolerância (racial incluída) e a luta pelo respeito da dignidade humana como valores orientadores da sua intervenção, mesmo esses (leia-se nós), perante um exercício tão desnecessário de futilidade, ligeireza e ignorância poderem sentir alguma hesitação em dar o seu aval e apoio a um relatório cuja aprovação viabilizará uma proposta da Comissão que pode trazer um contributo importante (se bem que não deva ser considerado suficiente nem muito menos limitativo de futuras intervenções) à luta pela erradicação da praga social que é o racismo.

Aliás, para justificar semelhante proposta e fazê-la receber a aprovação que merece talvez nem fosse necessário tão longo (e penoso) exercício de justificação prévia. Que além de não convencer ninguém ainda põe em evidência os recursos intelectuais do autor (valha-nos isso...).

No entanto, o misto de ignorância e reaccionarice de alguns (que devidamente acompanhada pela «tolerância» complacente de outros que a legitimam permite que no Parlamento Europeu vejam a luz do dia semelhantes produções), não são motivo suficente para virarmos costas à discussão ou nos opormos cabalmente a ela, abandonando esta frente de luta. Não é a primeira vez, nem certamente será a última, que se leva a cabo parecido exercício deglutativo de batráquios e afins, pois não só o que resulta tem um sentido positivo – reforço da denúncia e do ataque ao racismo e à xenofobia –, como pode ajudar à mesma luta noutras frentes.

Malogro da conferência de minas antipessoais

Uma vítima em cada 20 minutos

«Se a intenção da conferência era encontrar soluções para o aumento inexorável do número das vítimas de minas antipessoais, o resultado é um malogro completo e constitui uma verdadeira traição às esperanças e expectativas de todos os que diariamante têm que fazer frente a essa ameaça.» Estas palavras são do porta-voz da organização Deficiente Internacional, e exprimem a decepção das organizações humanitárias em relação aos resultados da Conferência sobre aquele tipo de armas, realizado durante a semana passada em Genebra.

Contando com a participação de 57 países, a conferência não vem proibir as minas antipessoais como exigem cerca de 450 Organizações Não Governamentais. Apenas prevê que todas as minas daquele tipo sejam detectáveis, se neutralizem automaticamente ao fim de 120 dias fora de zonas militares balizadas e deixem de ser exportadas ou importadas. Compreende ainda um período intercalar de nove anos após a sua entrada em vigor.

Isto significa que, durante esse tempo e ao ritmo actual, mais 260 mil pessoas morrerão ou serão mutiladas. É que, como dizem as ONGs, as minas, por muito sofisticadas que sejam, serão sempre incapazes de distinguir entre a bota de um soldado, o pé de uma criança e o casco de uma vaca. É bom lembrar que, em cada 20 minutos, uma pessoa é morta ou mutilada por uma das cem milhões de minas antipessoais espalhadas por 64 países no mundo inteiro.

Os negociadores são acusados de terem cedido às pressões dos militares, ao permitirem todas as utilizações secundárias das referidas minas. O texto também não compreende a criação de um mecanismo internacional de fiscalização.

34 países já se pronunciaram a favor de uma proibição total, 16 renunciaram às minas antipessoais e cinco preparam-se para destruir os seus *stocks*. O Canadá lançou um apelo aos governos e às ONGs para uma «reuniãoestratégica», em Setembro, que visa coordenar a acção internacional a favor da interdição total. O Camboja, uma das principais vítimas das minas, propôs à ONU o estabelecimento de uma «lista negra» dos países que as produzem e exportam.

Para a Cruz Vermelha, «as limitações adoptadas encorajam a produção, a transferência e o emprego de uma nova geração de minas», persistindo «o horror dos imensos sofrimentos provocados pelas minas terrestres».

expropriação de terras, foi feita por um outro que se negou financiar um plano projectado para assassinar dez dirigentes do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Bielorrússia

O parlamento da Bielorrússia aprovou por maioria o acordo de «integração aprofundada» na Rússia, referente ao plano político e económico. O acordo, já aprovado pela Duma russa, prevê a criação de organismos supranacionais entre os dois países.

Noruega

Os trabalhadores das onze plantaformas de petróleo e gás norueguesas do mar do Norte entraram em greve no passado sábado, por solidariedade com os colegas de terra, que pararam há três semanas exigindo a assinatura de um acordo salarial alinhado com o do pessoal «offshore». «A nossa greve poderá durar algumas horas ou vários dias, mas estamos preparados para uma acção dilatada pelo tempo», avisou o sindicato.

Nuclear

Mais de seis mil pessoas protestaram em Dannenberg contra a chegada à Alemanha de detritos nucleares altamente radioactivos, anteriormente tratados em França. Desde meados de Abril, os ecologistas alemães lançaram vários atentados contra os caminhos-de-ferro por onde chegaram os resíduos. Segundo uma sondagem, 54 por cento dos alemães vêem o transporte dos detritos como um perigo para a população.

Tchetchénia

O ministro dos Negócios Estrangeiros russo aceita uma autonomia alargada da Tchetchénia mas rejeita qualquer possibilidade de independência daquela república. «Tudo é negociável, incluindo qualquer tipo de estatuto para a Tchetchénia, desde que respeite a integridade territorial da Rússia», disse.

Itália

Um dia depois da Refundação Comunista reafirmar o seu apoio à criação de um governo de centro-esquerda, Umberto Bossi, o dirigente da Liga Norte derrotado nas eleições legislativas, defendeu o «modelo checoslovaco» para «dividir» a Itália entre a planície do Pó e o centro-sul do país, considerando o federalismo ultrapassado.

Grã-Bretanha

O Partido Conservador de John Major perdeu as eleições autárquicas na Grã-Bretanha, obtendo apenas 28 por cento dos votos o que lhes confere 513 lugares dos Conselhos do Governo Autárquicos. Os Trabalhistas tiveram 44 por cento (1727 representantes).

REGIONALIZAÇÃO

Perguntas com resposta

Do muito que se tem dito sobre a regionalização, nas múltiplas intervenções públicas sobre a matéria, quase todas dos mais acérrimos opositores da regionalização, pouco ou nada contribuiu para o esclarecimento público sobre a matéria.
A desinformação não é gratuita, como não é gratuito o silenciamento de quantos, por todo o País, desejam uma verdadeira reforma democrática da administração pública.
Como contributo para um verdadeiro debate e esclarecimento nacional, publicamos hoje um conjunto de questões com que pretendemos repor a temática da regionalização nos seus verdadeiros limites e desmistificar as «verdades adquiridas» com que se tem intoxicado a opinião pública.

É verdade que as regiões não têm qualquer tradição histórica em Portugal?

A tradição histórica vai no sentido de existirem divisões regionais com base nas quais foi definida a área de actuação territorial da Administração Pública. Desde a Revolução Liberal sempre houve estruturas intermédias eleitas entre o município e a Administração Central, excepto nos períodos de ditadura. No regime fascista, os próprios presidentes de Câmaras eram nomeados pelo Governo central. Seria essa, na opinião do regime de então, a única forma de garantir a unidade nacional, de assegurar a competência dos presidentes, de impedir conflitos. Foi contra argumentos e mentalidades deste tipo que se fez o 25 de Abril. O que está agora em causa é também, fundamentalmente, dotar de legitimidade democrática poderes que já existem, já estão instalados na periferia, mas não respondem pelos seus actos perante as populações. Quem fala contra as regiões pretende esquecer que já existe um nível intermédio de poder entre a Administração Central e os municípios, poderoso e burocratizado, só que como emanação do poder «laranja» e sem controlo popular. Não instituir as regiões administrativas será seguir uma outra tradição, a dos períodos de centralização e autoritarismo.

Que benefícios podem resultar da regionalização?

A regionalização é um factor de democratização. Com efeito, a todos os níveis de Poder, da freguesia aos órgãos de soberania, existem órgãos democraticamente eleitos. Ora, a nível regional também existem órgãos de poder, com destaque para as Comissões de Coordenação Regional (CCR) e outros serviços periféricos dos ministérios, só que os titulares dos cargos que os dirigem não são legitimados através do voto popular e não respondem pelos seus actos perante as populações. Esta «Administração periférica do Estado» tem vindo, aliás, a tornar-se cada vez mais importante, sem que a sua actividade seja controlada pelas populações e sem que o «poder regional» responda através do voto periódico perante os eleitores.

A regionalização aprofunda a democracia?

A regionalização é um instrumento que favorece a democracia participativa. É conhecido o facto de a aproximação dos serviços públicos em relação às populações e a legitimação do poder através do voto popular constituir um estímulo à participação, se nesse sentido se verificar a necessária vontade política. As possibilidades de participação são infinitamente maiores quando existem eleitos do que quando se verifica a nomeação por parte do Governo Central. A regionalização é condição de uma reforma administrativa democrática, que dê coerência à administração periférica do Estado e permita descentralizar e desburocratizar. Ainda hoje existem oitenta divisões «regionais» diferentes consoante os diversos serviços públicos, obrigando em grande parte do País o cidadão a encaminhar-se para cidades diferentes consoante os problemas que tem a tratar.

A regionalização favorece o desenvolvimento?

A regionalização pode favorecer o desenvolvimento. Com efeito, a regionalização pode não ser uma condição necessária nem suficiente do desenvolvimento, mas também é inquestionável que a existência de regiões e de um sistema democrático representativo ao nível regional pode estimular os serviços públicos, contribuindo para a sua dinamização. O próprio facto de o poder regional ter que responder pelos seus actos em eleições competitivas pode dinamizar o investimento público. Além disso, tendo o desenvolvimento uma dimensão não apenas económica, mas também social, cultural e ambiental, o poder regional democrático e as suas actividades podem ser um factor benéfico e uma contribuição importante para o assegurar. Acresce ainda que um sistema de finanças regionais que garanta maior investimento onde há maior atraso pode ser um instrumento de correcção de assimetrias.

As regiões podem prejudicar os municípios?

As regiões não só não prejudicam os municípios como devem ser um instrumento que contribua para a sua afirmação e reforço. Quem afirma que os municípios seriam prejudicados com a regionalização omite que a Constituição impede que sejam afectados os seus poderes (artigo 257º). Omite, igualmente, que as regiões serão criadas para apoiar os municípios e para se encarregarem de tarefas que, não havendo vantagem em dependerem da Administração Central, também não podem ser descentralizadas para os municípios devido à dimensão das questões envolvidas.

As regiões podem representar a criação de uma nova burocracia e novas clientelas?

A burocracia dos ministérios instalada nas regiões já existe. Imiscui-se constantemente no funcionamento dos municípios, tem um papel essencial na gestão dos fundos comunitários. É a burocracia que o PSD controlou e em nome da qual disse em 1994 que não queria mais burocracia, nem alargar a «classe política». Por isso, já há «burocracias regionais», e poderosas, que se tentam apresentar junto da Comunidade Europeia como dispondo de legitimidade. São elas que representam as «regiões» de Portugal na CE e em várias instâncias a nível internacional. As regiões administrativas não seriam uma nova burocracia, mas sim a possibilidade de democratizar a administração dos ministérios instalada nos territórios do País e combater a burocracia já existente.

Afirma-se que Portugal é um país pequeno e por isso não precisaria de regiões...

Há grandes países, como a Alemanha, a Espanha, a Itália e a França que têm regiões com uma determinada dimensão e com determinados objectivos. Mas há outros países com a dimensão de Portugal, ou mais pequenos do que Portugal, que estão regionalizados. É o caso da Áustria, Bélgica, Dinamarca, Holanda. As suas estruturas intermédias de poder têm em média menor área e menos população do que teriam as regiões de Portugal. Naturalmente que os seus poderes e recursos administrados são também menores do que os que são geridos pelos Estados federados ou do que pelas grandes regiões que correspondem a nacionalidades ou a grupos étnicos com grande especificidade cultural.

Afirma-se que só fazem sentido as regiões quando há problemas étnicos, linguísticos ou nacionalidades que devem conviver no quadro de um Estado unitário ou de uma federação de estados...

O facto de não haver em Portugal problemas de nacionalidades para resolver no quadro de um Estado unitário não significa que não existam outras questões a que temos que fazer face, em especial a participação, a racionalização administrativa e a descentralização...

Afirma-se que está em risco a unidade nacional...

Ao contrário, as regiões podem ser um instrumento de unidade e solidariedade nacional e não de divisão, sobretudo se for correctamente feita e se as populações sentirem que as regiões mais atrasadas passarão a ter autonomia e a dispor de mais recursos do que até agora. Em geral, as regiões não devem servir para dividir o País, mas sim para unir os municípios e as populações a partir da base, assentando nas suas próprias escolhas. As regiões administrativas do Continente, que são autarquias e são parte do Poder Local, vão administrar menos fundos e ter menos atribuições e competências do que as regiões político-admins trativas dos Açores e da Madeira, e em relação a estas nunca os responsáveis dos partidos que invocam esse argumento se preocupou com esta questão ou reclamaram referendos.

As regiões podem lançar impostos?

Não.

Diz-se que instituir as regiões vai representar custos acrescidos para o Estado...

Só se diz que os 53 membros das Juntas regionais serão remunerados, mas esconde-se que o mesmo não acontecerá com os membros das assembleias regionais, que só receberão senhas de presença, ao contrário do que já foi afirmado. Esconde-se que os serviços e os edifícios onde funcionarão as regiões devem ser transferidos das Comissões de Coordenação Regional (CCR) e de outros serviços periféricos dos ministérios para a dependência das instituições regionais. Cargos como Presidentes das Comissões de Coordenação Regional, entre outros, vão ser extintos, os dezoito governadores civis vão ser substituídos por nove governadores regionais e as verbas geridas por serviços sem legitimidade democrática vão ser geridas, espera-se que melhor e de forma mais transparente e participada, por órgãos eleitos.

A criação de associações de municípios ou o fortalecimento dos municípios pode ser uma alternativa para as regiões?

As autarquias não têm dimensão suficiente para desempenhar determinadas atribuições que há vantagem em descentralizar. Os que costumam denegrir os municípios são os mesmos que agora dizem defender a alternativa municipal às regiões. A verdade é que o sistema de Administração português é muito centralizado, é mesmo um dos mais centralizados que existe, e por isso tanto precisa de municípios mais fortes, como da instituição das regiões.

É legítimo fazer depender de referendo nacional a criação das regiões?

Isso constitui uma forma de pressão brutal para fazer uma revisão ordinária da Constituição de forma repentina, apesar de estarem em causa centenas de propostas, abrangendo 244 artigos da lei fundamental (81% do total), além das propostas de cidadãos e organizações como associações de defesa do ambiente e partidos extraparlamentares, que não podem nem devem deixar de ser examinadas. O PSD não propôs uma revisão constitucional limitada às questões da regionalização, de modo a não colidirem os calendários. Preferiu usar esta questão como arma de pressão e de chantagem. De resto, anteriormente o PSD nunca se lembrou de perguntar se o País queria o Tratado de União Europeia. Nunca se lembrou de perguntar se o País queria ou não as regiões quando julgou que ficaria para sempre no poder e anunciou que nunca haveria regiões em Portugal. Nunca se lembrou de perguntar se o País queria esvaziar as capitais de distrito e concentrar boa parte da administração periférica em cinco cidades apenas.

O PSD visa criar o precedente de fazer depender o cumprimento de normas constitucionais de um referendo.

Diz-se que não há consenso sobre a regionalização...

Não é verdade. Não faltam exemplos desse consenso: a resolução do último Congresso da ANMP e o Seminário da ANMP sobre a Regionalização, bem como a aprovação por unanimidade na Junta Metropolitana de Lisboa e na Assembleia Metropolitana de Lisboa de posições a favor da instituição da Região Metropolitana de Lisboa e da Península de Setúbal e a promoção do encontro sobre a a Região da Área Metropolitana de Lisboa e a Regionalização, cuja criação foi reclamada por todos os partidos políticos.

Afirma-se que, sem referendo, as regiões não terão legitimidade...

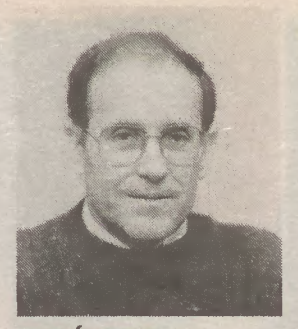
As regiões a ser aprovadas terão a legitimidade que resulta da própria representatividade da Assembleia da República; e, ao mesmo tempo, da legitimidade dos municípios e da ampla intervenção popular que deve ser assegurada. As próprias regiões a instituir deverão ter as áreas que resultarem do debate e da emissão de opiniões pelas assembleias municipais. A intervenção municipal é particularmente importante porque as regiões devem ser concebidas como servindo para unir os municípios a partir da base e não para o dividir a partir do centro.

Há quem refira as divisões que resultarão do debate acerca das áreas e capitais...

É aos municípios que deve caber uma palavra decisiva sobre a área das futuras regiões. O que está definido são áreas de partida, cabendo aos municípios e às respectivas populações dizerem com quem querem unir-se. As opiniões emitidas devem ser tidas em conta pela Assembleia da República, dentro da lógica da delimitação das regiões a estabelecer.

EM FOCO

Lutar, lutar sempre lutar com confiança....



JOSÉ SOEIRO
Membro da Comissão Política

DECORRIDOS os primeiros seis meses de governação socialista, a gravíssima situação que se vivia em 1 de Outubro de 1996 no Alentejo não só mantém os seus traços essenciais como tem mesmo conhecido agravamentos significativos de alguns deles.

O desemprego estrutural que atingia cerca de 40 mil trabalhadores durante o mandato Cavaco/PSD disparou para os 43 mil. A liquidação de postos de trabalho, numa região que deles carece como de pão para a boca, prossegue perante a passividade do governo do PS quando não com a sua clara conivência como sucede na Melka ou na zona dos mármores no primeiro caso ou em Aljustrel no segundo onde a solução apontada visa a liquidação de cerca de mais 200 postos de trabalho.

Na ausência de trabalho na região prossegue a sangria dos trabalhadores, sobretudo dos mais jovens, para outras zonas do país e para a emigração ficando o Alentejo cada vez mais pobre, envelhecido e desertificado. Se os dez anos de cavaquismo/PSD expulsaram do Alentejo mais de 40 mil dos seus trabalhadores é necessário deixar claro que os primeiros seis meses de governação do PS não apontam sequer para travar, quanto mais para inverter, esta situação.

Torna-se cada vez mais visível a contradição entre um Alentejo que dispõe cada vez de melhores condições para nele se viver em resultado da obra notável realizada pelo poder local, onde como é sabido os comunistas e outros democratas dispõem de clara maioria, e um Alentejo onde não se pode viver devido à ausência das medidas estruturantes que a situação exige e que são da exclusiva responsabilidade do governo, à frente do qual têm estado nos últimos 20 anos o PS, o PSD e o CDS/PP.

Torna-se cada vez mais visível que no Alentejo a liquidação da Reforma Agrária e o apoio quase exclusivo aos grandes proprietários da terra em detrimento dos agricultores e da agricultura alentejana, essência da política de direita praticada por sucessivos governos nos últimos 20 anos, são a causa principal do crescente atraso e subdesenvolvimento de um terço do território nacional, da estagnação ou mesmo liquidação da vida no mundo rural, do desemprego massivo, envelhecimento e desertificação que fazem hoje do Alentejo a região mais atrasada da Europa.

Torna-se cada vez mais visível que sem a resolução da questão da posse e do uso da terra o Alentejo continuará a ser uma região adiada pois como muito bem se afirma no estudo da CCRA entregue em Bruxelas, no âmbito da preparação do PDR94/99: «A questão-chave dos problemas estruturais do Alentejo está na terra, na estrutura da posse e do uso, a que correspondem baixos níveis de produtividade de grande parte das produções agrícolas,(...),sendo já frequente o abandono dos campos.»

Torna-se cada vez mais visível que, tal como o PCP previu e preveniu, não bastava derrotar o PSD e afastar a direita do poder sendo necessário derrotar a política de direita dos últimos 20 anos e criar as condições para uma nova política, uma política democrática e de esquerda, capaz de arrancar o Alentejo da crise gravíssima que atravessa, o que tornava indispensável um significativo reforço do único partido capaz de protagonizar uma tal política: o Partido Comunista Português.

No passado dia 23 de Março, na sessão de encerramento da Ovibeja, afirmou António Guterres que uma acção integrada de desenvolvimento do Alentejo só triunfará se unir duas vontades: «a dos alentejanos que teimam em lutar pela sua terra com esperança no futuro e a do governo que deve compreender que sem o Alentejo não há Portugal». Afirmou então o 1º Ministro sentir um misto de emoção e de raiva. «De emoção por ver de novo o Alentejo tão verde, tão bonito e de raiva por ver que tanta água caída foi parar ao mar por Alqueva ainda não estar construída.» E mais adiante «tivesse a barragem sido construída e tê-la-íamos hoje cheia para bem de todos nós».

Bonitas palavras, sábias palavras

Lamentável é que só agora o PS tenha vindo dizer aquilo que os comunistas têm vindo a repetir durante os últimos 20 anos. Lamentável é que parecendo António Guterres nas suas palavras revelar compreensão para a importância da água numa região dela carente como o Alentejo persista o seu governo em não arrancar de imediato com o conjunto de barragens que integram o Plano de Rega do Alentejo tais como as barragens dos Minutos, Gema, Água Branca, Oeiras, Abrilongo, Pisão, Freixo, S. Bento de Ana Loura, entre outras e que «os alentejanos que teimam em lutar pela sua terra com esperança no futuro» há tantos anos reivindicam, lutando, lutando com confiança, contra os governos que teimosamente persistem em não compreender que «sem o Alentejo não há Portugal».

É que também em todos estes casos se pode dizer: «tivesse a barragem sido construída e te-la-íamos hoje cheia para bem de todos nós». É que também em todos estes casos, como no caso de Alqueva, o PS de António Guterres tem responsabilidade, não só em relação ao passado mas também em relação ao presente, por mais raiva que este afirme sentir «por ver que tanta água caída foi parar ao mar».

Lamentável é que António Guterres não sinta qualquer raiva por ver tão pouca gente com tanta terra que não trabalha e tanta gente sem terra para trabalhar. Que não sinta qualquer raiva por ver o nosso mercado encharcado de produtos agro-alimentares vindos do estrangeiro enquanto as nossas poucas indústrias do ramo encerram as suas portas; que não sinta qualquer raiva por ver o cobre de Neves Corvo ser delapidado ao serviço de multinacionais quando podia e devia ser transformado e valorizado numa metalurgia do cobre no Alentejo ou por ver a situação difícil que atravessam os mármores; que não sinta raiva por os Itinerários Principais e Complementares que atravessam a região continuarem a passo de caracol, por a B.A.11 continuar a ser apenas uma base militar e não um aeroporto para fins civis, por o Porto de Sines continuar a aguardar a sua potencialização, numa palavra, raiva pelo facto do Alentejo continuar a ser uma região adiada.

> Tal como o PCP previu e preveniu, não bastava derrotar o PSD e afastar a direita do poder sendo necessário derrotar a política de direita

A verdade é que os estrangulamentos ao desenvolvimento do Alentejo estão há muito referenciados. A verdade é que o governo do PS, seis meses depois da sua posse, não manifesta qualquer vontade política de romper com a política de direita que está na sua origem. A verdade é que nem mesmo o Plano de Emergência de que o PS tanto falou em vésperas de eleições está no horizonte. A verdade é que o PS parece apostado em continuar com a política de ocupações temporárias para eludir o crescente desemprego que o mesmo é dizer com a política de trabalho sem emprego nem direitos.

Seguindo a prática do PSD, é possível e provável que sendo 1997 ano de eleições venha o governo do PS a consagrar mais umas migalhas em Orçamento do Estado por forma a permitir as habituais correrias ministeriais pelo Alentejo. É possível e provável, se entretanto não capitularem perante as chantagem do PSD e do PP, que procurem fazer das regiões administrativas um elemento de diversão política criando a falsa ideia que a situação de atraso e subdesenvolvimento que caracteriza hoje o Alentejo, como todo o interior do País, resulta da sua não existência e que com a sua criação e instituição estariam criadas as condições para resolver todos os nossos problemas.

Desde logo importa lembrar que tanto pela regionalização, como por Alqueva, foi o PCP o único grande partido que de forma coerente lutou com confiança, com os trabalhadores, com o povo, para que tão importantes decisões fossem tomadas.

Por outro lado, é fundamental que não se criem ilusões nem falsas expectativas. As Regiões Administrativas podem e devem contribuir para o desenvolvimento da região mas é essencial que se tenha a noção que os estrangulamentos ao desenvolvimento do Alentejo resultam da política de direita que vem sendo seguida nos últimos 20 anos e não da ausência das Regiões Administrativas. É imperioso que se saiba que as medidas que tardam no Alentejo foram e continuarão a ser da exclusiva responsabilidade do Governo e não do poder local ou do poder regional pelo que se impõe prosseguir com confiança e determinação a luta pela nova política, pela política democrática e de esquerda que o PCP propõe para o País e para o Alentejo.

Os trabalhadores, o povo do Alentejo, sabem por experiência que não há exemplo histórico de transformações profundas favoráveis aos trabalhadores e aos povos que não tenham atrás de si o lastro de longas e persistentes lutas.

Os 75 anos de vida do PCP são disso notável exemplo. 75 anos de lutas constantes, 48 anos de luta contra a ditadura fascista, pela liberdade e a democracia, 22 anos por Alqueva, 20 anos pelas Regiões Administrativas são exemplos em como, mesmo quando as condições mais adversas parecem tornar impossível a materialização dos objectivos da luta, vale a pena lutar, lutar sempre, lutar com confiança.

EM FOCO

Paris, 11 de Maio

Comício pelo emprego e progresso social

Porque o desemprego é uma realidade em toda a Europa. Porque a justiça social urge não só em Portugal. Porque a solidariedade entre os povos é algo que existe. Porque só a união faz a força, os partidos progressistas da UE promovem um comício internacional em Paris no próximo sábado por «Uma Europa dos povos, do emprego e do progresso social».

Com o objectivo de mudar a Europa e melhorar o nível de vida dos europeus, cerca de 300 portugueses irão participar neste grandioso comício. Entre eles, vai a delegação do PCP composta por Carlos Carvalhas, secretário-geral, Albano Nunes, do Secretariado do Partido, Rosa Rabiais, do Comité Central, e Sérgio Ribeiro, eurodeputado.

O comício é organizado pelo Partido do Socialismo Democrático da **Alemanha**, Partido Socialista Popular da **Dinamarca**, Esquerda Unida da **Espanha**, Aliança de Esquerda da **Finlândia**, Partido Comunista **Francês**, Partido Comunista da **Grécia**, Synaspismos da **Grécia**, Esquerda Democrática da **Irlanda**, Partido da Refundação Comunista de **Itália**, Movimento dos Comunistas Unitários da **Itália**. Partido Socialista de Esquerda da **Noruega**, Partido Comunista **Português** e Partido da Esquerda da **Suécia**.

Ao apelo do comício - transcrito ao lado - juntou-se o Partido Ecologista «Os Verdes», a Intervenção Democrática, a JCP, o MDM, o MURPI, diversas federações de sindicatos de todo o país e várias comissões de trabalhadores. Estão também nessa lista Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN, Daniel Branco, presidente da Junta da Área Metropolitana de Lisboa, José Manuel Mendes, presidente da Associação Portuguesa de Escritores, os escritores José Saramago, Urbano Tavares Rodrigues e Mário de Carvalho, os actores e encenadores Morais e Castro, Mário Jacques, José Peixoto e Linda Silva, o filósofo e professor catedrático José Barata-Moura, o historiador António Borges Coelho, o cientista Frederico Carvalho, a professora universitária Helena Serôdio e o filósofo Eduardo Chitas.

Comício

No Comício, que se realiza às **16,30 horas** na Salle de la Grande Arche, La Défense, em Paris, intervirão os seguintes dirigentes:

- **Robert Hue**, Sec.-geral do PCF;

- **Ebba Strange**, membro do departamento internacional do Partido Socialista Popular da Dinamarca;

- **Júlio Anguita**, coordenador da Esquerda Unida, de Espanha;

- **Rauno Merisaari**, membro da direcção da Aliança de Esquerda, da Finlândia;

- **Rafael Ribo**, presidente da Iniciativa pela Catalunha;

- **Kostas Paraskevas**, membro da direcção do PC da Grécia;

- **Peter Curran**, membro da direcção da Esquerda Democrática da Irlanda;

- **Panos Lafazanis**, membro da direcção da Coligação da Esquerda e do Progresso da Grécia;

- **Fausto Bertinotti**, Sec.-geral do Partido da Refundação Comunista, de Itália;

- **Roy Pedersen**, membro da direcção do Partido Socialista de Esquerda da Noruega;

- **Luciano Pettinari**, membro da direcção do Movimento dos Comunistas Unitários de Itália;

- **Carlos Carvalhas**, Sec.-geral do PCP;

- **Ken Coates**, deputado trabalhista do Reino Unido; relator da Comissão de Emprego do Parlamento Europeu;

- **Lars Ohly**, Sec.-geral do Partido de Esquerda Unida da Suécia.

Durante a sua visita a Paris, **Carlos Carvalhas** participará também no debate: **«PCP um projecto de futuro para Portugal»**, na **6ª feira, 10 de Maio às 18h30** no **Hôtel Napoléon** (Salon Iéna), 38, Av. de Friedland, onde estarão presentes representantes das organizações da comunidade portuguesa em França.

Apelo

Mais de vinte milhões de desempregados na União Europeia: eis o amargo fruto das políticas neoliberais. Globalização económica, poder crescente das empresas transnacionais e dos mercados financeiros, concorrência desenfreada, novos padrões produtivos, o uso capitalista das novas tecnologias reduzindo o emprego mesmo quando há aumentos de produção e produtividade - tudo isto está a destruir as conquistas sociais de várias gerações e a gerar um desequilíbrio entre a taxa de emprego e as tendências do crescimento económico. Cortam-se os salários, precariza-se o emprego, reduzem-se os benefícios sociais, a saúde e o ensino estão a ser privatizados, todos os serviços públicos são sacrificados no altar duma estratégia global.

A aplicação do Tratado de Maastricht, e em particular as políticas de convergência para a moeda única, veio aumentar o custo social dessas políticas, gerando uma Europa dividida entre fortes e fracos, criando grandes bolsas de pobreza, penalizando os jovens e as mulheres, degradando o meio ambiente e aprofundando as diferenças sociais. As políticas monetaristas e os cortes nas despesas públicas estão a causar desemprego em massa e degradação social.

Contra estas políticas neoliberais, até agora consideradas «inevitáveis», começam a acentuar-se sinais de protesto e resistência, diversos de país para país, mas todos tendencialmente convergentes. Exprimem uma exigência de mudança à qual as forças de esquerda e progressistas devem dar resposta.

A defesa e aumento de salários e pensões, a manutenção e melhoria dos serviços sociais públicos, a solidariedade entre comunidades e a cooperação com os países do Leste e do Sul, uma luta implacável contra a xenofobia e o racismo, são fundamentais para se defender e difundir uma visão de sociedade cuja base está a ser minada pelas forças negativas do mercado e pelas políticas de direita.

Uma política económica ao neoliberalismo e à filosofia de Maastricht devem centrar-se na luta contra o desemprego de massa através, por exemplo, da redução geral do horário de trabalho sem perda de salário. Terá de haver novas prioridades na utilização dos recursos financeiros, concentrando-os na criação de novos empregos e na satisfação de necessidades sociais e ambientais, defendendo e reabilitando também as actividades agrícolas e produtivas e promovendo a paridade real entre homens e mulheres, como condição para a qualidade do desenvolvimento.

Nós, partidos signatários deste apelo, empenhamo-nos nesse sentido, conscientes de que problemas tão gigantescos exigem um esforço e uma acção comum na Europa. Por isso, apelamos a todos os povos, forças progressistas, intelectuais democráticos, a todos os que estejam interessados em participar num grande comício em Paris, em 11 de Maio, para que em conjunto apontemos e empreendamos um novo caminho para uma Europa dos povos, baseada no emprego, no progresso social, na participação democrática dos cidadãos e na paz.

EM FOCO

Debate do PCP

Toxicodependência

Apontado pelas sondagens como a preocupação número um dos portugueses, o problema da toxicodependência continua a não ser uma prioridade das políticas governamentais, onde as promessas eleitorais tardam em ter uma concretização visível.

Manifestando desde há muito uma profunda preocupação com a dimensão do problema, o PCP tem desenvolvido ao longo dos últimos anos uma acção coerente e persistente, procurando unir esforços no combate a este flagelo.

Depois de ter sido discutido duas vezes e duas vezes chumbado, foi finalmente aprovado na generalidade pela Assembleia da República o Projecto de Lei do PCP que cria uma rede pública nacional de centros de atendimento e tratamento de toxicodependentes e visa pôr termo à escandalosa falta de meios de tratamento.

Refira-se que a rede de serviços públicos proposta integra uma unidade de atendimento em cada distrito do país, seis novas unidades de internamento de curta duração e uma rede de comunidades terapêuticas dimensionada na base de uma cama para cada 10 mil habitantes.

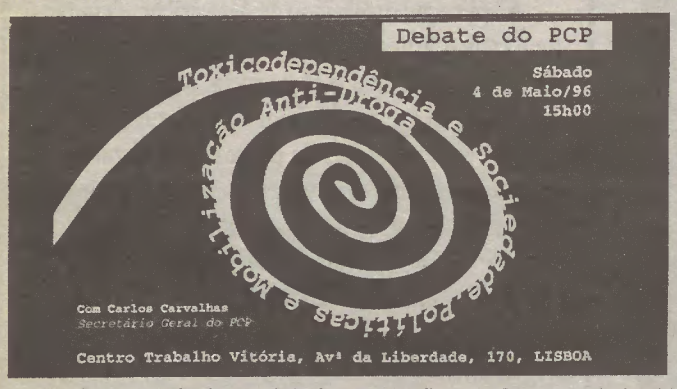
A extensão e gravidade do flagelo exige no entanto uma intervenção permanente de forma a aprofundar e actualizar o conhecimento da situação. Foi com este objectivo que no passado sábado, no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, se realizou um debate com a participação de deputados, autarcas, especialistas e cidadãos interessados na problemática da toxicodependência.

Encerrada por Carlos Carvalhas (ver intervenção ao lado), a iniciativa registou mais de duas dezenas de intervenções que abordaram os diversos aspectos da questão da droga.

A sessão foi presidida por Maria Amélia Guerra, estando também na mesa Francisco Lopes, membro da Comisão Política do PCP, os deputados António Filipe e Honório Novo, Carlos Gonçalves e Manuela Ângelo, ambos membros do Comité Central, Sara Canavezes, da JCP, e João Goulão, director do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência.

Mobilizar a população

«Toxicodependência e sociedade, políticas e mobilização antidroga» foi o nome que encontrámos para esta iniciativa, designação que traduz desde logo um ângulo de abordagem e a perspectiva duma linha de intervenção.



Toxicodependência e sociedade porque o flagelo da toxicodependência é inseparável do mundo em que vivemos, dos valores dominantes da sociedade contemporânea.

Políticas e mobilização antidroga porque, na nossa perspectiva, não se trata apenas de constatar situações, trata-se de conhecer a realidade, de avaliar as políticas seguidas, para definir orientações coerentes, que só é possível concretizar com uma ampla e crescente mobilização do povo português.(...)

No nosso país, o número de toxicodependentes aumenta, com especialistas a estimá-lo muito acima dos 100.000. A Sida, a Hepatite e as mortes por causas ligadas à droga atingem números alarmantes. O tráfico expande-se, são sintetizadas e colocadas no mercado novas drogas, publicitadas como inofensivas, mas de facto perigosas, muitas das quais portadoras de mecanismos mais rápidos e mais sofisticados de dependência. Cresce a criminalidade associada à toxicodependência e as prisões enchem-se de toxicodependentes que constituem já perto de 80 por cento dos 13 mil reclusos existentes em Portugal.(...)

Reconhecendo o esforço meritório de muitas pessoas e entidades, não podemos deixar de referir que os últimos 10 anos foram um período negro de agravamento deste fenómeno em Portugal. Os governos do PSD promoveram uma política global que acentuou as fragilidades que conduzem à toxicodependência, e desenvolveram nesta área uma acção que não acompanhou a dimensão do agravamento do problema. As verbas destinadas foram insignificantes. Os meios disponibilizados mostraram-se claramente insuficientes para o combate ao tráfico e ao branqueamento de capitais. A recusa da concretização de uma rede pública nacional de centros de atendimento, tratamento e reinserção social, impossibilitou oportunidades efectivas de recuperação de toxicodependentes, ou empurrou-os para o escandaloso negócio de instituições privadas que os exploram e às suas famílias até ao limite das possibilidades.

O PS criou junto de muita gente expectativas de mudança que não está a concretizar. Passaram seis meses desde a formação do Governo, e o inimigo público número um - forma como o PS caracterizou a toxicodependência na campanha eleitoral - desapareceu da linguagem governamental. Mas mais grave do que isso, o PS prossegue uma linha de continuidade da política do PSD.

O Orçamento de Estado, à parte a engenharia financeira, não se traduziu em investimento capaz de permitir a implementação de uma efectiva rede pública de atendimento e tratamento, num flagrante desrespeito pelos compromissos assumidos durante a campanha eleitoral quando preconizou a criação de um centro de atendimento em cada distrito e o aumento do número de vagas em comunidades terapêuticas.

É certo que de vez em quando, aparecem referências a programas, a políticas integradas, a discussão em Conselho de Ministros, como mais uma vez está a acontecer. O Governo voltou também a falar de aumento de penas para os traficantes, que, como é em geral reconhecido, não terá qualquer reflexo significativo na eficácia do combate ao tráfico. É inevitável que mais alguma coisa seja feita, dada a inércia destes meses, mas mais uma vez vem à memória a política do PSD, de comissões interministeriais, de discussões em Conselho de Ministros, de reestruturações e mudanças de nomes, de declarações e prioridades que não se traduziram em nada de substancial.

É preciso alterar esta prática. (...)

(Extraído da intervenção de Francisco Lopes, membro da Comissão Política do PCP)

Intervenção de Carlos Carvalhas

«Um flagelo

Com este Encontro, como foi aqui dito, o PCP quis dar mais uma contribuição para a tomada de consciência deste complexo problema e de **em conjunto procurar reflectir e encontrar medidas e soluções para um combate global integrado e coordenado a este problema.**

Como também aqui se referiu há mais coisas no céu e na terra de Portugal do que a regionalização e do que, permitam-me a expressão, as fantochadas e politiqueirices manifestadas pelo PSD e pelo PP nesta matéria.

O que preocupa os cidadãos, **não** é qualquer **novo** número do frenesim mediático do PSD, mas sim o **emprego, o desenvolvimento, o acesso à habitação e à saúde, a toxicodependência, a insegurança...**

Estamos convencidos que se o PS se mantiver coerente e se não ceder à chantagem do PSD, iremos assistir a mais **uma pirueta de Marcelo Rebelo de Sousa** que não tardará a, mais uma vez, dar o dito pelo não dito e a fazer regressar o PSD à Comissão da Revisão Constitucional.

Pela nossa parte continuamos com serenidade a debater e a procurar soluções para os problemas que mais afectam a nossa sociedade, **combatendo as demagogias, os populismos e os actos de mera propaganda que fazem dos cidadãos espectadores passivos daquilo que lhes diz directamente respeito. Deixemos portanto o mundo virtual dos factos político-mediáticos** que tanto preocupam certos partidos e regressemos ao quotidiano dos problemas.

Doença com raízes na injustiça

De facto, o debate que aqui se realizou veio comprovar que a toxicodependência é, no nosso país, um gravíssimo problema, com múltiplas implicações profundamente negativas para os doentes de dependência de drogas e os que lhes são próximos e para a sociedade considerada globalmente.

Estamos perante um flagelo social de enormes proporções que envolve muitos e muitos milhares de portugueses, em situações de grande dramatismo e desespero, agravadas pela interacção epidémica com outros problemas também muito graves, a SIDA e as hepatites, as chagas sociais da marginalidade, da criminalidade, das cadeias e da reinserção sociolaboral.

O percurso da toxicodependência é sempre individual e profundamente sofrido por cada doente.

Mas a doença, na sua multicausalidade e complexidade, tem, no fundamental, as raízes na sociedade em que vivemos, nas suas injustiças e desfuncionalidades, na crise deste final de século, pautado por regressão social e a estagnação económica e por profundas incertezas e situações de risco que vulnerabilizam sobretudo os jovens para a dependência de drogas.

No plano social, a gravidade do crescente consumo de drogas tem **expressão apenas aproximada nas escassas estatísticas disponíveis,**

Carlos Carvalhas encerrou o debate, em que participaram deputados, autarcas, especialistas e cidadãos ligados à problemática da toxicodependência

EM FOCO

e sociedade

Uma linha de rumo clara

«(...)A linha de rumo adoptada pelo PCP nesta matéria e que tem norteado todas as suas propostas, tem sido muito clara. Não se baseia em qualquer cálculo eleitoralista, nem procura usar a triste realidade da toxicodepedência e do tráfico de droga como uma arma de arremesso partidária contra ninguém. Assenta numa profunda preocupação com a dimensão dramática que estes fenómenos têm vindo a assumir e reflecte uma forte determinação de fazer tudo o que esteja ao nosso alcance para os combater e de unir os nossos esforços com os de todos os que queiram estar connosco nesta luta.(...)

«Na ausência de uma maioria absoluta que possa manietar só por si a capacidade de acção e decisão (...) e na presença de uma forte iniciativa do PCP, criaram-se condições que se estão a traduzir desde já num grande salto quantitativo e qualitativo da acção da Assembleia da República em matéria de combate à droga, que importa justamente valorizar.

Assim, pela primeira vez, foi criada uma Comissão Parlamentar especializada no acompanhamento e avaliação da situação do país em matéria de toxicodependência e tráfico de droga. Esta comissão, cuja presidência nos foi atribuída, desenvolve presentemente um intenso trabalho de audições, de pesquisa documental e de observação directa, com o objectivo de elaborar um relatório parlamentar de avaliação sobre a problemática da droga em Portugal, que esperamos ver concluído até ao final desta sessão legislativa. Com o trabalho desta Comissão, a Assembleia da República fica em condições de fazer mais melhor em matéria de combate à droga.

E também pela primeira vez foi aprovado na generalidade o Projecto de Lei do PCP que cria uma rede de serviços públicos para o tratamento e a reinserção social de toxicodependentes. Esta iniciativa teve os votos favoráveis do PCP, do PS e do PEV, a abstenção do PSD e o voto contra do PP, que tão preocupado se mostra com o problema da droga.

Este projecto de lei do PCP procura alterar uma situação escandalosa de falta de meios acessíveis de tratamento de toxicodependentes, perante a qual ninguém pode permanecer indiferente. Não nos podemos resignar perante listas de espera de meio ano para obter uma consulta num centro de atendimento da Grande Lisboa. Não podemos aceitar que existam em todo o país, em instituições públicas, apenas 50 camas em unidade de desintoxicação. Não nos resignamos perante a inexistência de centros de atendimento de toxicodependentes nos distritos de Bragança, de Vila Real, da Guarda, de Portalegre e de Beja. (...) Não aceitamos que milhares de toxicodependentes sejam acantonados em estabelecimentos prisionais por falta de instituições onde possam encontrar soluções de tratamento e reinserção social que a própria lei prevê e incentiva.(...)

Não sabemos ainda se esta iniciativa legislativa chegará a ser Lei da República. Não sabemos que atitude assumirá o PS quando este Projecto for apreciado na especialidade e não esquecemos que há ainda bem pouco tempo, quando do debate do Orçamento de Estado, viabilizado pelo PP, o PS recusou a proposta do PCP de reforçar em 400 mil contos a dotação destinada à criação de novos CAT's, novas unidades de desintoxicação e comunidades terapêuticas. (...)

(Extraído da intervenção de António Filipe, deputado comunista na Assembleia da República)

Narcotráfico e branqueamento de capitais

(...) A economia da droga é o primeiro negócio mundial. Os seus números são conhecidos - valor bruto entre 100 a 135 mil milhões de contos/ano, massa de lucros que deve exceder os 75 mil milhões e mais de 25 mil milhões branqueados e reinvestidos na economia legal.

Em Portugal, provavelmente, são perto de 400 milhões de contos/ano de valor total do negócio, mias de 250 milhões de lucros, em grande parte (re)exportados, e quase 100 milhões branqueados.

Hoje é possível afirmar que, em Portugal, o negócio de importação e reexportação e venda de droga no mercado interno, se fosse considerado no produto Interno Bruto por sectores e áreas de actividade, estaria num lugar de topo pelo volume de negócios e em primeiro lugar pela taxa e massa de lucros.(...)

O grande negócio da droga funciona de forma que os capitais realizados repercutem nos grande bancos internacionais através dos mil e um estratagemas de branqueamento, dos mecanismos do crédito internacional e da transferência de mais-valias.

Não é mais possível separar no funcionamento do sistema financeiro mundial, onde circulam diariamente 150 mil milhões de dólares codificados electronicamente, as verbas exorbitantes do negócio da droga, das importâncias astronómicas que servem de «pulmão» financeiro à economia liberal, provenientes de bancos e empresas offshore, de capitais em fuga ao fisco, de operações bolsistas e em espiral especulativa, de verbas de todos os negócios ilícitos, da corrupção, tráfico de influências e financiamento político oculto.

«O negócio dos grande bancos não é a moral dos seus clientes» e o segredo bancário do Panamá, da Suíça, do Luxemburgo, ou de mais uns muitos sítios, ilude a origem das verbas da privatização de empresas públicas, do pagamento de dívidas externas e respectivos serviços ou de actividades especulativas, enquanto o FMI ou o Banco Mundial impõem a muitas dezenas de países, a busca desenfreada de capitais e divisas estrangeiras, que não importa a origem, para as receitas de «reajustamento» das respectivas economias.

Sem o dinheiro da droga cairiam por terra negócios colossais, seriam impagáveis algumas guerras, milhares de bancos e grandes empresas e alguns Estados entrariam em falência e provavelmente, em países como a Rússia, o relançamento da chamada «economia de mercado», ou seja, o domínio da economia pelo capital financeiro, seria impraticável.

Se, por milagre, se evaporassem todos os capitais do negócio da droga, os mercados financeiros entrariam em colapso e registar-se-ia uma hecatombe na economia mundial de efeitos imprevisíveis para a sobrevivência do modo de produção capitalista(...)

(Extraído da intervenção de Carlos Gonçalves, membro do Comité Central)

social de enorme gravidade»

que constituem indicadores alarmantes das consequências da toxicodependência, mas estão bem longe de retratar a realidade em todas as suas vertentes.

O sofrimento dos dependentes de droga, o drama quotidiano de milhares de famílias destroçadas, a angústia dos pais incapazes de travar a acessibilidade da droga em meio escolar, o desespero dos pequenos delitos e das suas vítimas, a insegurança e intranquilidade das populações ou as sequelas da ruptura do sistema prisional não são traduzíveis na linguagem fria dos números.

São determinantes, mas não estão contabilizados no surto da toxicodependência, os efeitos da acentuação das desigualdades, da realidade do desemprego, da precariedade e baixos salários, dos resultados da desertificação, da débil qualidade de vida urbana, dos bairros degradados, da pobreza, exclusão e racismo, as consequências do insucesso escolar, da falta de afecto a que muitos jovens são votados, da carência de estruturas de ensino, de saúde, desporto e cultura e da míngua de habitação e apoios a **famílias de jovens.**

Os lucros do negócio

São decisivas, mas não estão calculadas no gráfico epidémico do abuso de drogas, as sequelas da ideologia do ultraliberalismo, da competitividade, do egoísmo e do salve-se quem puder.

São fundamentais, mas não estão quantificados no violento crescimento da dependência de tóxicos, os lucros fabulosos do tráfico e do branqueamento de capitais da droga, os respectivos entrosamentos com grandes interesses financeiros e com a economia subterrânea da «quinta coluna» do neoliberalismo e a instrumentalização da «mão-de-obra» toxicodependente na proliferação em cadeia do negócio e dos muitos que gravitam neste negócio.

Sem exclusão doutros factores, a toxicodependência revela-se assim sobretudo consequência duma organização social que discrimina e exclui, explora e oprime em nome do dogma do lucro máximo e da marginalização da juventude e da perspectivação do seu futuro. Portugal é um elo da cadeia mundial da toxicodependência e narcotráfico que continua em acentuada expansão - novos mercados, novas áreas produtivas e novas drogas, grande aumento de produção e consumo, profusão de capitais oriundos do tráfico.

Nos mercados financeiros mundiais, sob a égide da «globalização» e do neoliberalismo, os capitais do narcotráfico, em busca de branqueamento, encaixam-se nos países e actividades económicas, nomeadamente dos que mais necessitam de divisas.

Por mil e um estratagemas, à sombra de decisões do FMI e do Banco Mundial, os capitais da droga financiam **dívidas externas** e **guerras**, programas de **privatização de empresas**, de **«reajustamento estrutural»** e de reconversão à «economia de mercado» que o mesmo é dizer domínio da economia pelo capital financeiro e dessa forma se branqueiam para a corrupção e o financiamento político oculto, ou para novos negócios de tráfico e novos surtos de toxicodependência.

Um dos países com maior número de toxicodependência

O nosso país não foge à regra e esta questão não tem sido enfrentada com empenho e vontade política de uma forma global integrada e persistente.

Muitas vezes, assistimos sim à regular encenação de uma surtida de tal ou tal ministro para queima da droga apreendida, oportunamente televisionada para efeitos eleitoralistas. O resultado está à vista na gravíssima situação a que chegámos. **Somos, segundo dados atribuídos ao Observatório Europeu das Toxicodependências, um dos países da Europa com um maior número relativo de toxicodependentes.**

É sabido que o PS fez a sua campanha eleitoral afirmando a droga **«como inimigo público número um».**

Infelizmente, passados seis meses, ainda não se viu um combate decidido e empenhado a esta questão. E também é sabido que, infelizmente, as políticas económicas que têm a ver com o emprego e o desenvolvimento são substancialmente as mesmas que o PSD conduziu e que foram derrotadas em 1 de Outubro. E as mesmas causas geram os mesmos efeitos.

Pela nossa parte, pensamos que é urgente que o governo tome medidas, que cumpra as suas promessas no combate à droga, que dê sinais de querer alterar a situação.

Esta é uma questão que não deve ser objecto de arremesso partidário, de partidarizações estéreis, que exige sim o concurso de todos os que sinceramente querem dar um combate sério e em várias frentes a este flagelo e chaga social.

Registamos que, após ter recusado as nossas propostas orçamentais, o PS tenha finalmente, à terceira tentativa, apoiado na generalidade o Projecto de Lei do PCP para a criação duma rede nacional, **geral e gratuita de centros de atendimento, unidades de internamento e desintoxicação, comunidades terapêuticas e estruturas de apoio à reinserção social de toxicodependentes. Esperamos que esta seja a primeira de um conjunto de medidas positivas que se exigem e que tardam.**

Pela nossa parte, tudo faremos para dar o nosso contributo à **prevenção e combate da toxicodependência e narcotráfico, optando por uma intervenção objectiva e ponderada, que apela à mobilização de todas as forças sociais e políticas na luta por uma juventude e uma sociedade livre do flagelo das drogas.**

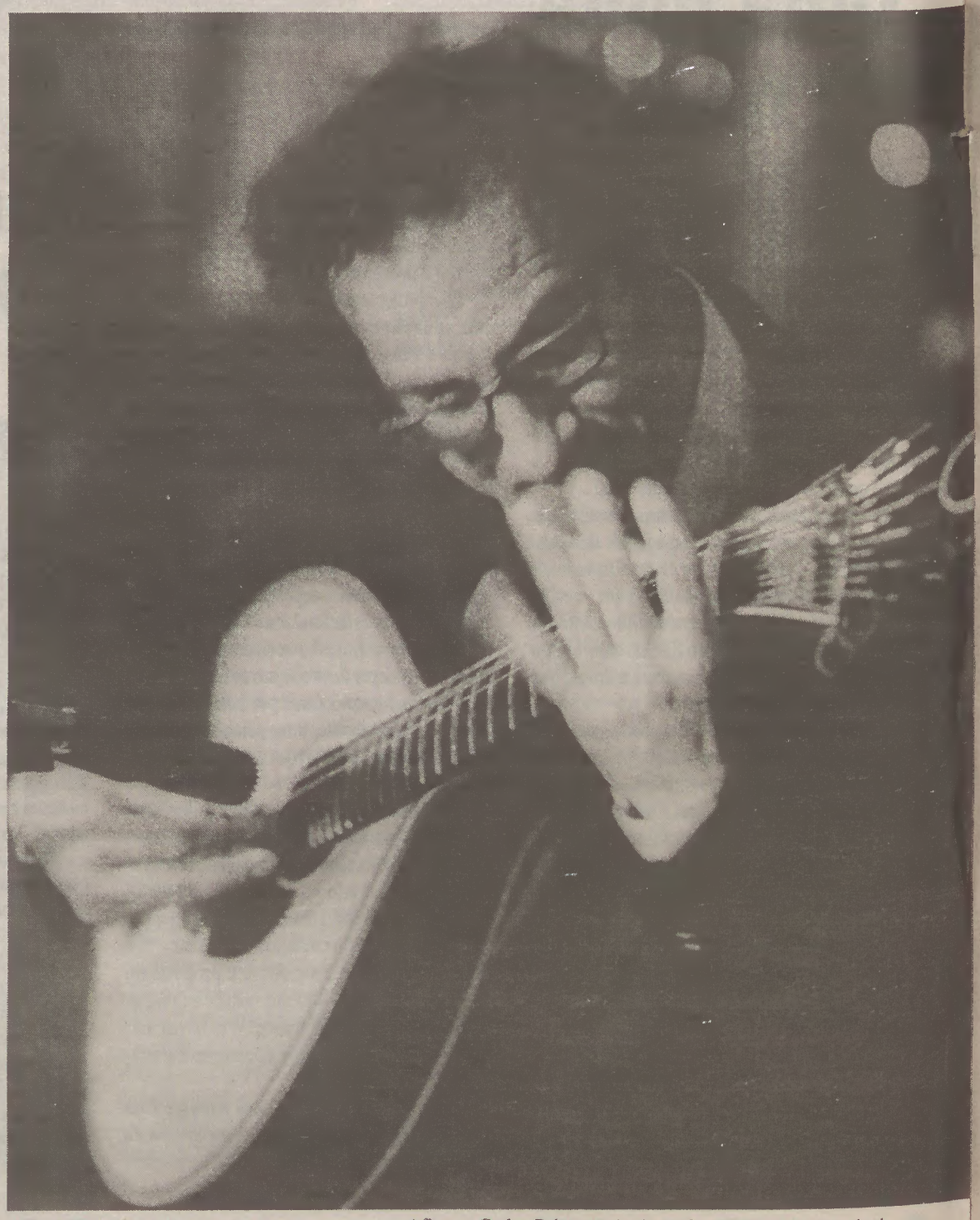
A seriedade com que encaramos os problemas **foi também testemunhada neste Encontro. A nossa reflexão deve continuar.**

Esta é a nossa postura. Este é o nosso combate. Este será o nosso empenho, sempre ao serviço da juventude, do povo e de Portugal!

EM FOCO

Paredes meias com o génio

Integrada nas comemorações do 22º aniversário do 25 de Abril da Zona Oriental de Lisboa do PCP e com os apoios da Câmara Municipal de Lisboa, da Voz do Operário e da União Portuguesa de Artistas de Variedades, realizou-se no passado sábado uma grande homenagem a Carlos Paredes, o génio da guitarra portuguesa, enchendo por completo o vasto salão da Voz do Operário. Assistiram à homenagem representantes do Presidente da República, Jorge Sampaio, e da Secretaria de Estado da Cultura, os vereadores da Câmara Municipal de Lisboa, António Abreu e Rego Mendes e numerosos presidentes de Juntas de Freguesia da capital. Carlos Brito, director do Avante!, e Severiano Falcão deram testemunhos pessoais sobre Carlos Paredes. O programa começou com a abertura duma exposição sobre o artista, continuou com um vibrante espectáculo no salão e concluiu-se com uma serenata nas escadarias. A música de Paredes rendilhou a noite com a mais pura magia.



Os sons de Coimbra - terra natal de Carlos Paredes - na homenagem ao grande génio da guitarra portuguesa.

Uma grande multidão acorreu na noite de sábado passado às instalações da Voz do Operário, no Bairro da Graça, para homenagear esse grande artista que se chama Carlos Paredes. À hora aprazada, as pessoas já transbordavam no *hall* de entrada, aguardando que se abrissem as portas de acesso ao grande salão do terceiro andar, onde iria decorrer um espectáculo. Mas a homenagem não começou por aí: antes disso, foi inaugurada a exposição sobre o artista instalada na sala João Hogan, no rés-do-chão, onde ficou patente ao público que a queira visitar um breve itinerário da vida do homem e do artista, seja através dum criativo «Jornal de Paredes» que dá conta de vários pontos altos da carreira do músico, seja com dados sobre a sua militância política (com destaque para o cartão da sua filiação no PCP e a ficha que sobre ele elaborou a PIDE, quando o prendeu) ou ainda com originais de textos seus. Em baixo volume, mas omnipresente, está a música do artista a dar à exposição um ambiente ao mesmo tempo repousado e emocionante.

Um espectáculo e uma serenata

O espectáculo de homenagem decorreu num palco com fundo branco sobriamente cortado pela sugestão de um braço de guitarra, tendo Carlos Clara por apresentador. A poesia, dita por Carlos Carranca e João Franco e sempre alusiva ao artista, pontuou regularmente o programa, intercalando os números musicais com momentos de emoção fortemente aplaudidos pela assistência que enchia o vasto salão da Voz do Operário. Nas ligações entre os números, sempre sempre a música envolvente de Carlos Paredes irrompendo, cristalina, da boca de cena para a tranquila obscuridade do salão...

E de música se fez o espectáculo, como não podia deixar de ser. Primeiro nas vozes do notável Coro Discantus de Tires, depois na emotiva prestação de Carlos Alberto Moniz, antigo «companheiro de cantigas» de Carlos Paredes, que dedicou ao músico um conjunto de temas de Zeca Afonso e pôs assim a assistência a cantar em coro. Pelo meio ergueram-se as interpretações de Luísa Amaro, de Maria do Rosário Leitão, as violas de Levy Baptista e Tito Makey, a guitarra de Alexandre Bateiras, construindo uma homenagem que foi, simultaneamente, um momento de grande qualidade artística.

Qualidade artística que teve um remate à altura: uma serenata, transferida, por causa do mau tempo, das escadarias do Panteão Nacional para as amplas escadarias da Voz do Operário, onde actuou um grupo de cantores de primeira água: Luís Goes, Sutil Roque, Arménio Santos, Fernando Marcelino, Tito Costa Santos e Carlos Carranca.

Os testemunhos de Carlos Brito e de Severiano Falcão

A homenagem a Carlos Paredes teve também dois testemunhos sobre o artista: o primeiro, apresentado por **Carlos Brito**, director do «Avante!», o segundo feito por **Severiano Falcão**, ambos dando nota das vivências que tiveram com o homenageado.

Carlos Brito contou que conheceu Carlos Paredes nos duros anos da ditadura quando, muito jovens ambos, se encontraram na fundação de uma biblioteca clandestina, uma biblioteca de livros proibidos, que não eram só livros de doutrina marxista, mas também livros de ficção e de poesia de autores tão conhecidos como Máximo Gorki, Jorge Amado, Aragon ou Éluard.

Lembrou a primeira vez que ouviu Carlos Paredes tocar, fixando, então, uma imagem que se foi reforçando pela vida fora: «a de uma rara cigarra, a jorrar uma música que vibrava nas cordas da guitarra, mas que vinha das próprias entranhas de quem a tocava, num misto de sacrifício e de prazer».

Afirmou Carlos Brito que é talvez nisso que reside a magia da música de Paredes: «Uma música que traduz uma superior afirmação humana de angústia e de alegria de viver, de ira e de amor, sobretudo esse entranhado amor ao nosso povo e à humanidade que levou Paredes a abraçar os ideiais do socialismo e do comunismo e à militância nas fileiras do PCP, pelo que sofreu a tortura, a prisão, as mais diversas formas de perseguição, e a que se manteve fiel pela vida fora».

Quanto a Severiano Falcão, deu testemunho de um episódio vivido na prisão com Carlos Paredes, no longínquo ano de 1958, altura em que o fascismo tinha superlotado todas as cadeias com presos políticos, na sequência das eleições-burla que deram a «derrota» a Humberto Delgado. Após cinco meses no segredo das casamatas de Caxias, Severiano Falcão foi colocado numa cela onde estava Carlos Paredes com outros camaradas que o artista não conhecia. Ficou felicíssimo por ver Severiano, a quem conhecia e em quem podia confiar. «Senti, então, que a minha companhia o animava. Os restantes camaradas - acrescentou Falcão - também mostravam satisfação, quanto mais não fosse por eu ter saído do segredo.»

Foi precisamente um desses camaradas que chamou Severiano Falcão à parte e lhe confidenciou, apontando Carlos Paredes: «Aquele está maluquinho. Não tem feito outra coisa, desde que aqui chegou, se não andar todo o dia para trás e para diante, com os braços e as mãos como se estivesse a tocar viola.» Imediatamente a seguir, Carlos Paredes sentou-se a um canto com Severiano Falcão, abraçando-se com alegria. «Carlos Paredes estava contente», contou Severiano, «porque, como me disse, não tinha dito nada à PIDE que o comprometesse ou comprometesse alguém.» E confessou quanto o divertia terem-no tomado por um inofensivo maluquinho. «Eles não sabem, nem lhes passa pela cabeça, que eu, mesmo sem a minha guitarra, tenho ocupado o meu tempo a compor música, como se a tivesse aqui nos meus braços.»

E Severiano Falcão terminou com o seu «imenso obrigado» a Carlos Paredes, desejando que «a tua saúde volte e que tu voltes depressa», sublinhando, em relação à homenagem, que «isto é lindo, isto é bonito, isto é o verdadeiro sabor da liberdade».

Luísa Amaro, no momento da sua actuação com Maria do Rosário Leitão

■ HC

EM FOCO

O vasto salão da Voz do Operário estava apinhado de gente a homenagear Carlos Paredes. Na fila da frente, diversas personalidades: os representantes do Presidente da República e da Secretaria de Estado da Cultura, Carlos Brito e Severiano Falcão (que deram testemunhos pessoais sobre o artista), os vereadores da CML António Abreu e Rego Mendes

No palco, quando artistas e público se juntaram nos aplausos a Carlos Paredes

A homenagem da música de Coimbra veio com uma magnífica serenata nas escadarias da Voz do Operário, cantada por um grupo de cantores de eleição tendo à frente Luís Goes

Notas breves sobre Carlos Paredes

Carlos Paredes nasceu em Coimbra, a 16 de Fevereiro de 1925. Menino-prodígio, aos quatro anos aprendeu a tocar guitarra com o pai, Artur Paredes, acompanhando-o durante muitos anos. Em 1934, a família Paredes instalou-se em Lisboa, onde o músico passou a viver desde então. Concluiu a instrução primária no jardim-escola João de Deus, fez o liceu no Passos Manuel e frequentou o Instituto Superior Técnico.

A sua música fez incursões em várias disciplinas da arte. No teatro, trabalhou com Carlos Avilez nas *Bodas de Sangue*, espectáculo do CITAC, e em *A Casa de Bernarda Alba*, de Lorca, pelo TEC. Entre 1971 e 1977, com o Grupo de Teatro de Campolide, fez a música para *O Avançado, Centro Morreu ao Amanhecer*, de Agustin Cuzzani, e em 1982 Vasco Wellenkamp criou o bailado *Danças para uma Guitarra*, com música de Carlos Paredes.

A sua música para cinema é, em si, uma obra de fôlego, desde a genial banda sonora de *Verdes Anos* (1962) e de *Mudar de Vida* (1966) de Paulo Rocha, continuando por *Fado Corrido* (1964), de Jorge Brum do Canto, e uma série de curtas metragens a quem deu a sua música fabulosa: *Rendas de Metais Preciosos*, de Cândido da Costa Pinto (1960), *P.X.O.*, de Pierre Kast e Jacques Valcroze (1962), *Crónica do Esforço Perdido*, de António Macedo (1966), *A Cidade* (1968) e *The Columbus Route* (1969), de José Fonseca e Costa, *Tráfego e Estiva*, de Manuel Guimarães (1968), *Hello Jim!*, de Augusto Cabrita (1970) e *As Pinturas do Meu Irmão Júlio*, de Manoel de Oliveira (1965), entre outras.

A sua discocrafia é também sobejamente conhecida, não apenas em Portugal como no estrangeiro, de que destacamos os títulos *Carlos Paredes*, *Verdes Anos*, *Guitarra Portuguesa*, *Porto Santo*, *Divertimento*, *Variações em Ré Menor*, *Movimento Perpétuo*, *Mudar de Vida*, *António Marinheiro*, *Balada de Coimbra*, *Concerto em Frankfurt*, *Invenções Livres*, *Espelho de Sons* e *Dialog*.

Militante do Partido Comunista Português desde muito jovem, Carlos Paredes enfrentou corajosamente as torturas da PIDE e vários anos de prisão nas masmorras do fascismo.

Carlos Alberto Moniz teve uma prestação vibrante, dedicando ao homenageado um conjunto de canções de Zeca Afonso que puseram o público a cantar

Pormenores da exposição sobre Carlos Paredes que ficou patente ao público na Sala João Hogan, da Voz do Operário. Lá está, resumido, o trajecto do artista e do homem

EM FOCO

Cronologia da Guerra Civil

13.07.1936 – Assassínio de Calvo Sotelo, chefe monárquico;

17 a 20.07.1936 – Levantamento dos militares fascistas;

18.07.1936 – Casares Quiroga demite-se do cargo de primeiro-ministro; os franquistas ocupam Sevilha;

20.07.1936 – O exército fascista é derrotado em Madrid enquanto o de África começa a chegar ao território espanhol; torna-se conhecida a morte do general Sanjurjo (fascista) num desastre de aviação;

30.07.1936 – Aviação italiana começa a chegar ao Norte de África; o exército de África concentra-se em Sevilha e ameaça Madrid;

14.08.1936 – Tomada de Badajoz, pelos franquistas;

19.08.1936 – Assassínio de Federico Garcia Lorca;

29.08.1936 – Apresentação de credenciais por parte do embaixador soviético;

03.09.1936 – Franquistas ocupal Talavera;

04.09.1936 – Queda do governo de Giral. Formação do governo de Largo Caballero;

13.09.1936 – Queda de San Sebastián;

27.09.1936 – Tomada de Toledo e ocupação do Alcázar pelos fascistas;

07.10.1936 – Aguirre assume a presidência do governo Basco, em Guernica;

12.10.1936 – Miguel de Unamuno ataca os nacionalistas num discurso proferido em Salmanca; a Texas Oil Co. declara garantir a Franco todos os fornecimentos de gasolina de que careça até ao fim da guerra;

07.11.1936 – Ofensiva contra Madrid. A defesa da capital espanhola é confiada a uma Junta militar comandada pelo General Miaja;

08.11.1936 – A defesa de Madrid é reforçada com a chegada dos primeiros contingentes das Brigadas Internacionais. A ofensiva contra Casa do Campo é rechaçada pelos patriotas;

15/17.11.1936 – «Raids» aéreos sobre Madrid. A Legião Condor (nazi) entra em acção;

20.11.1936 – Morte de Durruti, em Madrid; execução de Primo de Rivera, em Alicante;

22.12.1936 – Chegada dos primeiros «camisas negras» (fascista italianos) a Cádiz;

05/24.02.1937 – Batalha de Jarama – as forças republicanas conseguem resistir à tentativa dos franquistas do cerco da capital espanhola; Málaga é capturada com a ajuda de tropas italianas;

08/18.02.1937 – Batalha de Guadalajara onde as forças italianas são derrotadas pelo exército popular;

26.04.1937 – Bombardeamento de Guernica pela aviação nazi da Legião Condor; resultado: 1.654 mortos e 889 feridos;

03/07.05.1937 – Guerra civil dentro da própria Guerra Civil: anarquistas e esquerdistas do POUM (Partido Obrero do Unificación Marxista) entram em combate contra os comunistas e forças da Generlalitat, nas ruas de Barcelona;

17.05.1937 – Entra em funções o governo de Juan Negrín;

03.06.1937 – Morte do General Mola, vítima de um suspeito desastre de aviação;

16.06.1937 – Dissolução do POUM e prisão dos respectivos dirigentes;

19.06.1937 – Queda de Bilbao para os fascistas;

26.08.1937 – Santander é capturada pelos franquistas;

31.11.1937 – Governo republicano muda-se para Barcelona;

22.02.1938 – Franco recupera Teruel, que o Exército Popular ocupara a 14 de Dezembro;

16/18.03.1938 – Barcelona sofre bombardeamento de dia e de noite por parte do exército italiano;

05.04.1938 – Negrín toma posse do lugar de ministro da Defesa que era de Indalécio Pristo;

28.10.1938 – Brigadas Internacionais abandonam a Espanha. Parada de despedida, em Barcelona;

20.10.1938 – Julgamento dos dirigentes do POUM;

16.11.1938 – Retirada organizada do Exército Popular, depois da batalha do Ebro;

23.12.1938 – Início da ofensiva sobre a Catalunha;

26.01.1939 – Queda de Barcelona; Terragona fora capturada a 15.01;

05.02.1939 – Começa o êxodo. Azaña, Companys, Aguirre, refugiam-se em França;

04.03.1939 – Levantamentos contra Negrín, em Cartagena;

05.03.1939 – Formação do Conselho de Defesa Nacional, de que faziam parte socialistas, anarco-sindicalistas e republicanos, com a finalidade de substituir o governo Negrín;

06.03.1939 – Negrín e o seu gabinete fogem para França e para o Norte de África;

06/12.03.1939 – Combates nas ruas de Madrid entre comunistas e forças do Conselho de Defesa;

27.03.1939 – Exército franquista ocupa Madrid; Fuga generalizada dos defensores da República;

29/31.03.1939 – Refugiados tentam escapar, em Alicante;

01.04.1039 – Franco declara, oficialmente, o fim da Guerra Civil.

Vitória em Fevereiro
Guerra Civil em Julho

A conjuntura que deu lugar à Guerra Civil de Espanha não resultava, simplesmente, da questão republicana ou da oposição fascista à democracia e às exigências populares. A fraqueza do desenvolvimento do capitalismo no país era uma das raízes dos problemas que se punham. Vinha de longe a luta entre carlistas e liberais. O absolutismo tradicional, ao soçobrar, deixara vivos muitos dos antigos hábitos e vícios. E a formação do Estado burguês não tivera lugar no quadro de um clima social e político de rompimento claro com o passado. As fortes carências e o obscurantismo, em que o povo espanhol vivia, mantinham-se.

A insuficiente e dispersa industrialização do país fazia-se sem plano e sem estruturas e a organização empresarial e fabril em que a produção se realizava era abismal sendo as condições oferecidas ao proletariado as mais exíguas e indignas. Mas, em Madrid, a direcção do Estado, centralista e tirânica nos seus métodos, continuava nas mãos da burguesia latifundiária e da velha classe aristocrática dos senhores da terra. Enquanto isso, os sentimentos nacionais dos povos basco e catalão consolidavam-se.

Às portas da história

As ideias do século vinte e as da Revolução de Outubro, principalmente, produziram nas classes populares de Espanha a certeza de que existia uma saída para as condições do país, quando as instituições tradicionais, a monarquia, a Igreja, o exército, tinham patentemente esgotado as suas possibilidades. Mas a combatividade da classe operária raramente se viu acompanhada por uma adequada orientação política, ideológica, revolucionária. O proletariado agrícola caiu sob a influência do movimento anarco-sindicalista. A classe trabalhadora industrial que, em 1930, incorporava 2,5 milhões de cidadãos, procurava, ainda que no meio de imensas dificuldades, organizar as suas lutas em bases racionais e objectivas. O PCE queria organizar para poder vencer. Anarquistas e trotsquistas exigiam a revolução imediata e a qualquer preço.

A Espanha vivia num intensamente instável momento histórico a que alguns preferem chamar revolucionário. Ventos oriundos de todas as direcções políticas varriam a imaginação do povo e o viver diário do país. Nas eleições de 1931, as grandes cidades tinham votado em peso pelos candidatos republicanos. E dois dias depois (14.4.1931) o rei Alphonso XIII, avisado pelo comandante da Guarda Civil, general Sanjurjo, de que esta importante força paramilitar não lhe garantia o apoio, abandonou o país. Foi quando a 2ª República foi proclamada. Os princípios republicanos, evidentemente, eram queridos do povo espanhol porque pareciam dar resposta ao sistema antigo que o país odiava devido a que apodrecera através dos séculos e não soubera renovar-se. Vinham aí as grandes multidões de oprimidos, de esfomeados, de espanhóis e espanholas a quem a vida só tinha oferecido, até então, dias de miséria e sofrimento.

Os políticos da República não tinham medo do povo. De alguma maneira, porém, receavam-no. A sua constante insistência na busca da cooperação e do auxílio das chamadas democracias ocidentais provou ser uma ilusão cujo preço não foi pequeno. E a sua delicadeza para com

EM FOCO

■ Manoel de Lencastre

Sofre, Espanha, sofre... (conclusão)

cias ocidentais provou ser uma ilusão cujo preço não foi pequeno. E a sua delicadeza para com as potências fascistas que lhes faziam a guerra ao lado de Franco tornou-se chocante. Traduzia-se mais ou menos nestes termos: «Os senhores querem fazer o favor de sair do nosso país?» Moderados, queriam que a Espanha evoluísse como República democrática e parlamentar no quadro do capitalismo. A Espanha esperava mais e melhor: exigia o socialismo, embora os mais esclarecidos soubessem que era essencial vencer a guerra antes de falar-se em socialismo.

O PCE, quando a Espanha transbordava para as ruas após as eleições de 1936 e exigia a defesa das liberdades e das instituições republicanas na altura do levantamento franquista, vivia as dificuldades próprias de um partido de recente formação. Enfrentava grandes movimentos anarquistas e ultra-esquerdistas no seu próprio terreno, o da classe trabalhadora ainda mal esclarecida e fanatizada pelos partidos esquerdistas. Por outro lado, a confusão ideológica foi quase sempre uma característica das lutas populares que se desenvolviam em simultâneo com a guerra. Por isso, perderam-se ambas: a guerra e a tentativa de realizar a revolução sem que, antes, se vencesse aquela. Quantas vidas, quantas energias perdidas!

Sentir a guerra civil em Portugal

No Portugal dos anos 50, as gerações novas procuravam o seu lugar na sociedade enfrentando um sistema político incompreensível que, cedo, aprenderam a repudiar. Nas escolas, a aprendizagem da História fazia-se a partir de falsas e ridículas posições a que os professores se submetiam. Mas já se olhavam com alguma desconfiança certas absurdas narrativas no estilo da lenda de padeira de Aljubarrota. A Espanha era apontada como uma espécie de grande inimigo. E nascia, assim, entre muita juventude portuguesa um estranho e estúpido sentimento de reserva e de hostilidade ao país vizinho e ao povo irmão.

Entretanto, sub-repticiamente ou através de ligeiras referências nos jornais, ganhou-se a certeza de que em Espanha tinha tido lugar um grande conflito, a Guerra Civil. Era no tempo em que a minúscula baixa classe média portuguesa surgida de meios humildes mas que havia realizado economias ou herdado valores, se aventurava em excursões de autocarro a Sevilha. Outros, iam a Badajoz comprar sapatos. No regresso elucidavam-nos: «Há muita fome, em Espanha.» Isto, dava crédito à concepção de que Portugal, apesar das suas gritantes misérias, era um jardim de abundâncias e notava-se, regularmente, a existência de um vergonhoso instinto de superioridade relativamente à Espanha. Havia fome no país irmão, mas em Portugal não...

Como, porém, não é possível esconder a realidade contínuamente, esta acabou por surgir à superfície. As horríveis matanças ocorridas em Badajoz, os fuzilamentos sumários, os ajustes de contas, chegavam-nos ao conhecimento, gradualmente. Como poderia ter sido possível tudo aquilo, aqui ao nosso lado. Mais tarde, quando já não se duvidava do inacreditável papel desempenhado pelo governo de Salazar naquele conflito, os nomes de Jorge Botelho Moniz e de outros fascistas portugueses ligados aos franquistas passaram a causar-nos desgosto.

Quando Francisco Franco visitou Lisboa, oficialmente, chegou por mar a bordo do navio-almirante de uma considerável esquadra. Mas era, então, aquela figura vulgar e bochechuda que o governo português elegera como seu privilegiado amigo e favorito aliado? Franco não tinha a menor estatura de político ou de homem de Estado. E, já conhecedores em detalhe de tudo o que se passara nas Astúrias, em 1934, passámos a vê-lo como aquilo que, na realidade, era um assassino. O tempo ensinou-nos a examinar melhor a trajectória histórica do povo espanhol. E a estimá-lo e a compreendê-lo com fraternidade e companheirismo.

Moscardó, Varela e Franco, após a queda de Alcázar

A «Internacional Comunista» esteve ao lado do povo

A «Internacional» mobilizou para a defesa da República espanhola muitos dos seus melhores talentos. O futuro marechal Tito, libertador e fundador da verdadeira Jugoslávia, organizava o recrutamento de voluntários para as Brigadas Internacionais, em Paris. O dirigente comunista italiano, Palmiro Togliatti, colaborava com a direcção do PCE, um partido novo e inexperiente, e foi um dos últimos a sair do país, depois da vitória do exército franquista.

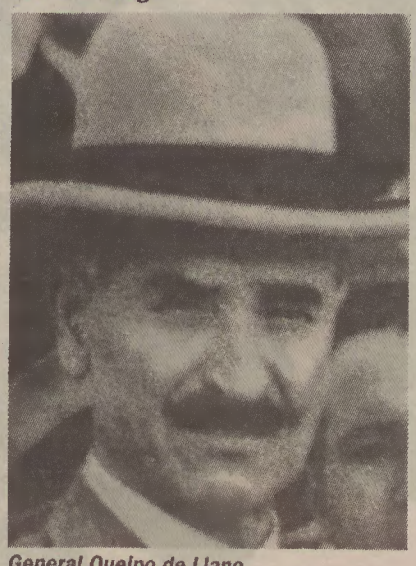
Também a URSS enviou para os teatros de guerra espanhóis alguns dos seus mais promissores chefes militares como, por exemplo, os futuros marechais Konev, Kalinovski, Vordonv e Rokossovski, assim como o futuro comandante da Marinha da Guerra soviética, almiarante Kuznetsov.

Carta de Stalin, Molotov e Vorochilov ao primeiro-ministro espanhol, Largo Caballero, datada de 21 de Dezembro de 1936

«O que nos parece necessário é assegurar a colaboração de Manuel Azanã e do seu grupo de apoiantes para que se consiga ultrapassar a hesitação de que padecem. Isto tem como objectivo impedir os inimigos da Espanha de continuarem a considerá-la uma república comunista e evitar uma intervenção aberta por parte deses inimigos, o que constituiria o mais grave de todos os perigos para a Espanha republicana.»

A caminho da Frente

José António Primo de Rivera, fundador da Falange



General Queipo de Llano

O «espírito» dos franquistas

«Todos os que nos pedem moderação servem, consciente ou inconscientemente, os vermelhos e os ocultos inimigos da Espanha.»

(Discurso de Franco, no Verão de 1938)

«Decidi acabar com a guerra, rapidamente, no Norte do país. As vidas e os bens daqueles que se entregarem com as respectivas armas, e que não sejam acusados de assassínios, serão objecto do nosso respeito. Mas, se a rendição não for imediata, arrasarei a Vizcaya até às suas raízes, a começar pela indústria bélica. Tenho à minha disposição os meios para fazê-lo.»

(Proclamação do General Mola ao povo de Euzkadi, em Março de 1937)

«Repitamos a frase tão frequentemente pronunciada pelo nosso ilustre general Queipo de Llano: 'as palavras perdão e amnistia devem desaparecer do dicionário espanhol'.»

(Jornal ABC, Sevilha, 1 de Setembro de 1936)

«Ordeno que todos aqueles que forem apanhados em greve, ou incitando outros à greve, sejam imediatamente fuzilados. Não sintam medo. Se alguém tentar convencer-vos, autorizo-vos a que o abatam como a um cão. Declarar-vos-ei livres de quaisquer responsabilidades.»

(General Queipo de Llano, na rádio de Sevilha, a 22 de Julho de 1936)

«Tenho ouvido dizer que em várias povoações têm aprisionado pessoas cujas opiniões são favoráveis à direita, e que as ameaçam com medidas bárbaras. Desejo dar a conhecer o meu sistema: por cada pessoa morta, executaremos dez, e será possível, até, que se resolva exceder esta proporção. Os chefes políticos dessas povoações supõem que, possivelmente, conseguirão fugir – mas estão enganados. Mesmo que se escondam no mais fundo da Terra, cavarei sem descanso até encontrá-los. Se já estiverem mortos matá-los-ei outra vez.»

(General Queipo de Llano, na rádio de Sevilha, a 25 de Julho de 1936)

PONTOS CARDEAIS

O sobe e desce

Consta que o preço dos combustíveis vai descer em Maio no nosso país, acompanhando a tendência que se está a manifestar em vários países da Europa. A explicação está na quase certa entrada do petróleo do Iraque nos mercados mundiais, o que está a fazer com que as refinarias não reponham os «stocks» na mira de obterem crude mais barato.
Agora percebe-se por que é que em Portugal se subiram os preços tão subitamente.
Com tais «sobe e desce» fica tudo na mesma... e quem ganha são os senhores das petrolíferas.

Ora aí está!

Os «privados» que gerem o novo hospital Amadora-Sintra reconheceram a sua incapacidade em dar resposta às necessidades no serviço de urgências e de internamento de doentes. A situação é de ruptura, a tal ponto que o director do hospital já escreveu aos responsáveis do Hospital dos Capuchos para receberem doentes de Amadadora-Sintra, o que estes recusaram, por incapacidade agravada pela saída de alguns quadros precisamente para o novo hospital «privado» de Amadora-Sintra pago com os dinheiros públicos, recusa que os outros hospitais de Lisboa se preparam para secundar, caso sejam solicitados.
Esta situação coloca o consórcio privado do hospital Amadora-Sintra numa situação delicada, dado que não está a cumprir o contrato estabelecido. O vice-presidente da Administração Regional de Saúde de Lisboa (ARSL), Castelo-Branco Mota, afirmou ao «Expresso» que a entidade gestora do Amadora-Sintra pediu para reduzir a área de atendimento do hospital, «mas só poderemos fazer se isso não for sobrecarregar os outros hospitais de Lisboa», pelo que o Amadora-Sintra vai ter também de ficar com os doentes nos corredores. «Será como os outros hospitais públicos, naturalmente. Para mim, é isto que prova que a gestão privada não é melhor do que a pública», diz o responsável da ARSL.
Ora aí está...

O homem dos sinais

Marcelo Rebelo de Sousa diz que está à espera de «sinais» por parte do Primeiro-Ministro António Guterres, sem os quais se recusa a entrar na comissão de revisão constitucional.
O homem é um místico.
Primeiro não se candidatava a líder do PSD «nem que Deus descesse à Terra», agora, que é líder apesar de Deus não ter descido à Terra, quer «sinais» por parte de Guterres.
Há um, muito a propósito, que Rafael Bordallo Pinheiro imortalizou na figura do Zé Povinho...

O «aparelhístico»

A coerência meteu, de facto, férias na direita. Agora é Paulo Portas que diz, por um lado, que não tem «perfil aparelhístico» para ser líder da distrital de Aveiro do PP mas que, por outro, se disponibiliza para o ser, caso seja essa a «vontade dos militantes». E encerra com uma frase lapidar: «o assunto está encaminhado, apesar de ainda não estar decidido».
Como diz que disse?!... «Está encaminhado» embora «não esteja decidido»?!... Ó homem, ao menos feche a porta à asneira!

A União faz... pressão

A Comissão Europeia ameaça cortar os fundos comunitários para Portugal caso a lei das privatizações não seja alterada urgentemente, retirando-lhe as limitações ao capital estrangeiro comunitário nas empresas portuguesas a privatizar. Este «aviso» de Bruxelas tem um certo ar de ultimato, o que é, no mínimo, intolerável.
Vamos a ver como é que se vão passar as coisas na Assembleia da República, sobretudo por parte de quem tanto apregoa a «defesa dos interesses nacionais».
Refira-se que o Governo de Cavaco Silva se comprometeu «politicamente» a modificar a lei-quadro das privatizações após as eleições, o que é de uma honestidade política e de um sentido de Estado impressinantes.

Soma e segue

A Metrópole Seguros encerrou o exercício de 1995 com um lucro de 161 mil contos, contra os 61 mil contos obtidos um ano antes.
O volume de prémios brutos de seguro directo atingiu os 16,4 milhões de contos, mais 10,6% do que em 1994.
Afinal onde é que está a «crise» dos seguros, que justificam aumentos implacáveis nos prémios todos os anos, acompanhados de grandes lamentações sobre os «prejuízo» registados?
Pois é... Nas contas desta gente só conta o «soma» e o «segue».

Miséria a Leste

Segundo um relatório divulgado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a esperança de vida nos países do ex-campo socialista está em queda acentuada em relação à média da Europa Ocidental. Segundo a OMS, esta tendência tem raízes na degradação vertiginosa do meio ambiente, a par com o alastramento da miséria.
O relatório é omisso sobre a responsabilidade das «receitas» do capitalismo selvagem que, alegremente, desembestaram por esses países como se levassem o paraíso.

A união indesejada

Entretanto, a fusão dos Estados Regionais de Berlim e Brandeburgo (ex-RDA) foi rejeitada pelos eleitores deste último, com mais de 60 por cento dos votos contra. Se a fusão se concretizasse - como pretende o governo alemão de Helmut Khol e a generalidade da direita - obter-se-ia a reconstituição do coração histórico da Prússia.
Quem já não parece tão entusiasmada em ir a reboque do «capitalismo desenvolvido» da antiga RFA é a população da antiga RDA.
Afinal, o paraíso não estava ao virar do muro...

PONTOS NATURAIS

Os amigos são para as ocasiões

Carlos Vargas – A Alemanha é o maior credor da Rússia e Boris Ieltsin recebeu ontem, em Paris, um dos maiores credores de Moscovo, uma ajuda que pode ser decisiva a seis semanas apenas das eleições presidenciais.

Redactor – Moscovo tem agora 25 anos para pagar os cerca de seis mil milhões de contos da sua dívida externa. O acordo isenta também a Rússia do pagamento nos próximos dois anos. Esta cedência do clube de Paris formado pelos principais credores ocidentais de Moscovo justifica-se pelo receio da vitória do candidato comunista nas eleições presidenciais de 16 de Junho.

O primeiro sinal de apoio do Ocidente à recandidatura de Ieltsin tinha sido dado este ano com a luz verde do FMI para um grande empréstimo a Moscovo.

Os analistas consideram que, com este compromisso com o FMI e com o acordo de Paris, a Rússia ficou amarrada ao programa de reformas que irá ser rigorosamente fiscalizado pelo FMI, mesmo em caso de vitória do candidato comunista.

Meter na consciência

Rodrigo Guedes de Carvalho – A CGTP está contra a flexibilização do horário de trabalho e a maior polivalência dos trabalhadores. Contra estas medidas, os sindicalistas entregaram 20 mil postais na residência oficial do Primeiro-Ministro. Entre duras críticas ao governo admitem uma onda de greves.

Ulisses Garrido – Se o governo enveredar por uma política de que este sinal é mau sinal, então lá estaremos. Esta lei não pode ser aprovada. O senhor Primeiro-Ministro tem de meter a mão na consciência, ele que diz ser um homem de consciência e humano, não pode fazer do diálogo apenas instâncias para ouvir, mas ouvir e meter na consciência aquilo que houve. Ouça aquilo que os trabalhadores dizem.

«O anterior governo nunca se atreveu a tanto. Estas são propostas do patronato que vinham sendo reivindicadas há muito tempo, há muito tempo, mesmo. O antigo governo nunca fez esta proposta, nunca assumiu, nunca teve a coragem e as condições para isso. Este considerou que as tinha, mas de facto, não tem. Do ponto de vista social, estas propostas são injustas, do ponto de vista laboral são inaceitáveis, do ponto de vista sindical são intoleráveis.

Estão de acordo

Repórter – O estreante Manuel Monteiro foi ao Primeiro de Maio. Gostou do discurso, mas tinha críticas a fazer:

Manuel Monteiro – Estava a dizer ao senhor Secretário-Geral que gobalmente estamos de acordo, quanto à questão do horário de trabalho não tenho a mesma opinião.

Repórter – Apesar do desacordo, Monteiro deixou elogios para o que diz ser a «Central sindical do diálogo».

Uma pergunta interessante

Susana Zarco – O convite chegou por mão dos trabalhadores democratas-cristãos afectos à UGT. Manuel Monteiro pensou e resolveu aceitar, por volta das 16 horas saiu de casa, rumo à Torre de Belém.

M. Monteiro – Os sindicalistas na semana passada, disseram-me «o senhor doutor nunca vem a realizações nossas, mas tem todo o tempo disponível para andar com os pescadores, por que não vem passar algum tempo connosco?» «Muito bem, se tiver oportunidade irei com todo o gosto assistir às vossas comemorações do Primeiro de Maio» e aqui venho.

S. Zarco – O que é que espera que lhe vai acontecer nessas comemorações?

M. Monteiro – (Rindo) É uma pergunta interessante. Não sei. Provavelmente haverá gente que irá ficar surpreendida, se calhar não estão habituados a ver a direita, um partido da direita e o presidente de um partido da direita, aqui, de uma forma simples. A direita popular é uma direita que acredita na força do trabalho e que acredita que é fundamental que os trabalhadores existam (olá!).

S. Zarco – Não teme pelo menos alguns assobios?

M. Monteiro – Sabe, quando vimos a estas coisas temos de estar sempre prevenidos para tudo, mas francamente espero que não me assobiem.

S. Zarco – Mais uma estreia de Manuel Monteiro que, sem assobios, pode dizer que foi um êxito.

(Novo Jornal, TVI)

Quem semeia ventos...

A proposta de lei concede tantos poderes discricionários ao patronato que, a ser aplicada, não tenhamos dúvidas, desencadearia no país uma situação, um clima de guerra social em que com certeza perderia todo o país.

(Manuel Carvalho da Silva, Novo Jornal, TVI)

mário Castrim

AGENDA

Debate em Setúbal:
«Será o capitalismo o fim da História?»
Manuel Gusmão introduzirá o debate que sob o tema em epígrafe decorrerá **hoje**, quinta-feira, a partir das 21h30, no Edifício Arrábida, numa inciativa que a Comissão Concelhia do PCP integra nas comemorações do 75º aniversário do PCP.

Debate em Almada:
«O papel da imprensa»
Hoje, quinta-feira, às 21h30, **Leandro Martins** e **Mário Castrim** estarão presentes no debate que se realiza na Junta de Freguesia de Almada sobre *«O papel da imprensa comunista e democrática»*.

Leiria:
Regiões Administrativas em debate
Com a participação de **Luís Sá**, as «Regiões Administrativas para Portugal» e as propostas do PCP sobre a Regionalização estarão em debate na próxima quarta-feira, dia 15, às 21h30, no Auditório do Instituto da Juventude em Leiria, numa sessão pública promovida pela Org. Regional de Leiria.

Debate em Abrantes:
Moeda única
Moeda Única, Fundos Estruturais, Regionalização, outras questões decorrentes da integração na Comunidade estarão em debate na sessão pública promovida pela Com. Concelhia de Abrantes com a participação de **Sérgio Ribeiro**: no dia 15, às 21h, na Biblioteca Muncipal António Botto, em Abrantes.

Bombarral:
Debate com Jerónimo de Sousa
Amanhã, sexta-feira, a partir das 21h30, Jerónimo de Sousa participa no Auditório Municipal do Bombarral num debate em que estarão certamente em evidência as questões do trabalho e da nova legislação que Governo e patronato querem impor aos trabalhadores portugueses.

Espinho:
Os "75 Anos" no Café Moderno
Começa hoje e prolonga-se até sábado mais uma série de iniciativas comemorativas do 75º aniversário do PCP que a Com. Concelhia e o Núcleo da JCP têm vindo a promover no antigo Café Moderno.
Hoje às 21h30 exibe-se em écran gigante um filme; amanhã, à mesma hora, haverá um **concerto** com Jovens músicos de Espinho.
No sábado, também a partir das 21h30, terá lugar no mesmo local um **debate com Agostinho Lopes** sob o tema «PCP - Desafios de Hoje e de Amanhã»

4ª Assembleia da Organização Concelhia de Arraiolos
Domingo, 12 de Maio, às 15, no Cine-Teatro
Às 17h30: **Sessão pública de encerramento**
com intervenção de **Lino de Carvalho**

Odemira
1ª Assembleia da Organização da Freguesia de S. Teotónio
Sábado, 11, às 15h, na Casa do Povo
com a participação de **José Soeiro**

Seixal
Encontro Concelhio da CDU
Domingo, das 10 às 13h,
no Auditório da SFD Timbre Seixalense
Com a participação de **Carlos Humberto**

Conferência de Álvaro Cunhal em Matosinhos
A convite da Câmara Municipal de Matosinhos, **Álvaro Cunhal** proferirá hoje, quinta-feira, às 22h, no Salão Nobre da Câmara Municipal uma conferência intitulada «As vertentes fundamentais da Democracia».

CONGRESSO JCP
18/19 de Maio • LISBOA

Sábado e domingo no CT Vitória:
Reunião da Direcção Nacional da JCP para ultimar a preparação do 5º Congresso

Plenários de militantes

7ª Assembleia da Organização Concelhia de Almada
- Reuniões preparatórias
Realizam-se nos próximos dias as seguintes assembleias plenárias para discussão do Anteprojecto de resolução e eleição de delegados à Assembleia:
Dia 9, quinta-feira - células do **Arsenal** (às 18h), da **AIPICA** (21h), do **Ensino** (21h30), das **Associações de Pais** (21h) - todas no CT Concelhio.
Dia 10, sexta-feira - células da **Incrível** e **Academia** (21h15, CT de Almada).
Dia 11, sábado - células da **Função Pública** (15h30, CT Concelhio), organizações de freguesia da **Trafaria** (16h, CT Trafaria), **Cova da Piedade** (15h, CT Concelhio), **Caparica** (15h, CT do Monte), **Pragal** (15h); célula da **SISTEL** (18h).

Ourique
Em **Santana da Serra** realiza-se no próximo domingo um plenário da Organização para debate da situação política e das tarefas locais do Partido. No Café do Sr. Fernando Góis, às 12h.
Idêntico objectivo tem o plenário da Organização de **Aldeia de Palhais**, a realizar a partir das 15h na garagem do cam. Augusto José.

No PORTO, esta semana:
- **Debate «Urbanismo e Reabilitação Urbana»** inserido no ciclo «Porto em Debate», com a participação dos arquitectos **Domingos Tavares** e **António Madureira** e de **Ilda Figueiredo** e **Rui Sá**, eleitos na CMP.
- **Encontro CDU de Vila Nova de Gaia**: no Auditório da Assembleia Municipal, sábado às 15h.
- **Ciclo Video** promovido pela Org. Novos Quadros do Sector Int. do Porto
Dia 10 às 21h30 na Casa da Cultura de Paranhos:
1900 («Novecento») de **Bernardo Bertolucci**, com R. de Niro, D. Sutherland, B. Lancaster, S. Hayden

Homenagem a Catarina Eufémia

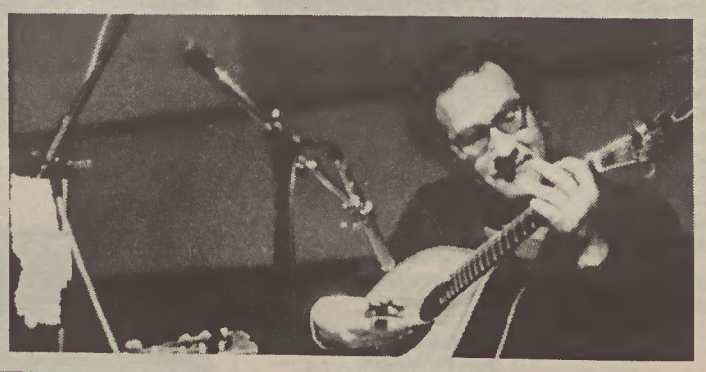
Baleizão
Domingo, 19 de Maio
Romagem, às 15h30
Comício com **Jerónimo de Sousa** às 16h

Ciclo de conversas com quem fez e faz a história do PCP
Março/Maio 1996
ESPAÇO CULTURAL VITÓRIA
Av. da Liberdade – LISBOA

VICTÓRIA ESPAÇO CULTURAL

10 MAIO 6.ª FEIRA 21.30 H

Os comunistas e a Arte no Séc. XX
«Transformar o Mundo» - «Transformar a Vida»: o projecto comunista e a criação artística: realismos e vanguardas. O compromisso político, a diversidade das opções estéticas e a liberdade da invenção artística.
Mário de Carvalho / Manuel Machado da Luz / Manuel Gusmão / Rogério Ribeiro / Helena Serôdio
Moderador: Rui Pereira



14 DE MAIO 3ª FEIRA 21H

Homenagem a CARLOS PAREDES
"Nós, Carlos Paredes"
António Vitorino de Almeida / José Cardoso Pires / José Casanova / José Lopes de Almeida / Manuel Jorge Veloso / Paulo Rocha
Moderador: Alfredo Flores
Diaporama. Vídeo.
Música: Luís Amaro (Guitarra), Maria do Rosário Leitão (Viola)

17 MAIO 6.ª FEIRA 21.30 H

A Reforma Agrária: horizonte de luta, processo e projecto
A tradição de luta do proletariado agrícola. A luta pelas 8 horas. O Partido e as massas em movimento no processo da Reforma Agrária. O presente e o futuro. O Alentejo na Literatura Portuguesa contemporânea.
Raimundo Cabral / Abílio Fernandes / António Gervásio / José Soeiro / Urbano Tavares Rodrigues
Moderador: Isabel Garcez

Em tempo de férias e convívio vá num Grupo de Amigos...

... a Espanha
Em Matascañas de 15 a 22 de Junho,
por iniciativa da Com. Concelhia de Almada: 8 dias de estada em Hotel de 3 Estrelas com pensão completa. Praia e Campo. Saídas para Sevilha, Córdoba e Gruta de Colon. Informações e inscrições: tels. 2752777, 2753939, cam. Cabrita.

... à Volta Saloia
2 de Junho, organizada pela Com. Freg. de S. Domingos de Rana: viagem em autocarro e almoço: 2.750$00. Inscrições até 25 de Maio.

... ao Rally Paper de Alcabideche
Domingo, 5 de Maio, organizado pela Com. de Freg. do PCP. Inscrições até 3 de Maio nos CTs de Alcabideche, Cascais, Parede, Tires (tel. 4692145-4866991-4561122--4442253)

... à Marinha Grande
25 de Maio, organizado pela Com. de Freg. de Cascais. Com visita à Vidreira Manuel Pereira Roldão. Viagem e almoço: 2.500$00. Inscrições (até 22 de Maio): tel. 4866991.

TELEVISÃO

Quinta, 9

RTP 1
09.00 Notícias
09.10 Rua Sésamo
09.45 Rosto de Mulher
10.45 Praça da Alegria
12.25 Cinzas
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
13.55 Clássicos da RTP - Sabadabadú
14.50 Uma Promessa de Amor
15.30 Malha de Intrigas
16.20 Infantil / Juvenil
17.20 Vizinhos
17.45 Canal Aberto
19.00 Pedra sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.45 Canções do Festival Eurovisão
20.55 Roseira Brava
22.00 Herman Total
23.10 Maria Elisa
00.10 24 Horas
00.45 RTP/Financial Times
00.55 Monty Python - Os Malucos do Circo

RTP 2
17.05 Notícias
17.10 Rua Sésamo
17.40 Um, Dó, Li, Tá
19.00 Magazine «Ver Artes»
19.25 Remate
19.40 TV Nostalgia: «Colditz»
20.45 Especial: Sim à Europa
22.45 Jornal 2
23.25 Acontece
23.50 Uma Outra Mulher
(de Woody Allen, EUA-1988, com Gena Rowland, Mia Farrow, Gene Hakman. Ver Destaque)
01.15 Planeta Música

SIC
11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imortais
15.00 Sonhar Acordado
15.30 Os Donos do Jogo
16.00 Buéréré
18.00 Notícias
18.15 Renascer
19.10 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Os Trapalhões
21.15 Explode Coração
22.05 Marina, Dona Revista
23.05 Decadência
00.05 Último Jornal
00.25 Verdes Anos
01.25 Sonhar Acordado
01.55 Vibrações

TVI
10.10 Clube da Manhã
10.55 Jornal do Mundo
11.25 Portugal Português
12.50 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.40 A Hora do Recreio
17.30 Informação
17.50 Os Caloiros
18.35 MacGyver
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Rio Selvagem
21.45 Fora de Jogo
22.00 A Cidade Viscosa
(de John Huston, EUA-1972. Ver Destaque)
23.50 TVI Jornal
00.35 Rua Jump, 21

Sexta, 10

RTP 1
09.00 Notícias
09.10 Rua Sésamo
09.35 Rosto de Mulher
10.30 Praça da Alegria
12.25 Cinzas
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
13.55 Clássicos da RTP - Sabadabadú
14.25 Uma Promessa de Amor
15.15 Malha de Intrigas
16.20 Infantil / Juvenil
17.20 Vizinhos
17.45 Canal Aberto
19.00 Pedra sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.45 Canções do Festival Eurovisão
20.55 Roseira Brava
22.00 A Mulher do Sr. Ministro
22.40 Duelo Imortal - II
(de Russell Mulcahy, EUA-1991. Ficção Científica)
00.10 24 Horas
00.45 RTP/Financial Times
00.55 Monty Python - Os Malucos do Circo
01.30 Eles Vivem
(de John Carpenter, EUA-1988. Ver Destaque)

RTP 2
17.00 Notícias
17.10 Rua Sésamo
17.40 Um, Dó, Li, Tá
19.00 Máquinas
19.30 Notícias
19.50 TV Nostalgia - «5ª Dimensão».
20.45 A Par e Passo
21.20 Dançar na Rua - História do Rock'n'Roll
22.05 Acontece
22.30 Jornal 2
23.10 Alice
(de Woody Allen, EUA-1990, com Mia Farrow, Joe Mantegna, William Hurt. Ver Destaque)
01.00 Planeta Música

SIC
10.30 Verdes Anos
11.40 As Receitas do Dia
12.10 A Guerra dos Sexos

«Adão e Eva», o filme, adaptado a série televisiva: no fim-de-semana na SIC

13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imortais
15.00 Sonhar Acordado
15.30 Os Donos do Jogo
16.00 Buéréré
18.00 Notícias
18.15 Renascer
19.10 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Os Malucos do Riso
21.15 Explode Coração
22.05 Adão e Eva
22.55 A Noite da Má Língua
00.15 Os Donos da Bola
01.55 Último Jornal
02.30 Playboy
03.30 Vibrações

TVI
10.10 Clube da Manhã
11.00 Sinais e Leis
11.30 Luzes da Ribalta
12.50 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.30 Encontro
16.40 A Hora do Recreio
17.30 Informação
17.50 Jovens Universitários
18.35 MacGyver
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Rio Selvagem
21.45 Fora de Jogo
22.00 O Nome da Rosa
(de Jean-Jacques Arnaud, Fr.-RFA-It-1986 (versão inglesa), com Sean Connery. Ver Destaque)
23.55 Grande Plano
00.40 TVI Jornal
01.20 Rua Jump, 21

Sábado, 11

RTP 1
08.00 Sempre a Abrir
10.30 Clube Disney
11.30 Cybermaster
12.00 Fórmula Um - Grande Prémio de S. Marino (Treinos)
13.00 Jornal da Tarde
13.20 Top +
14.25 86-60-86
15.05 Beverly Hills 90210
16.00 Jornal Jovem
17.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
(com Dean Cain, Teri Hatcher. Aventuras)
18.00 Jovens Cowboys
19.00 Clube dos Totalistas
20.00 Telejornal
20.45 Canções do Festival Eurovisão
20.55 Roseira Brava
22.00 Parabéns
00.40 24 Horas
01.00 O Assassínio das Raparigas do Calendário
(EUA-1984. «Thriller»)
02.35 Chocolate
(Fr./EUA-1992. Comédia romântica)
04.05 As Paredes Têm Ouvidos
(Fr.-1974. Comédia)
05.40 Caça ao Homem
(Gr.Br.-1971, «Western»)

RTP 2
09.00 Universidade Aberta
12.00 Forum Musical
13.00 Parlamento
14.00 Euronews
15.00 Atlanta 96
15.30 Desporto de A a Z
16.25 Motociclismo
16.55 Notícias
17.00 Basquetebol
18.25 Jogo Falado
18.45 7º Oeste
19.15 Os Juncos Silvestres
(de André Téchiné, Fr.-1994. Ver Destaque)
21.05 Semana ao Sábado
22.00 Notícias 2
22.05 Um Homem em Casa
22.30 Figuras de Estilo
23.25 Ópera: «La Bohème»

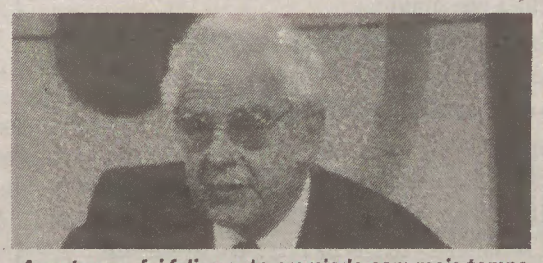
SIC
09.00 Buéréré
11.30 Portugal Radical
12.00 O Mundo dos Animais
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Tostões e Milhões
14.00 Malhação
15.00 Justiça Negra
16.00 Danielle Steel - Zoya II
18.00 O Juiz Decide
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.35 História de Amor
21.35 Adão e Eva
22.25 Big Show Sic
01.05 Último Jornal
00.35 Quando o Céu e a Terra Mudaram de Lugar
(de Oliver Stone, EUA-1993, com Tommy Lee Jones, Debby Reinolds. Ver Destaque)

TVI
09.40 Animação
11.30 Ténis - Torneio de Hamburgo
13.00 Jornal da Uma
13.25 Contra-Ataque
15.00 Ténis - Torneios ATP
15.30 A Hora do Recreio
16.10 Doutores e Engenheiros
17.40 Lassie - O Milagre
(de Robert Golden, EUA-1970. Aventuras)
19.30 Telejornal
20.10 Diagnóstico: Crime
21.10 Duelo na Poeira
(de Sam Peckinpah, EUA-1973, com James Coburn, Kris Kristofferson, Bob Dylan. Ver Destaque)
23.00 Campeonato Espanhol de Futebol
00.45 Últimas Notícias
01.25 Aguirre, o Aventureiro
(de Wernere Herzog, EUA-1972, com Klaus Kinski. Aventuras)

Domingo, 12

RTP 1
08.00 Sempre a Abrir
11.00 NBA
12.00 Sem Limites
12.30 Jornal da Tarde
12.55 Motociclismo
13.45 Made in Portugal
14.50 Alta Voltagem
15.20 Bonanza - A Geração Seguinte
(de William F. Claxton, EUA-1988. Telefilme/«Western»
17.10 100% Natural
18.00 Marco Paulo com Música no Coração
19.10 Casa Cheia
20.00 Telejornal
20.35 Canções do Festival Eurovisão
20.45 Domingo em Cheio
23.00 Domingo Desportivo
00.15 24 Horas
00.35 Euro 96
01.10 Momento de Justiça
(de Bob Radler, EUA-1989. Acção)

RTP 2
09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.30 O Homem e a Cidade
11.50 Euronews
13.00 Para Além do Ano 2000
14.00 NBA
15.00 Voleibol
15.30 Atlanta 96
16.00 Europeus de Ginástica Artística
16.30 Jornada na 2
18.40 Golo Europa
19.30 Bombordo
20.00 Aqui d' El Rei (1ª Parte)
(de António Pedro Vasconcelos, Port.. História)
22.00 Artes e Letras - «Flora Gomes - Identificação de Um País»



«Aconteceu» foi felizmente premiado com mais tempo na nova grelha da RTP2

23.10 Zorba, o Grego
(de Michael Cacoyannis, EUA-1964, com Anthony Quinn. Ver Destaque)
00.30 Planeta Música - Solti dirige Bruckner (Sinfonia Nº 2)
01.30 Procissão das Velas

SIC
09.00 Buéréré
12.00 Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Internacional Sic
14.00 Malhação
14.55 Rebeldes
15.55 O Guarda-Costas
16.55 Walker, o Ranger do Texas
18.00 Os Gansos Selvagens
(de Peter Hunt, EUA-1985. Acção/Guerra)
19.20 Clube Vip
20.00 Jornal da Noite
20.45 História de Amor
21.35 Adão e Eva
22.35 JFK
(de Oliver Stone, EUA-1991, com Kevin Costner. Ver Destaque)
02.05 Último Jornal

TVI
09.40 Clube da Manhã
12.00 Missa
13.10 O 8º Dia
13.40 Portugal Português
15.00 Jornal do País
15.20 O Diabo Era Outro
(de Constantino Esteves, Port.-1969. Comédia/Musical)
17.40 Christy
18.30 Caída do Céu
19.30 Telejornal
20.20 Menina Prodígio
20.50 Raio Azul
21.50 Procissão das Velas
22.30 Um Certo Outono
(de Beeban Kidron, EUA-1992, com Srirley MacLaine, Jessica Tandy. Ver Destaque)
01.30 Ténis - Torneio de Hamburgo

Segunda, 13

RTP 1
09.00 Notícias
09.10 Rua Sésamo
09.45 Rosto de Mulher
10.45 Praça da Alegria
12.25 Cinzas
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP
14.45 Uma Promessa de Amor
15.15 Malha de Intrigas
16.10 Infantil / Juvenil
17.05 Vizinhos
17.45 Canal Aberto
19.00 Pedra sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.45 Canções do Festival Eurovisão
21.00 Roseira Brava
21.30 Todos ao Palco
22.45 Nova Oportunidade
23.45 24 Horas
00.15 Cómicos - Monthy Pythons

RTP 2
17.05 Notícias
17.15 Rua Sésamo
17.45 Um, Dó, Li, Tá
18.45 Os Mais Belos Contos da Europa
19.20 Remate
19.35 TV Nostalgia - «A Jóia da Coroa»
20.40 Foyer
21.35 Dinheiro não Dorme
22.05 Acontece
22.30 Jornal 2
23.10 Náná
(de Dorothy Arzner, EUA-1934, com Anna Sten. Drama)
00.40 Planeta Música

SIC
10.30 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imortais
15.00 Sonhar Acordado
15.30 Os Donos do Jogo
16.00 Buéréré
18.00 Notícias
18.15 Renascer
19.10 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração
21.35 Ponto de Encontro
22.05 Suspeita Dupla
(de Paul Ziller, EUA-1993. «Thriller»)
00.10 Último Jornal
00.35 Flash Back
01.35 Vibrações

TVI
10.10 Clube da Manhã
11.10 Novos Ventos
11.45 Rumores
12.15 Alf
12.50 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.40 A Hora do Recreio
17.30 Informação
17.50 Os Caloiros
18.35 MacGyver
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Rio Selvagem
21.45 Fora de Jogo
22.00 Reportagem de Alto Risco
(de Patrick Duncan, EUA-1992. Drama)
23.55 TVI Jornal + Primeira Fila
01.00 Rua Jump, 21

Terça, 14

RTP 1
09.00 Notícias
09.10 Rua Sésamo
09.45 Rosto de Mulher
10.45 Praça da Alegria
12.25 Cinzas
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP
14.45 Uma Promessa de Amor
15.15 Malha de Intrigas
16.10 Infantil / Juvenil
17.05 Vizinhos
17.45 Canal Aberto
19.00 Pedra sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.45 Canções do Festival Eurovisão
21.00 Roseira Brava
22.00 Ligações Perigosas
23.00 Sensibilidade e Bom Senso
00.10 24 Horas
01.00 Cómicos - Monthy Pythons

RTP 2
17.05 Notícias
17.15 Rua Sésamo
17.45 Um, Dó, Li, Tá

«Alf», agora em reposição na TVI, foi «um caso» na contracenação actores/«bonecos»

18.55 Rotações
19.20 Remate
19.40 TV Nostalgia - Os Vingadores
20.40 A Última Fronteira
21.40 Rumo à Lua
22.05 Acontece
22.30 Jornal 2
23.10 Recordações
(de Martin Gabel, EUA-1947, com Robert Cummings, Susan Hayward. Drama)
01.00 Planeta Música

SIC
10.30 Flash Back
11.40 As Receitas do Dia
12.10 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imortais
15.00 Sonhar Acordado
15.30 Os Donos do Jogo
16.00 Buéréré
18.00 Notícias
18.15 Renascer
19.10 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração
21.35 Ai, os Homens!
23.15 Cross Fire
00.25 Último Jornal
00.40 Escrita em Dia
01.40 A Conspiração
(de Lamont Johnson, Can-1972. Espionagem)
03.00 Vibrações

TVI
10.10 Clube da Manhã
10.40 O 8º Dia
11.10 Momentos de Glória
12.50 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.40 A Hora do Recreio
17.30 Informação
17.50 Os Caloiros
18.35 MacGyver
19.30 Novo Jornal
20.50 Rio Selvagem
21.45 Fora de Jogo
22.15 Atraiçoadas
(de Peter levin, EUA-1993. Drama)
23.55 TVI Jornal
00.35 Jornal de Negócios
01.10 Rua Jump, 21

Quarta, 15

RTP 1
09.00 Notícias
09.10 Rua Sésamo
09.45 Rosto de Mulher
10.40 Praça da Alegria
12.15 Cinzas
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP
14.45 Uma Promessa de Amor
15.15 Malha de Intrigas
16.10 Infantil / Juvenil
17.05 Vizinhos
17.45 Canal Aberto
19.00 Pedra sobre Pedra
19.45 Vamos Jogar Totobola
20.00 Telejornal
20.45 Canções do Festival Eurovisão
21.00 Roseira Brava
22.00 Quem É o Quê?
23.15 Variedades
00.45 24 Horas
01.30 Cómicos - Monthy Pythons

RTP 2
17.05 Notícias
17.15 Rua Sésamo
17.45 Um, Dó, Li, Tá
18.30 Sinbad
19.10 Olho Clínico
19.35 Remate
20.00 TV Nostalgia - «Eu, Cláudio»
20.50 Lendas e Narrativas
21.15 Sinais do Tempo
22.05 Acontece
22.30 Jornal 2
23.30 «Private Affairs of Bel Amy»
(de Albert Lewin, EUA-1947, com George Sanders, Angela Lansbury. Ver Destaque)
00.40 Planeta Música

SIC
10.30 Escrita em Dia
11.40 As Receitas do Dia
12.10 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imortais
15.00 Sonhar Acordado
15.30 Os Donos do Jogo
16.00 Buéréré
18.00 Notícias
18.15 Renascer
19.10 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Barba e Cabelo
21.10 Explode Coração
22.00 Ousadias
23.00 Casos de Polícia
00.20 Último Jornal
00.50 Toda a Verdade: As Amantes
01.40 O Papá É Major
02.10 Vibrações

TVI
10.10 Clube da Manhã
10.30 Jornal de Negócios
11.00 O Turno da Noite
12.50 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.30 A Hora do Recreio
17.40 Informação
17.50 Os Caloiros
18.35 MacGyver
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Rio Selvagem
21.35 Fora de Jogo
22.00 Os Novos Intocáveis
23.50 TVI Jornal
00.35 Jornal do Mundo
01.05 Rua Jump, 21

O Rock'n'Roll como confluência de culturas e géneros musicais numa excelente série – à sexta na RTP 2

Por isto e por aquilo...

A Cidade Viscosa

(*Quinta, 22.00, TVI*)

Baseado num romance de **Leonard Gardner**, *A Cidade Viscosa* é um filme negro que nos fala das desventuras de um pugilista abandonado pela mulher e que se arruina entregando-se à bebida. Uma admirável reconstituição de ambientes num dos melhores filmes realizados por **John Huston** nos anos 70, com interpretações à altura de **Jeff Bridges** e **Susan Tyrrell** e a infelicidade de um papel desadequado mal entregue a **Stacey Keach**.

Uma Outra Mulher

(*Quinta, 23.50, RTP2*)

Na fabulosa obra de **Woody Allen**, este filme não é dos que despertaram as mais entusiasmadas adesões. Não escondendo a sua incondicional admiração pelo cinema de **Bergman**, cujo toque indirecto é aqui trazido designadamente pelo seu excelente director de fotografia - **Sven Nykvist** -, o filme conta, ainda, com uma memorável interpretação da mulher de **John Cassavets**, **Gena Rowlands**, no papel de uma intelectual de Nova Iorque que é levada a interrogar-se sobre si própria e as suas escondidas emoções, após ter surpreendido as confidências de uma jovem (**Mia Farrow**) ao seu psiquiatra - uma obsessão no universo temático do realizador. Mas, para quem achar pouco, o filme ainda tem **Gene Hackman**.

Gena Rowlands e Gene Hackman, numa cena de «Uma Outra Mulher», um filme de Woody Allen

O Nome da Rosa (*Sexta, 22.00, TVI*)

Baseado no famoso romance de *Umberto Eco*, este filme de **Jean-Jacques Arnaud** ultrapassa com extrema competência e um assumido sentido de risco, as dificuldades que se julgaria difíceis de superar - as da sua «impossível» adaptação ao *écran*. A história, que se desenrola no ano de 1327, acompanha o itinerário do monge *Guillaume de Baskerville* e do noviço *Adso de Melk* até uma abadia beneditina dos Alpes para investigar a estranha morte de um outro monge. Sem ignorar que muita da riqueza filosófica e reflexão teológica do romance original - e, sobretudo, todo o trabalho de investigação de *Eco* sobre os mecanismos da linguagem - se apagam perante a sobrevalorização do grande espectáculo cinematográfico, é necessário reconhecer que, como apontam as referências, **Arnaud** consegue criar um objecto de grande beleza visual que se diria inspirado na pintura de *Breughel*.

Alice

(*Sexta, 23.10, RTP2*)

Último filme do magnífico ciclo dedicado pela *RTP 2* a **Woody Allen**, *Alice* é, ao mesmo tempo, o nome da sua personagem principal - uma mulher que, bem ao contrário dos seus ideais de juventude, leva uma vida de luxo e conforto que acaba por constituir uma enorme frustração e o motivo principal para ceder à atracção de outro homem. Comédia dramática admiravelmente encenada e construída com grande imaginação, *Alice* tem nos principais papéis excelentes interpretações de **Mia Farrow**, **Joe Mantegna**, **William Hurt** e **Alec Baldwin**.

Eles Vivem

(*Sexta, 01.30, RTP1*)

Verdadeira denúncia da *era Reagan* é este bom filme de **John Carpenter**, um modelo da «ficção científica» cinematográfica dos nossos dias, criativamente inspirado nos filmes da «série B» dos anos 50. Como bem observa **Alain Paucard**, naqueles, os extraterrestres que se apoderavam dos nossos rostos e das nossas almas eram sempre... os comunistas! Agora, para **Carpenter**, é a vez dos *yuppies* e dos *jovens empresários* do liberalismo económico... Estes extraterrestres-de-novo-tipo vestem elegantemente e usam estranhos óculos escuros, através dos quais se fica, afinal, a perceber os seus disfarces humanos e as mensagens subliminares de submissão totalitária expressas nos painéis de publicidade. Um operário no desemprego, descobrindo fortuitamente o sinistro disfarce, socorre-se de um companheiro negro, também operário, para fazer frente aos invasores. Terão êxito? Uma brilhante parábola dos tempos da «nova ordem», a ver, com gozo e atenção!

Juncos Silvestres (*Sábado, 19.15, RTP2*)

Um filme recente do grande cienasta francês **André Téchiné** realizado para fazer parte de uma série televisiva a cargo de nove diferentes realizadores e subordinada ao tema geral dos amores da adolescência. A história é localizada numa região do interior e debruça-se sobre as relações de três rapazes e uma rapariga, mas como pano de fundo o realizador dá-nos a conhecer esse outro grande tema que é o do reflexo em plena França da problemática da Guerra da Argélia. O filme foi premiado com quatro *Césares*, entre os quais o do Melhor Filme.

Duelo na Poeira (*Sábado, 21.05, TVI*)

É mais uma efabulação cinematográfica da luta tenaz travada entre o «sheriff» *Pat Garrett* e o lendário fora-da-lei *Billy The Kid*. Sabe-se que **Sam Peckinpah** tentou em vão retirar o seu nome do genérico, tais foram os problemas que a rodagem e sobretudo a montagem da versão final levantaram. Sabe-se também que uma outra cópia remontada pelo realizador e destinada ao mercado do vídeo e à TV por cabo já faz justiça às suas intenções originais. Ainda se sabe que uma outra versão, menos violenta que a original, foi remontada para a TV comercial. O que não se sabe é qual destas versões é que é transmitida pela *TVI*!

Um fotograma de «O Nome da Rosa», de Jean-Jacques Arnaud

Um punhado de personagens em «Um Certo Outono», um filme de Beeban Kidron

Quando o Céu e a Terra Mudaram de Lugar

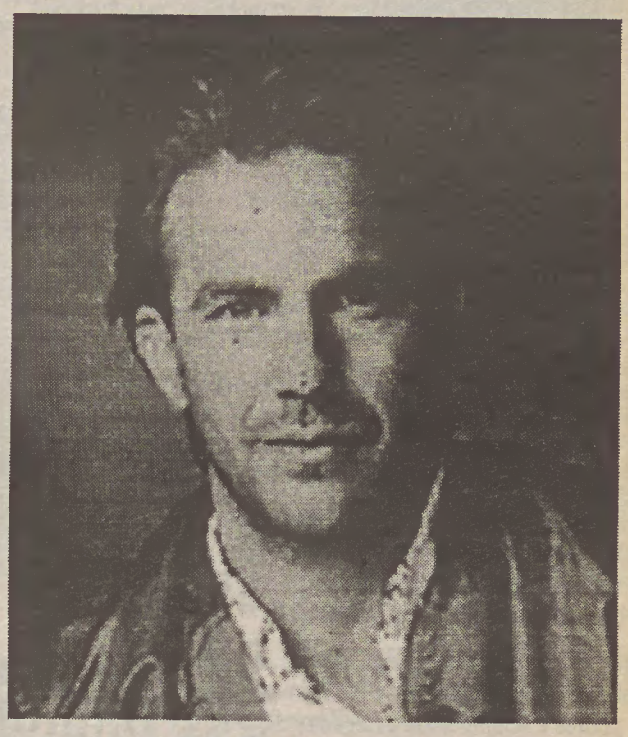
(*Sábado, 01.35, SIC*)

Seguindo-se a *Platoon*, que **Oliver Stone** realizou tendo como base a sua própria experiência e a *Nascido em 4 de Julho*, baseado na autobiografia de **Ron Kovic**, este novo filme de **Stone** (inédito nas televisões portuguesas) completa a trilogia que o realizador dedicou à Guerra do Vietname e fala-nos da experiência real e concreta de uma ex-cidadã vietnamita - *Le Ly Hayslip* - que esta contou em dois livros. Hoje cidadã americana, a autora foi surpreendida no seu país natal pela brutalidade e pela trágica destruição da guerra e, dividida entre o Norte e o Sul, acabou por ser levada para os EUA por um militar norte-americano que a tornou sua mulher. Diz-se ser um retrato cruel da guerra, desta vez abordado do ponto de vista dos que mais a sofreram. A confirmar.

Um Certo Outono

(*Domingo, 22.30, TVI*)

Uma viúva recente (**MacLaine**) é cortejada por um italiano (**Mastroianni**) que, desde há muitos anos, se interessara por ela - e é esta história de uma renovada aproximação e paixão que constitui o pano de fundo para o realizador **Beeban Kidron** encenar uma saga familiar em que o principal interesse é extasiarmo-nos perante a actuação de várias e reputadas vedetas. Nesse aspecto, interessante, mas não mais do que isso.



Kevin Costner, intérprete principal de «JFK», de Oliver Stone

JFK

(*Domingo, 22.35, SIC*)

Pautando em geral a sua carreira cinematográfica pela denúncia dos aspectos mais nefastos e contestáveis da sociedade americana, **Oliver Stone** debruça-se neste filme sobre o assassinato do presidente **John F. Kennedy**, focando sobretudo o percurso do procurador *Garrison* (**Kevin Kostner**) na investigação do papel que os *lobbies* militar e financeiro norte-americanos teriam desempenhado nesta tragédia da História dos EUA. Mas convém que a atenção do espectador incida, sobretudo, no tratamento que o realizador dá ao material fílmico (encenado ficcionalmente ou reproduzido e montado a partir da realidade mostrada pelos «documentos de arquivo»), um processo para alguns polémico e especulativo que condiciona toda a construção do filme. Enfim, um filme a observar com mira telescópica...

Zorba, O Grego

(*Domingo, 23.10, RTP2*)

É a reposição de um grande êxito do cinema americano, com um argumento baseado no romance de **Nikos Kazantzakis** que nos conta a história das relações entre um grego e um inglês que vem até à Grécia para tomar posse de umas minas que recebera como herança. Uma brilhante e «exótica» interpretação de **Anthony Quinn** que, apesar de tudo, lhe não valeu um Óscar, ao contrário do que aconteceu com **Lila Kedrova**, excepcional actriz secundária, ou com os responsáveis pelos cenários e decoração. A música, que ficou anos e anos no ouvido, é de **Mikis Theodorakis**.

The Private Affairs of Bel Ami

(*Quarta, 23.10, RTP2*)

Situada na Paris do Séc. XIX, esta história de um jornalista arrivista que atinge a celebridade e fortuna à custa dos seus amigos é uma prova de força para a admirável interpretação de **George Sanders**.

TELEVISÃO

A cal do estuque

■ Correia da Fonseca

É um poucochinho triste, mas já não me lembro muito bem de tudo a que assisti no 25 de Abril de 74 e dias seguintes. É certo que não assisti a coisas muito especiais: não fui dos que fizeram o 25, fui apenas um dos muitos que beneficiaram dele. Ainda assim, contudo, e para lá dos grandes momentos que todos mais ou menos puderam partilhar, recordo uns tantos instantes, poucos, que tiveram um número reduzido de testemunhas.

Um deles decorreu na Cova da Moura, onde, se bem me lembro, havia sido instalado um posto de comando do MFA ou algo de semelhante. Já não sei porquê, para lá me dirigi, creio que no dia 26, no meio de um pequeno grupo de gente dos jornais. E foi-me dado assistir então a uma cena que nunca mais esqueci, até porque me emocionou profundamente: Vítor Direito, então director-adjunto do «República», debulhado em lágrimas de alegria pelo derrube do fascismo, a lançar-se nos braços de Mário Castrim.

Como vamos de censuras

É sabido que depois disso deram muitas voltas o mundo, o país e o próprio Vítor Direito. Mas ocorreu-me aquele episódio há poucos dias quando vi o actual director do «CM» a referir-se em termos de grande aplauso ao livro «Televisão e Censura», que Mário Castrim lançou recentemente. Não que eu tenha ficado propriamente surpreendido: nada me fazia supor que a antiga admiração de Direito por Castrim tivesse desaparecido com o decorrer do tempo, arrastada no meio de tanta outra coisa que o vento levou. Mesmo assim, achei bonito e particularmente adequado. Bonito, porque é sempre linda a fidelidade a nós próprios, ainda que apenas em questões de relativo pormenor. Particularmente adequado, porque a intervenção de Vítor Direito aconteceu no Jornal da Noite da SIC, estação onde, como se sabe, Castrim tem sido cobardemente insultado pelo Pinto da Noite da Má-Vida, ou lá como se chama aquilo.

Porém, se hoje venho lembrar aquele breve momento de TV não é pela justiça então prestada a Castrim, mas sim porque as palavras de Vítor Direito se incluíam numa rápida referência que o Jornal da Noite fazia ao Dia Mundial da Liberdade de Informação, que nesse dia se celebrava. (Note-se que, nesse quadro, a demorada referência feita por Vítor Direito não era propriamente obrigatória, o que mais lhe reforça o mérito.) Perguntaram então ao entrevistado, embora não por estas palavras, como vamos nós agora de censura. E a resposta foi clara e honesta: vamos de muitas maneiras, algumas das quais Vítor Direito enumerou.

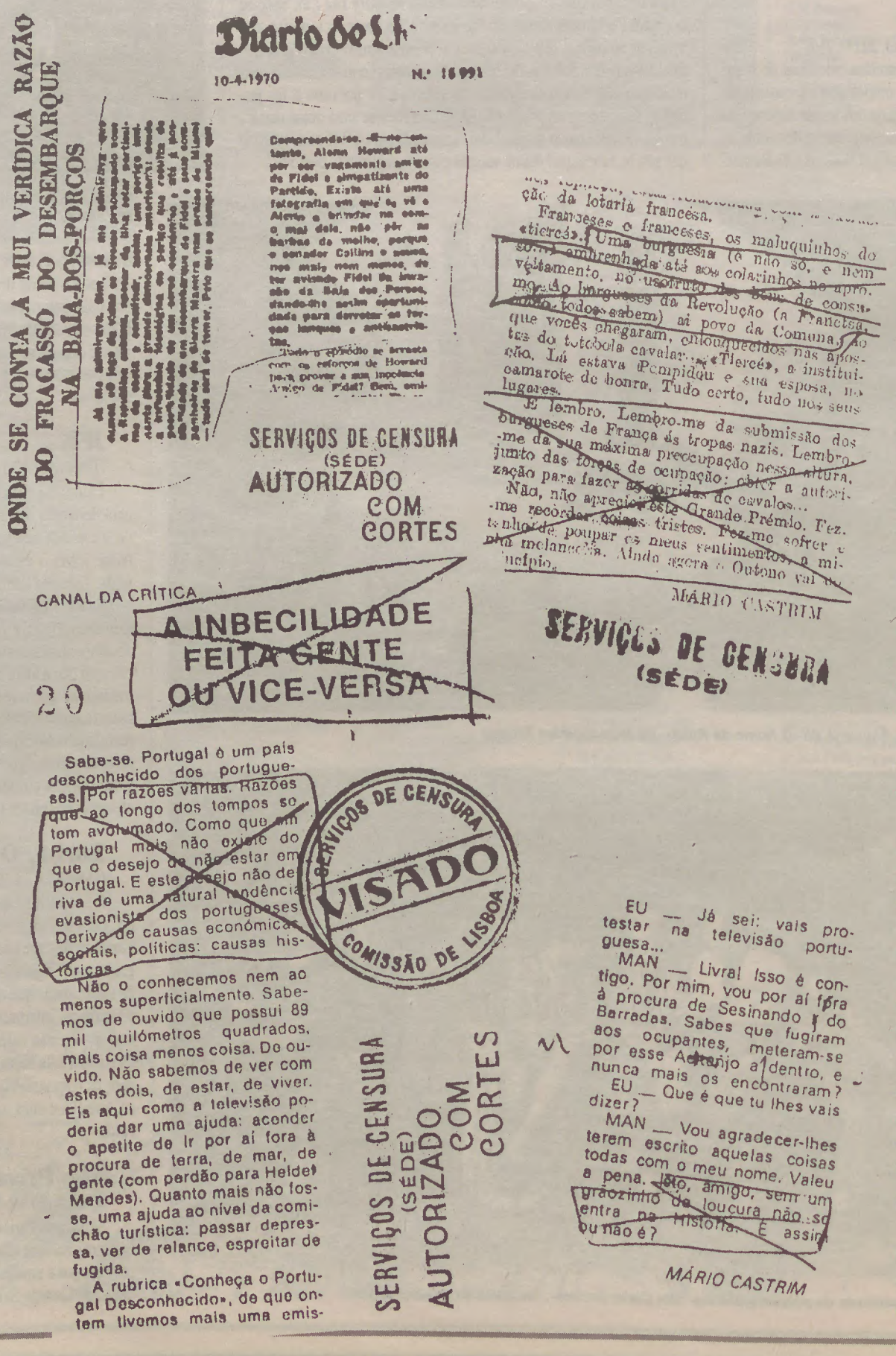
Não enumerou todas, exaustão a que, aliás, não estava obrigado, sendo que talvez não estivesse nas melhores condições para o fazer no que respeita a algumas delas. Falou, por exemplo, na escolha que bem pode conter objectivos censórios quando se trata de organizar em cada redacção a agenda dos assuntos a tratar. É o caso do famigerado «critério jornalístico» que na TV tem sido álibi para muitas omissões escandalosas. Não falou da censura factual que, em nome de um reservado direito de admissão, tem impedido a entrada em muitas redacções, e consequente manutenção no desemprego, de muitos jornalistas competentes, quando não verdadeiramente brilhantes, incursos no pecado mortal de serem militantes comunistas ou mesmo apenas na suspeita de o serem. É uma espécie de censura preventiva, de efeitos obviamente radicais, e supostamente «limpa». Também não falou da deportação de profissionais para prateleiras nem sequer doiradas onde se lhes mantém o emprego, o que talvez até seja tido por generosidade, mas se lhes castra o direito ao trabalho.

Um exílio que se prolonga

Há muitas outras formas, é claro, mas algumas são tão óbvias que só não dão nas vistas de quem de todo em todo não queira estar-lhes atento. Assim, acontecendo que a regionalização foi nos últimos dias o prato forte da informação política nacional, a rubrica «Semana ao Sábado», recém-inaugurada na RTP 2, canal agora melhorado com nova «grelha» e acrescidos cuidados de serviço público, aplicou-se a abordar demoradamente o tema. Para tanto, convocou quatro convidados para um breve debate: um deputado do PS, um deputado do PSD. E quem mais, alguém adivinha? Alguém julga que um deputado do PCP e outro do PP? Não senhores: um ex-dirigente de uma organização de «jovens empresários» (suspeito eu que pelo menos simpatizante do CDS-PP, se me engano peço desculpa) e o presidente da Câmara de S. Pedro do Sul. Da voz comunista, nem rasto. E, contudo, parece apurado que sem os votos comunistas a regionalização não teria passado na AR, o que aliás a direita não se cansa de sublinhar enquanto espuma de inconfessadas saudades do 24, quando não podia haver deputados comunistas no Parlamento.

Ainda acerca da regionalização, convém notar que para os telespectadores que não quiseram ou não puderam seguir a reportagem feita em directo da Assembleia da República, o conhecimento das razões comunistas só pode ter sido conseguido com um mínimo de pormenor graças ao excerto da intervenção de Luís Sá no hemiciclo, incluído na rubrica «Parlamento», transmitida aos sábados. De resto, «Parlamento» é praticamente o único lugar televisivo onde podem ser conhecidas as posições do PCP acerca das grandes questões nacionais, naturalmente que a par das dos restantes partidos com representação parlamentar. Porém, aconteceu que, há tempos já largos, a RTP do PSD cavacal transferiu «Parlamento» do primeiro para o segundo canal, reduzindo-lhe drasticamente a audiência.

Entende-se: o senhor professor não gostava da AR, nem sequer graças à maioria absoluta de que nela dispunha e incondicionalmente lhe pagava o tributo de aprovações acéfalas e mesureiras, pelo que «Parlamento» era uma rubrica madura para a mordaça possível. Agora, porém, com uma RTP redemocratizada, estranha-se que se mantenha o exílio de «Parlamento». O certo é que terão sido poucos a verem e ouvirem Luís Sá na tribuna parlamentar.



A força das paredes

Entretanto, o «Público» editou no passado domingo um inventário dos comentadores de diversas matérias que têm actualmente intervenção regular na Televisão e na Rádio. São, se bem os contei, sessenta e seis nomes.

Só um deles, o do deputado João Amaral, claramente se situa na área do PCP. Se isto não é uma forma de censura preventiva, de mordaça aplicada não a um partido político, note-se bem, mas a uma forma concreta de entender a vida e o mundo, o que é então? Por sinal, a mesma coluna do «Público» arrolava também o nome dos cronistas e comentadores regulares na grande Imprensa e seus arredores: são perto de setenta nomes, e também só o nome de João Amaral figura entre eles como colaborador conotável com o PCP.

Entre muitas outras e preciosas vantagens, a democracia tem também esta: dantes, era preciso mandar prender os comunistas que teimavam escrever inconveniências na Imprensa ou tentavam debitá-las na TV ou na Rádio; hoje, basta impedir-lhes o acesso aos *media*.

Contudo, embora de outro modo, continua a ser verdade o que um dia Mário Dionísio escreveu: «... as paredes minam, cruamente minam a cal do estuque sem ruído».

O que já então queria dizer que, como aliás a vida veio a provar, a realidade tem mais força que as mordaças.

ESCAPARATE

MÚSICA

Xutos nas queimas das fitas

Os **Xutos e Pontapés** iniciaram na terça-feira, em Braga, uma ronda de espectáculos por todas as festas de estudantes que se realizam no país durante o mês de Maio. Depois de terem tocado na tradicional festa dos estudantes bracarenses, conhecida como «enterro da gata», e de ontem se terem apresentado na Queima das Fitas no Porto, os **Xutos** estão hoje na Queima das Fitas de Coimbra e amanhã na da Guarda.

No Sábado, os **Xutos e Pontapés** tocam na discoteca *Lagares*, em Amares, e três dias depois voltam às festas dos estudantes na Queima das Fitas de Faro.

Depois de um espectáculo no dia 15 na Chamusca, os Xutos vão no dia 18 à Queima das Fitas do Funchal e no dia 24 à de Bragança.

O grupo termina a digressão de Maio com um concerto no dia 25 na discoteca *Pirâmide*, em Marco de Canavezes, e no dia 31 no Porto no Festival *«Imperial Ao Vivo»*.

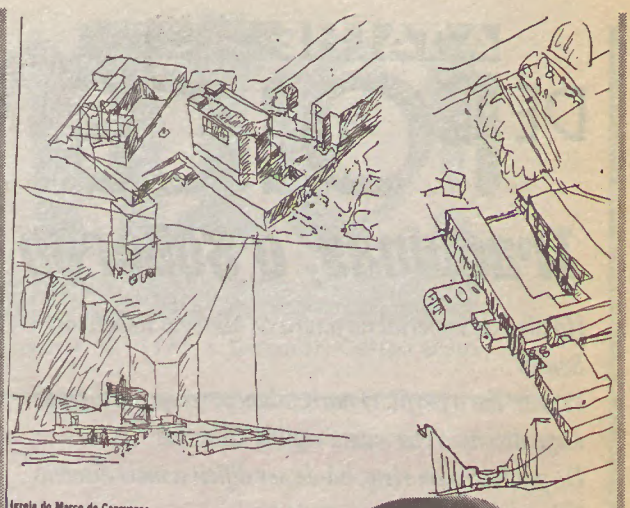
Um «crooner» histórico

No Centro Cultural de Belém, actua amanhã, pelas 22.00 horas, uma das vozes históricas do espectáculo norte-americano, **Tony Bennett**. A carreira deste cantor, que ainda no ano passado, com a idade de 70 anos, foi premiado com um *Grammy* pelo seu álbum *MTV Unplugged*, está recheada de êxitos quer no campo da música comercial quer no campo mais restrito do Jazz, em que cantou ao lado de alguns dos maiores nomes. **Tony Bennett** será acompanhado pelo trio do pianista **Ralph Sharon**, com **Doug Richeson** em contrabaixo e **Ckayton Cameron** na bateria.

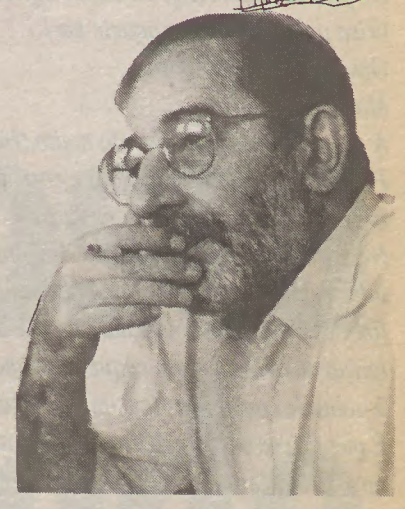
LIVROS

Cicatriz

Este livro de Poesia de **Teresa Rita Lopes** lê-se como quem segue a autora aos caminhos do passado, como quem vai de peregrinação aos tempos que deixam sempre cicatriz. Construído em duas partes - *Eu e os meus* e *Agora que morreste - Diário de uma ausência* -, é um livro repassado pela memória do Algarve, iluminado pela memória de uma terra-mãe que já não existe senão no poder evocatório da escritora; a segunda parte, como se fora um diário - e finalmente acaba por sê-lo - surge como a liturgia da preparação da morte e depois como a dorida lembrança dela. Não uma morte qualquer, mas a morte da mãe, a que deixa cicatriz bastante para que a dor se transforme em literatura. Uma sóbria edição da **Presença**, na sua Colecção *Forma*. O lançamento foi ontem, na Livraria Barata, com apresentação de **Manuel Alegre** e **Lúcia Lepecki**.



Igreja do Marco de Canaveses



Siza em exposição

O Presidente da República, Jorge Sampaio, inaugura a 17 de Maio, em Matosinhos, a exposição **«Siza Vieira - Obras e Projectos»**, a maior alguma vez dedicada a este arquitecto em todo o mundo.

A exposição, que esteve já patente em várias cidades europeias, nomeadamente Copenhaga, Santiago de Compostela e San Marino, estará patente em Matosinhos até ao fim do mês, seguindo posteriormente para o Congresso Mundial de Arquitectura, em Barcelona.

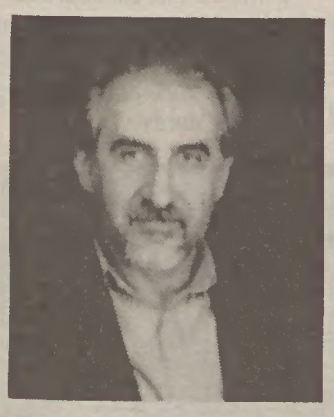
A mostra matosinhense incluirá, além do espólio já exposto naquelas cidades, várias peças inéditas de **Siza Vieira** e estará patente na cave dos Paços do Concelho, um espaço que teve de ser adaptado em termos de luzes e ambiente, de modo a adequar o nível de humidade do ar aos trabalhos expostos, devido à fragilidade de alguns deles, particularmente as maquetas.

Siza Vieira é natural de Matosinhos, onde se encontram as suas primeiras obras, nomeadamente a Casa de Chá da Boa Nova e a Piscina das Marés, assim como algumas casas particulares.

O concelho vai dedicar ao arquitecto um centro de documentação, onde estarão patentes projectos inéditos ou nunca concretizados, assim como trabalhos de investigação sobre a obra de **Siza Vieira**.

DISCOS

Uma luminosidade bem portuguesa



«A Luz e a Escuridão» / António Pinho Vargas / Maria João / José Nogueira. Gravação: 1995. Edição: EMI / Valentim de Carvalho.

Constituindo uma hábil mescla das várias áreas musicais que têm iluminado a carreira de **António Pinho Vargas**, sobretudo, neste caso, a música popular e o Jazz, o álbum *A Luz e a Escuridão* vem retomar o estilo composicional dos mais conhecidos álbuns do pianista e compositor, através de temas que são relembrados em novas versões, de peças que datam já do concerto realizado no Coliseu dos Recreios durante a **Lisboa/94**, e de originais agora divulgados pela primeira vez. Para a apurada qualidade deste disco contribuem ainda, de forma decisiva, a espantosa voz de **Maria João** (aqui algo menos exuberante do que nas suas colaborações com **Mário Laginha**) e a maestria instrumental do saxofonista **José Nogueira**, um nome já habitual nos grupos do pianista.

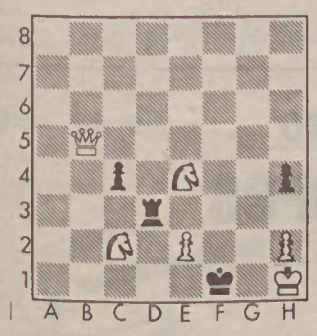
Uma diva em Recital

É com a maior expectativa que se aguarda mais um recital realizado entre nós por uma das maiores cantoras líricas actuais, que é ao mesmo tempo altamente apreciada pelos melómanos portugueses. Referimo-nos a **Mara Zampieri** que, desta vez, será acompanhada por **Luigi Puxeddu**, em violoncelo, e **Edoardo Lanza**, em piano. O recital, que se realizará no **Teatro Nacional de S. Carlos** no próximo Sábado, pelas 20.30 horas, terá um reportório constituído por canções e árias de concerto de tendências e estilos variados, da autoria de compositores como **Alfredo Piatti, Giovanni Bottesini, Amilcare Ponchielli, Saverio Mercadante, Heinrich Proch e Gaetano Donizetti.**

Gaetano Donizetti (1797/1848)

XADREZ

DLIX–9 DE MAIO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996X020
Por: *WILLIAM ANTHONY SHINKMAN*
Huddersfield College Mag.-Turn., 1880
Pr.: [4]: Ps. ç4, h4 - Td3 - Rf1
Br.: [6]: Ps. é2, h2 - Cs. ç2, é4 - Db5 - Rh1



Mate em 3 lances

* * *

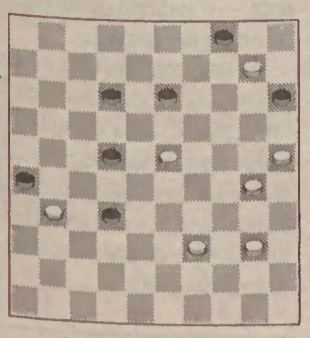
SOLUÇÕES DO Nº DLIX
Nº 1996X020 [W. A. Sh.]: 1. é3! [Zugzwang]
1...., Tb3; 2. D:ç4+,-; 3. D:d3≠; 1...., T:é3; 2. Dbb1+, Ré2; 3. Cd4 ≠; 1...., Td2; 2. Df5+, Ré2; 3. Cç3 ≠; 1.... Td4; 2. C:d4+, Ré1; 3. Db1 ≠; 1...., Tç3; 2. C:ç3+,-; 3. Df5 ≠

A. de M. M.

DAMAS

DLIX – 9 DE MAIO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996D020
Por: *M. FOUSSEREAU – França*, 1978

Pr.: [7]: 4-12-13-15-22-26-32
Br.: [7]: 10-23-25-30-31-39-40



Brancas jogam e ganham

* * *

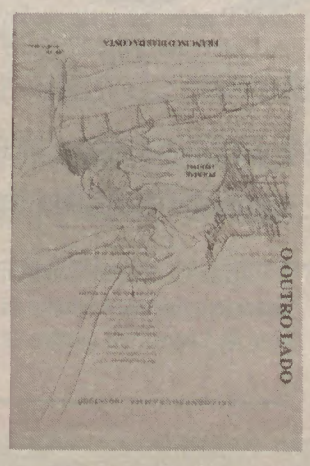
SOLUÇÕES DO Nº DLIX
Nº 1996D020 [M. F.]: 1. 40-35!, (26x37); 2. 25-20, (15x24); 3. 30x28, (4x15); 4. 39-33!+

A. de M. M.

CINEMA

Um cineasta das mulheres

Durante toda esta semana, George Cukor, chamado «o cineasta das mulheres» pelo brilho de que conseguiu sempre aureolar as actrizes que escolheu para cantar a beleza e também (muitas vezes) a força de personagens inolvidáveis, está na Cinemateca com alguns dos seus filmes dos anos 30, num ciclo que continua a celebrar os 100 anos do cinema. Às 18h30 e às 21h30, até à próxima segunda-feira, poderemos deixar-nos fascinar por Constance Bennet ou Katharine Hepburn, para falar apenas das duas mais constantes presenças na sua obra desses anos, em filmes ornados de romantismo e de obrigatório "happy end".



O Outro Lado

Hoje poderíamos dizer que falamos da poesia do Sul, com a luz do Sul a brilhar sobre as palavras. É o caso deste livro de poemas de **Francisco Dias da Costa**, onde a cada passo - a cada verso - se depara com a luz rigorosa do Alentejo, inverno ou verão, alegrias ou amarguras, vida e morte. Com incursões em língua castelhana, como no poema *Amanecer en España*, visões de mar e de serras. Poemas com paisagens a servir de pretexto para falar de sentimentos e de razão, e da razão da esperança que acompanha todo o percurso do livro, em versos de aturado apuro formal. Edição do Autor, com capa de **Vicente de Brito**.

MARIONETAS

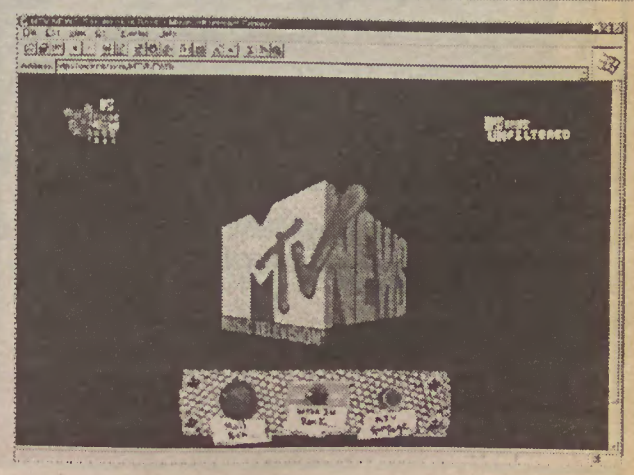
Um festival a não perder

Com a participação de importantes companhias de uma dezena de países, prossegue no Porto o **VII Festival Internacional de Marionetas**, um certame que atingiu já destacado prestígio. Depois de grupos de marionetas oriundos da França, da Holanda e da Rússia, é a vez de Portugal se fazer representar. Por exemplo, hoje, às 22.00, no Auditório Nacional Carlos Alberto, as **Marionetas de Lisboa** apresentarão um clássico da literatura, *CID*, que incluirá a participação de actores de carne e osso.

INTERNET

A MTV «on line»

Hoje, é aos cibernautas mais jovens que dedicamos estas linhas. Se querem saber com antecedência a programação do canal de música **MTV**, também podem consultar a página que esta estação de TV publica na Internet e que encontrarão no endereço *http://www.mtv.com*. Mas não só: ali poderão ficar a saber as últimas sobre os *tops*, notícias acerca da actividade de músicos e grupos e outras curiosidades relacionadas com o mundo da música pop. Boa viagem!



ÚLTIMAS

A TALHE DE FOICE

Traquinas, o Soberbo

Há algo de imperial na figura de Marcelo Rebelo de Sousa.
Veja-se-lhe o perfil. O nariz adunco, sempre levantado, esquadrinha o éter numa vigilância astuta.
De pituitária em riste, há-de ser difícil a mais discreta brisa política escapar àquele nariz.
Obviamente, ali há faro.
Mas não só.
A passada elástica denuncia muito ténis e Passos Perdidos, corredores do Foro e corridas de fôlego, imenso jogging *e passeios na Lapa.*
Neste ponto, o PSD pode ficar descansado. O novo líder evidencia todas as condições atléticas para não se ficar atrás do outro. Um dia destes é bem capaz de se lançar também por um coqueiro acima, com o mesmo à-vontade com que se lançou Tejo abaixo.
É que físicos assim não crescem por acaso, pelo menos no PSD. O deste mexe com objectivos e estratégia, sabe ao que anda, anda ao que se sabe.
A salvação da pátria, nem mais nem menos - aliás, como Cavaco Silva.
E para salvar a pátria tudo serve, seja a regionalização ou a queima das fitas, a revisão constitucional ou as anedotas do Herman José.
Como salvador encartado, Marcelo tem uma arma temível - a conferência de Imprensa - e munições inesgotáveis - as palavras que infatigavelmente lhe saem da boca para fora.
É aqui que se distingue de Cavaco e confirma o PSD como um partido de extremos - ora anda durante mais de uma década atrás de um líder que não fala nem deixa falar, ora o substitui por outro a falar tanto que já põe o mercado das palavras em queda livre.
Em Marcelo, o discurso é pelo menos uma respiração ou talvez mais: ao ritmo em que anda, já fala mais do que respira, o que levanta um mistério interessante no campo da fisiologia.
O frenesim é tão extraordinário que Marcelo já se cita a si próprio no mesmo dia. «Como disse de manhã», diz ele à tarde, «confirmo que» confirma ele à noite. Pelo meio ficaram declarações à entrada de, declarações à saída de, conferências de Imprensa para, entrevistas a, sempre de verve em riste, articulando palavras, períodos e parágrafos com a energia duma aranha e tecendo um discurso tão emaranhado, que talvez nem ele próprio o consiga seguir permanentemente.
Mas que tem um perfil imperial, lá isso tem. Vê-lo, faz-nos lembrar Roma, se não a imperial, pelo menos a de Hollywood com montanhas de esferovite, maquilhagem às carradas e espadas de plástico.
Ou talvez a Roma das monarquias etruscas que finaram com Tarquínio.
Tarquínio, o Soberbo, foi o sétimo e último rei de Roma e passou à história por duas principais razões: a violência e arbítrio com que governou e a intrigalhada política em que sempre viveu até circunstâncias incontornáveis o lançarem no exílio. Estava-se em pleno século VI a. C. e a República Romana aproximava-se a passos largos, com os seus cônsules, órgãos representativos e as restrições ao poder absoluto dos governantes.
Obviamente que, de Tarquínio, Marcelo não apresenta a violência nem o arbítrio, mas é capaz de não lhe ficar atrás na intrigalhada e, a falar tanto e a dizer tão pouco, ainda esbarra com algum exílio incontornável na liderança do PSD.
Ficará então na história do partido como ***Traquinas, o Soberbo.***

■ HC

Flexibilidade e polivalência não podem ser lei

Acção de esclarecimento do PCP na próxima terça-feira

No quadro da campanha própria que tem vindo a desenvolver contra a proposta de lei da flexibilidade e polivalência, o PCP promove no próximo dia 14 uma nova acção de esclarecimento em torno deste grave projecto de ataque aos direitos dos trabalhadores, que será discutido e votado na Assembleia da República no dia 17, sexta-feira.

Esta jornada de esclarecimento e contacto do PCP com os trabalhadores e com os cidadãos tem ainda em vista apoiar a indispensável mobilização para a **concentração convocada pela CGTP-IN para dia 16, às 16.30 horas, no Marquês de Pombal**, com deslocação para a Assembleia da República (ver **pág. 11**), dando nova expressão à reclamação que não seja aprovada a proposta de lei da flexibilidade dos horários e da polivalência de funções.

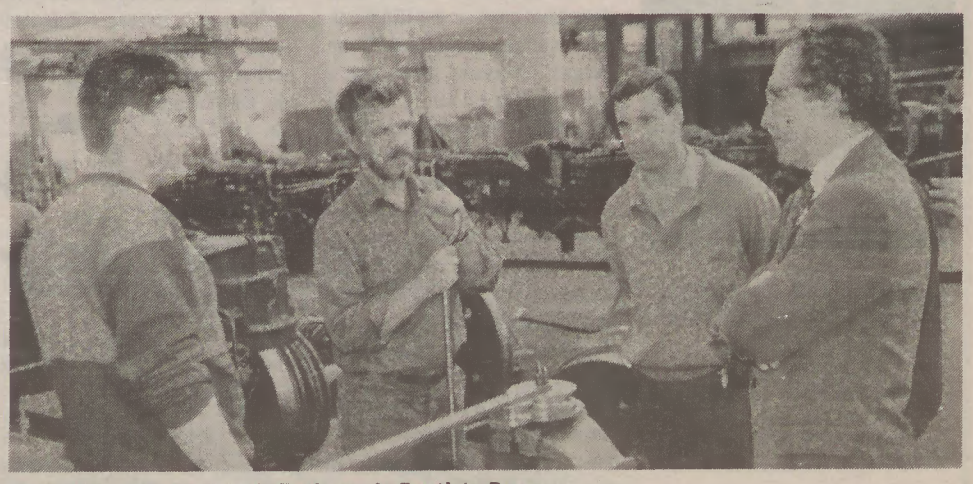
Assim, no dia 14, com particular expressão nos distritos de Lisboa, Setúbal, Porto e Braga, serão organizados em locais de maior circulação vários pontos de diálogo com os cidadãos e os trabalhadores e de distribuição de um documento, estando previsto que o secretário-geral do PCP participe nesta acção, em Lisboa, cerca das 17.30, no Rossio.

Carvalhas visitou empresas de Lisboa

Carlos Carvalhas visitou anteontem algumas empresas na área de Lisboa, no quadro da preparação do debate parlamentar sobre a proposta de lei do Governo sobre flexibilidade e polivalência.

O secretário-geral do PCP foi acompanhado por uma delegação do Grupo Parlamentar comunista, composta pelos deputados António Filipe e Bernardino Soares, e por membros da Direcção da Organização Regional de Lisboa do Partido.

Pouco depois das 9 horas, antes de visitar a Baptista Russo, em Cabo Ruivo, Carlos Carvalhas teve um breve encontro com membros de estruturas representativas de trabalhadores de outras empresas da zona oriental de Lisboa, que o aguardavam. Cerca das 11 horas, a delegação do PCP visitou as instalações do Metropolitano, em Sete Rios. Mais tarde os dirigentes e deputados comunistas deslocaram-se à Imprensa Nacional/ /Casa da Moeda.



Carlos Carvalhas com trabalhadores da Baptista Russo

A maior audição

Na Comissão de Trabalho da Assembleia da República está a ser redigido o relatório sobre a audição pública relativa à proposta de lei de flexibilização e polivalência, no âmbito da qual tiveram oportunidade de pronunciar-se organizações sindicais, comissões de trabalhadores e plenários em empresas.

Do que foi possível apurar até ao momento, pode-se desde já concluir que esta foi a audição que teve a mais ampla participação de sempre, desde que está em vigor a lei que confere às organizações de trabalhadores direito de participação na legislação de trabalho.

Com efeito, sem que ainda esteja concluído o processo de contagem, segundo informações obtidas à hora de fecho da nossa edição, elevava-se a 1624 o número de pareceres recebidos, unânimes na condenação de uma proposta de lei que consideram um violento ataque aos direitos dos trabalhadores.

Acção pública dia 4 de Junho

Privatização das maiores compromete o futuro

Entre as empresas que o Governo pretende entregar ainda este ano ao capital privado contam-se as cinco maiores do sector empresarial do Estado: Telecom, EDP, Cimpor, Tabaqueira, BFE/BBI e Banco Totta e Açores.

Numa reunião realizada dia 2 de Maio na sede da CGTP-IN, com a presença de organizações sindicais, coordenadoras de comissões de trabalhadores e representantes de empresas que o Governo quer privatizar já em 1996, foi decidido realizar uma acção de denúncia pública contra as privatizações anunciadas.

A iniciativa, marcada para dia 4 de Junho, em Lisboa, traduzir-se-á em acções junto às sedes das empresas e nos seus principais locais de trabalho, a realizar durante a manhã, e um plenário público, a partir das 15 horas, na Rua Augusta — revelou o departamento de informação da *Inter*.

Sete motivos

Das razões por que as organizações presentes contestam as privatizações anunciadas, a nota divulgada à imprensa salienta:

• São empresas altamente **lucrativas**, cujos lucros deixariam de reverter para benefício do País e passariam a servir apenas interesses capitalistas;

• Uma vez que passassem a ser geridas pelos privados, estes procurariam obter mais e mais lucros, o que não deixaria de se repercutir na redução ou supressão de **serviços** aos utentes;

• Está já a verificar-se nestas empresas uma redução drástica dos postos de trabalho (preparando-as para a privatização) quando tanto se fala em combater o **desemprego**;

• Os **direitos** dos trabalhadores são postos em causa pelas privatizações;

• Trata-se de empresas com um papel insubstituível no apoio e na dinamização do **desenvolvimento** económico e social;

• Estão já a sofrer reduções nos investimentos, ao mesmo tempo que se pratica o recurso sistemático a **empreiteiros**, com todas as consequências económicas para as empresas e, sobretudo, para a qualidade dos serviços;

• Contribuem para o **Orçamento do Estado** não só com lucros, como com muitos milhões de contos de impostos, quando se sabe que os privados, regra geral, fogem ao cumprimento das suas obrigações fiscais ou usufruem de benesses que praticamente repõem o que pagam (caso da banca privada).

Esgotado o filão...

Os representantes dos trabalhadores do sector empresarial do Estado salientam ainda que uma política que assenta na venda de património para financiar as despesas do Orçamento de Estado «conduz inevitavelmente a que, vendo-se o Estado sem os lucros gerados por essas empresas e os impostos que pagam e sem ter mais património para vender, deitará mão à única solução que lhe resta — o aumento de impostos, ou o corte nas despesas».

Daí que , conclui a nota, «estas privatizações constituam, simultaneamente, uma ofensiva à Saúde, Ensino, Segurança Social, etc., e um atentado à própria democracia, ao subverterem a subordinação do poder económico ao poder político».

13096
5 603199 000445